



Instituto de Economia
Universidade Federal de Uberlândia

cepes

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais

Município de Uberlândia
Minas Gerais - Brasil

Uberlândia

*Painel de Informações
Municipais
2005*



Uberlândia – MG
Junho / 2005

Uberlândia

Painel de Informações Municipais 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Economia.
Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais. **Uberlândia:
Painel de Informações Municipais - 2005.** Uberlândia, Junho de 2005. 94p.
Disponível: <<http://www.ie.ufu.br/cepes>>.

Uberlândia

Painel de Informações Municipais

2005

Coordenador - CEPES
Luiz Bertolucci Júnior

Organizadora do Painel
Ester William Ferreira

Autores

Álvaro Fonseca e Silva Jr.	alvarojr@ufu.br
Ana Alice B. P. Damas Garlipp	aagarlipp@ufu.br
André Luiz Teles Rodrigues	ateles@ufu.br
Carlos José Diniz	cjdiniz@ie.ufu.br
Durval Perin	durval@ufu.br
Ester William Ferreira	ewferreira@ufu.br
José Wagner Vieira	jwvieira@ufu.br
Luiz Bertolucci Júnior	bertolucci@ufu.br
Marlene Marins de Camargos Borges	mmborges@ufu.br

Editoração Eletrônica
André Luiz Pires Muniz

Realização

Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Instituto de Economia – IE
Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais - CEPES

Uberlândia – MG
Junho / 2005

Uberlândia-MG: Painel de Informações Municipais-2005

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
INDICADORES CEPES/IEUFU.....	6
1 - Índice de Preços ao Consumidor (IPC/CEPES)	7
1.1 - Evolução IPC/CEPES.....	7
1.2 - Inflação de 2004 versus 2003 e a Expectativa para 2005: Um Breve Comentário	13
1.3 - Taxas Mensais Segundo Hipótese de Estabilidade	13
2 - Cesta Básica, Salário Mínimo Necessário e Cesta de Consumo Familiar.....	16
3 - Custo Unitário Básico para Construção Civil (CUB/UDI)	17
ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS	19
1 - Produto Interno Bruto (PIB)	20
2 - Indicadores de Desenvolvimento Social.....	23
3 - Mercado de Trabalho.....	27
3.1 - Evolução do Emprego Formal (1990-2003).....	27
3.2 - População e Mercado de Trabalho Formal e Informal	32
3.3 - Condições de Ocupação e Renda dos Portadores de Deficiência.....	34
3.4 - Situação de Pobreza da População Portadora de Deficiência.....	38
4 - Perfil da Indústria	40
5 - Educação.....	49
6 - Finanças Públicas	54
6.1 - Finanças Públicas Municipais	54
6.1.1 - Competências Tributárias e Partilha das Receitas Públicas	54
6.1.2 - Despesas	57
6.2 - Receitas Públicas Estaduais geradas no município	60
7 - Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios, Segundo Subsetor de Atividade Econômica.....	63
ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA	64
1 - Construção Civil	65
2 - Abastecimento de Água e Esgoto e Energia Elétrica	67
ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	70
1 - População.....	71
2 - Natalidade e Mortalidade.....	83
EXPEDIENTE	94

APRESENTAÇÃO

Uberlândia

Painel de informações municipais- 2005

O **Painel de Informações Municipais sobre Uberlândia – Minas Gerais** contribui para tornar acessível informações necessárias ao planejamento público e privado, considerando que a relevante posição de Uberlândia no desenvolvimento regional, exige que os gestores das diversas esferas de ação busquem soluções que minimizem os entraves ao desenvolvimento econômico e social local.

As informações são apresentadas em quatro seções: Indicadores Cepes/IEUFU; Aspectos Econômicos e Sociais; Aspectos de Infra-estrutura e Aspectos Demográficos. Pretende-se, neste trabalho, destacar indicadores e dados na forma de painel, facilitando o acesso às informações. Portanto, não são desenvolvidas análises ou notas metodológicas exaustivas.

Resultados de recentes pesquisas realizadas pelo CEPES/IEUFU são aqui sintetizados, sendo que maior detalhamento sobre as mesmas poderá ser obtido por meio dos relatórios disponíveis em nossa página virtual, bem como tabulações especiais poderão ser realizadas a partir de solicitação específica.

Os economistas participantes da elaboração deste painel são citados nas respectivas seções de sua responsabilidade, o que facilitará, *a posteriori*, o contato entre os mesmos e aqueles interessados em maior detalhamento das informações.

Este trabalho, versão atualizada do Painel 2003, visa atender as solicitações, comumente feitas ao Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, tanto por instituições acadêmicas, quanto por órgãos públicos, empresas, pesquisadores, profissionais de diversas áreas e estudantes.

Luiz Bertolucci Júnior
Coordenador

INDICADORES CEPES/IEUFU

1 - Índice de Preços ao Consumidor (IPC/CEPES)

José Wagner Vieira

1.1 - Evolução IPC/CEPES

O Índice de Preços ao Consumidor da cidade de Uberlândia (IPC/CEPES), Estado de Minas Gerais, é elaborado mensalmente desde 1979, com a finalidade de indicar as variações nos preços dos bens e serviços que compõem o orçamento familiar de uma unidade de consumo com renda mensal de um a oito salários mínimos.

A inflação medida pelo IPC/CEPES para o município, no período 1995 a 2004, apresentou variações acumuladas menores que 10%, exceto em 1995 (18,08%) e 2002 (16,69%). Os anos de 1996 e 2000 apresentaram as menores variações - em torno de 3% (Tabela 1).

Os grupos que mais contribuíram para essas variações no ano de 1995 foram: Outros Serviços (52,02%) e Serviço Público e Utilidade Pública (50,94%). Em contrapartida, em 2002, as maiores variações vieram dos grupos Alimentação (24,51%) e Serviços Público e Utilidade Pública (20,36%).

Na Tabela 2, observa-se as variações simples e acumuladas até maio de 2005. No ano, o IPC/CEPES acumula alta de 2,61% e, nos últimos 12 meses, de 6,19%, além do acumulado desde a implantação do Plano Real, 158,1%.

Os Gráficos 1, 2 e 3 mostram as variações simples e acumuladas por período de 12 meses, para os anos de 2003, 2004 e também o início do corrente ano. Pode-se verificar que as taxas anualizadas, a partir de dezembro/03, passam a ser de um dígito até o mês de maio de 2005.

Observa-se, no Gráfico 4, a evolução anual dos quatro grandes grupos que compõem o IPC/CEPES, de forma conjunta e, nos demais gráficos, os grupos em separado.

Tabela 1 - Índice de Preços ao Consumidor (IPC/CEPES) – 1995 a 2004

Grupos e Sub-Grupos IPC/CEPES*	VARIAÇÕES ACUMULADAS POR ANO (%)									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
IPC/CEPES	18,08	3,00	6,56	4,36	8,81	3,07	7,88	16,69	9,61	7,34
GRUPOS										
1 – ALIMENTAÇÃO	0,82	-2,41	7,52	5,36	7,04	2,08	8,37	24,51	7,72	5,42
1.1 - NA RESIDÊNCIA	-0,76	-2,54	7,99	5,76	9,05	1,82	12,1	27,11	7,46	5,16
1.1.1 – PROD. INDUSTRIALIZADOS	25,67	-2,44	9,21	-0,51	15,74	3,47	3,41	29,9	1,78	10,77
1.1.2 -- PROD.ELABOR. PRIMÁRIA	-15,31	-2,39	8,07	11,53	9,47	-2,4	17,52	26,7	16,22	-1,59
1.1.3 – PRODUTOS IN-NATURA	-18,62	-3,86	4,62	6,82	-1,54	4,47	13,79	21,3	-1,64	7,84
1.2 - FORA DA RESIDÊNCIA	51,08	0,61	-4,73	4,62	-0,18	2,84	-4,14	14,99	8,67	6,28
2 – PRODUTOS NÃO ALIMENTARES	19,79	2,29	1,7	-1,12	11,77	3,49	8,14	9,84	9,25	8,44
2.1 - ARTIGOS DE RESIDENCIA	9,11	-5,59	-0,41	-1,95	12,59	2	8,27	11,92	7,87	6,84
2.2 - ARTIGOS DE VESTUÁRIO	7	-0,12	-1,01	-2,11	8,4	-2,09	11,4	6,91	5,92	6,85
2.3 - OUTROS PRODUTOS	29,97	5,76	3,11	-0,06	14,54	3,67	8,03	10,1	13,35	12,85
2.4 - PRODUTOS FARMACÊUTICOS	25,32	19,34	8,76	15,64	12,8	3,97	-2,99	12,62	12,59	5,86
3 – SERV. PÚBLICO E UTILIDADE PÚBLICA	50,94	11,31	36,47	13,44	17,68	4,96	11,13	20,36	22,78	5,77
4 – OUTROS SERVIÇOS	52,02	13,89	4,98	1,43	6,44	4,15	2,55	13,53	5,25	10,19
4.1 – SERVIÇOS MÉDICOS	27,38	15,81	-0,96	-1,48	3,32	-0,18	3,1	9,17	4,29	7,98
4.2 – SERVIÇOS DOMICILIARES	113,33	6,33	7,25	1,03	4,73	6,02	6,56	12,24	5,9	5,21
4.3 – SERVIÇOS PESSOAIS	46,97	0,22	0,01	4,68	3,26	2,47	5,35	14,16	4,39	9,43
4.4 – EDUCAÇÃO E DIVERTIMENTO	47,66	28,94	12,76	7,32	3,1	5,86	-3,11	9,18	1,83	13,68
4.5 - VEÍCULO PRÓPRIO	5,24	19,16	2,22	-1,04	27,9	11	-3,24	14,33	6,79	21,52

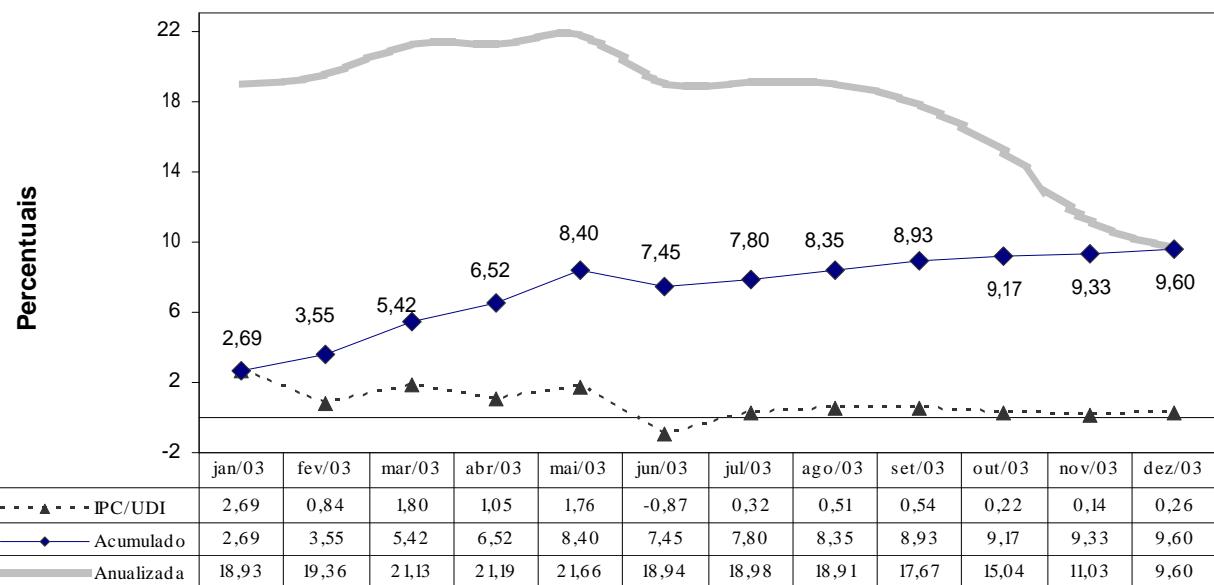
Fonte: CEPES/IEUFU

Tabela 2 –Variações simples e acumuladas do IPC/CEPES (%)

GRUPOS	Variações Simples			Variações Acumuladas		
	Mai/05	Abr/05	Mai/04	2005	12 Meses	Plano Real
1 – ALIMENTAÇÃO	0,43	0,20	-0,03	0,18	3,48	112,91
1.1 - NA RESIDÊNCIA	0,03	0,13	-0,01	-0,85	2,16	123,42
1.1.1 – PROD. INDUSTRIALIZADOS	-1,05	2,23	-0,52	1,45	6,26	114,13
1.1.2 -- PROD.ELABOR. PRIMÁRIA	-0,07	-0,59	0,02	-5,84	-3,37	94,22
1.1.3 – PRODUTOS IN-NATURA	2,65	-2,84	1,04	5,80	5,43	124,48
1.2 - FORA DA RESIDÊNCIA	1,90	0,47	-0,11	3,98	8,30	117,12
2 – PRODUTOS NÃO ALIMENTARES	0,10	0,63	0,39	2,31	6,46	108,81
2.1 - ARTIGOS DE RESIDENCIA	0,06	-0,03	0,16	2,44	8,99	78,82
2.2 - ARTIGOS DE VESTUÁRIO	0,45	0,13	0,80	2,02	4,03	46,97
2.3 - OUTROS PRODUTOS	-0,45	0,14	0,21	1,03	6,60	147,35
2.4 - PRODUTOS FARMACÊUTICOS	0,54	5,45	0,22	6,34	6,89	188,32
3 – SERVIÇO PÚBLICO E UTILIDADE PÚBLICA	1,70	5,89	0,16	7,75	8,87	503,50
4 – OUTROS SERVIÇOS	1,21	0,79	0,75	4,77	9,45	207,31
4.1 – SERVIÇOS MÉDICOS	0,01	2,45	1,92	4,41	7,06	92,11
4.2 – SERVIÇOS DOMICILIARES	4,22	0,21	1,19	5,34	8,76	329,91
4.3 – SERVIÇOS PESSOAIS	-1,24	-0,44	-0,11	2,03	6,51	176,77
4.4 – EDUCAÇÃO E DIVERTIMENTO	0,00	1,27	0,44	3,99	4,21	213,04
4.5 - VEÍCULO PRÓPRIO	-1,97	0,99	-0,51	6,29	21,04	163,93
TOTAIS	0,60	1,12	0,27	2,61	6,19	158,10

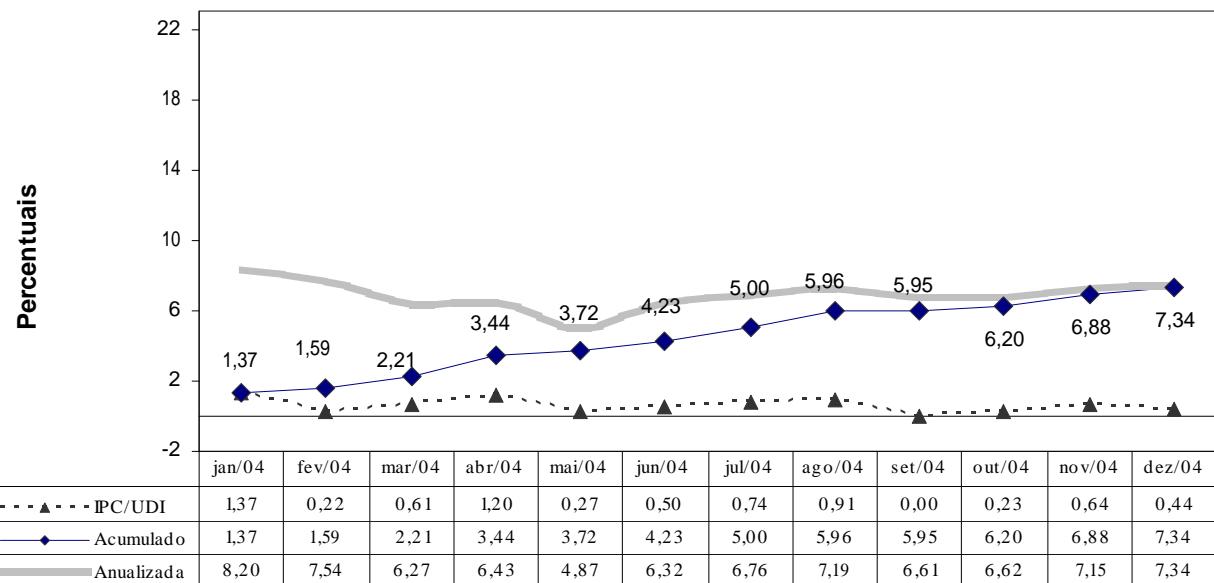
Fonte: CEPES/IEUFU

*Gráfico 1 - Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia – MG (IPC/CEPES)
Variações mensais, acumuladas no período de 12 meses e anualizadas (%) – 2003*



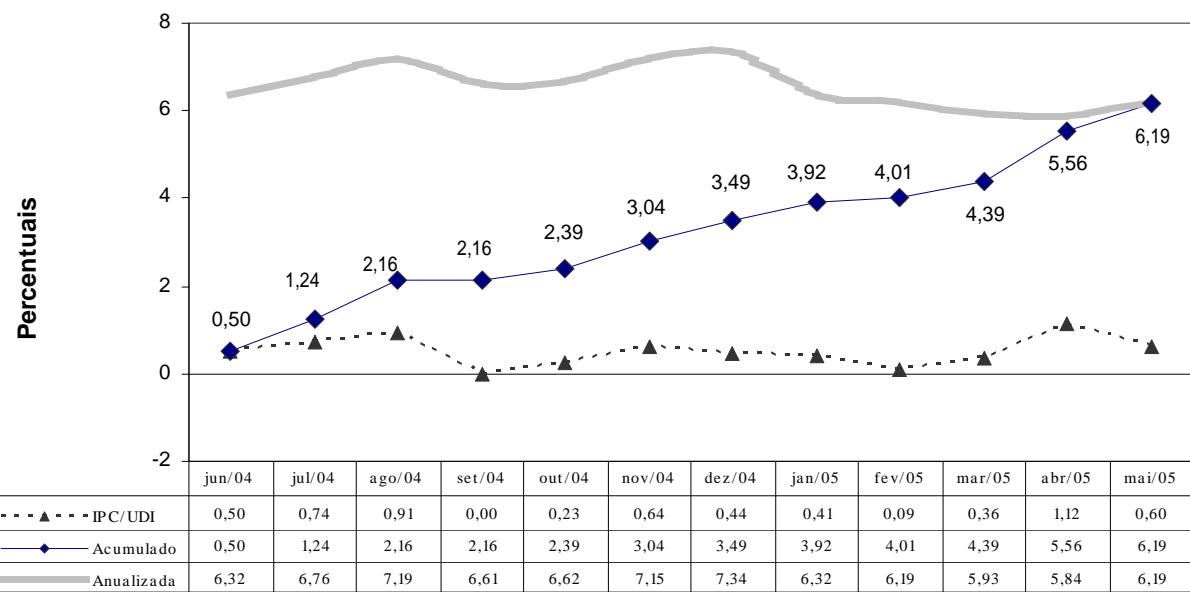
Fonte: CEPES/IEUFU

*Gráfico 2 - Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia – MG (IPC/CEPES)
Variações mensais, acumuladas no período de 12 meses e anualizadas (%) – 2004*



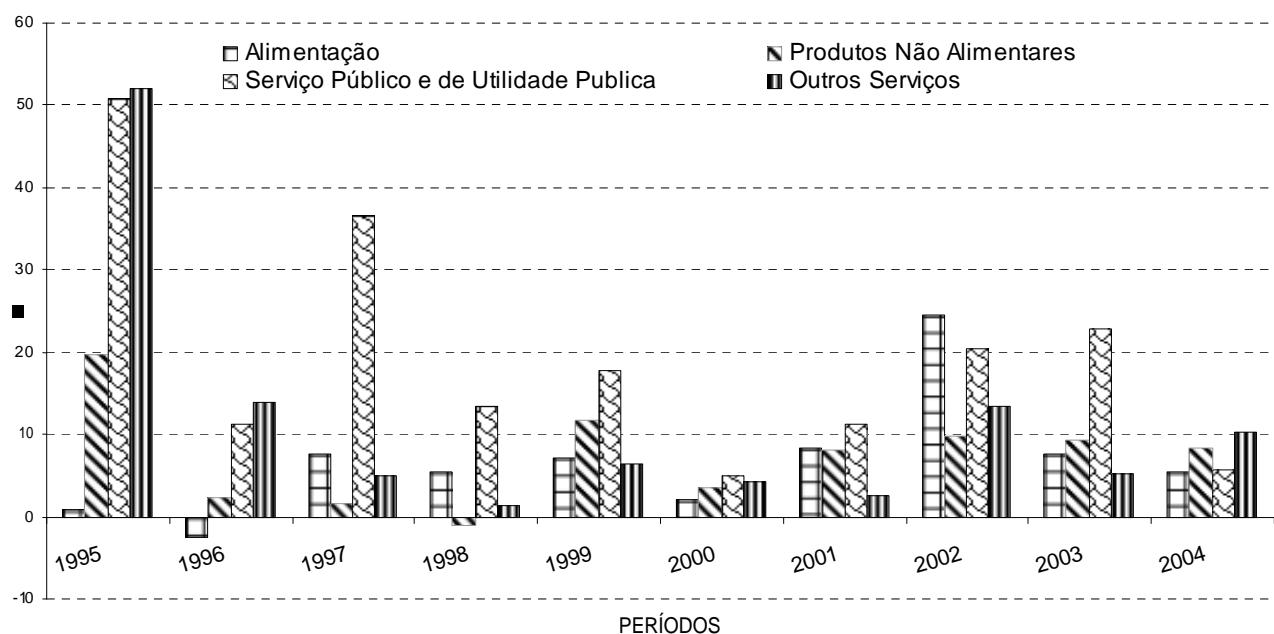
Fonte: CEPES/IEUFU

*Gráfico 3 - Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia – MG (IPC/CEPES)
Variações mensais, acumuladas no período de 12 meses e anualizadas (%) – 2005*

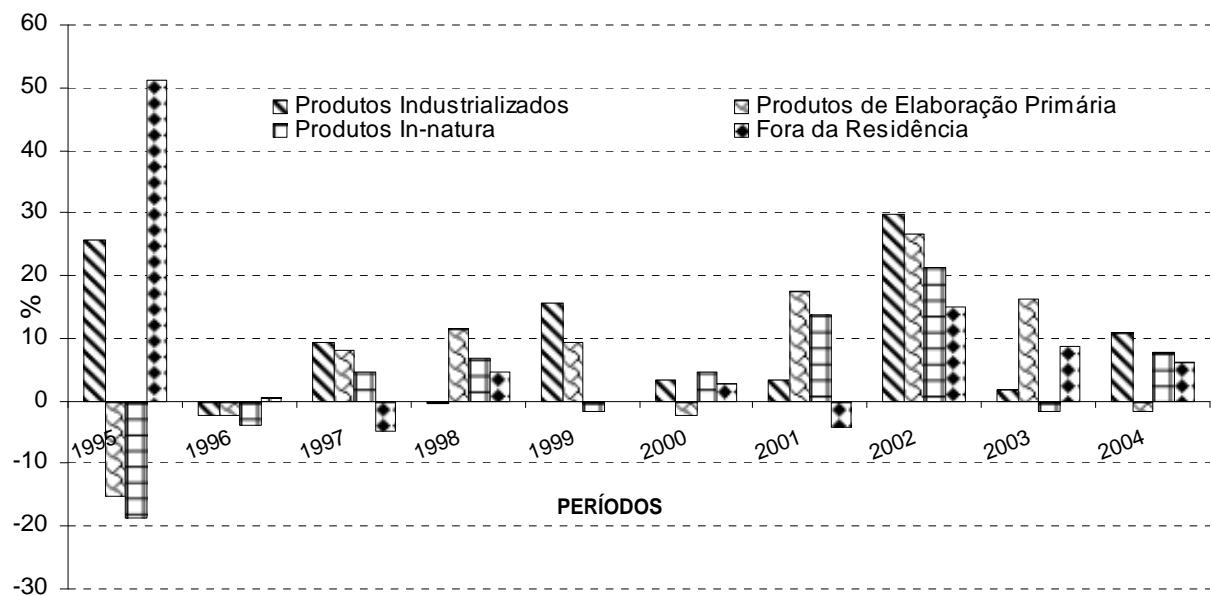


Fonte: CEPES/IEUFU

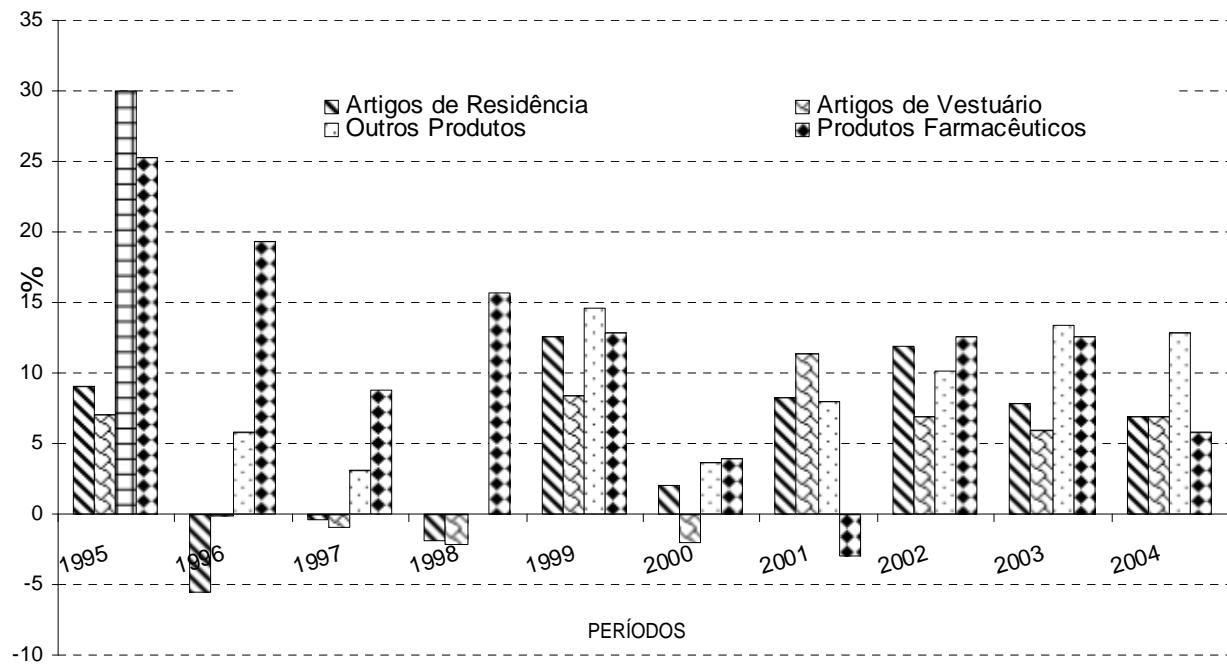
Gráfico 4 - Variações dos grandes grupos que compõem o IPC/CEPES (%) – 1995 a 2004



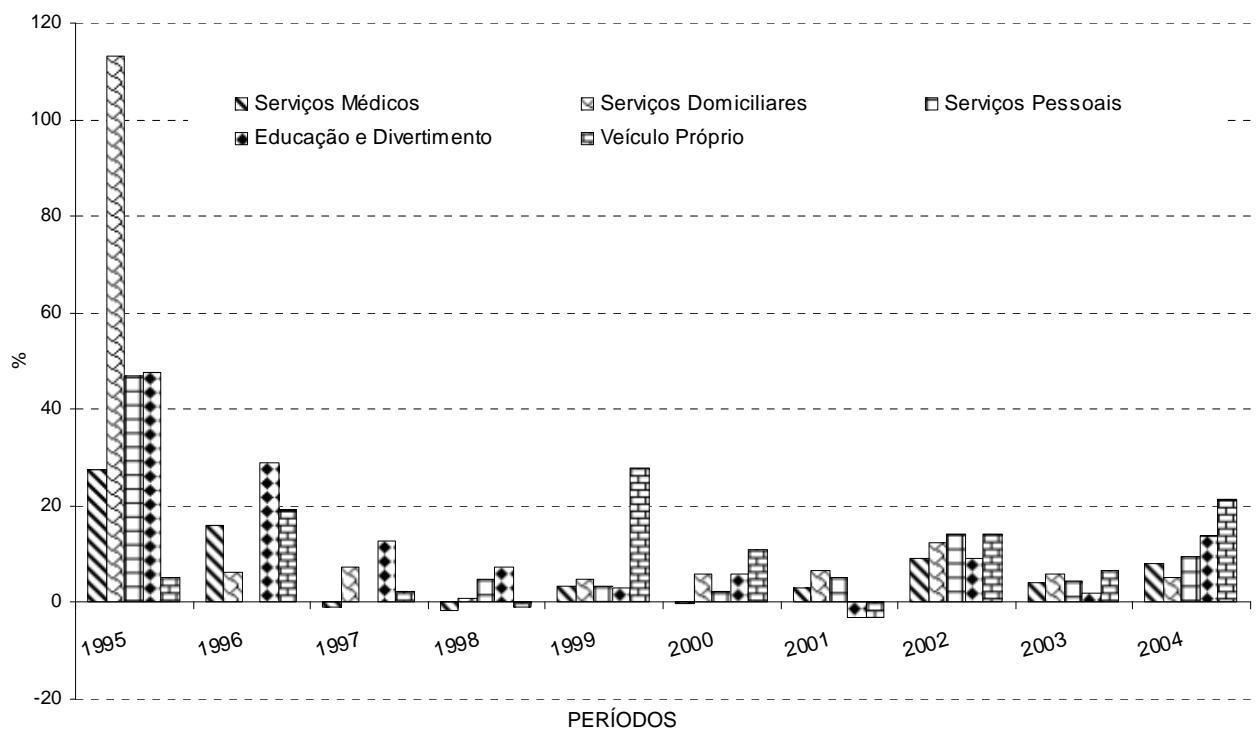
Fonte: CEPES/IEUFU

Gráfico 5 - Variações do grupo Alimentação do IPC/CEPES (%) – 1995 a 2004

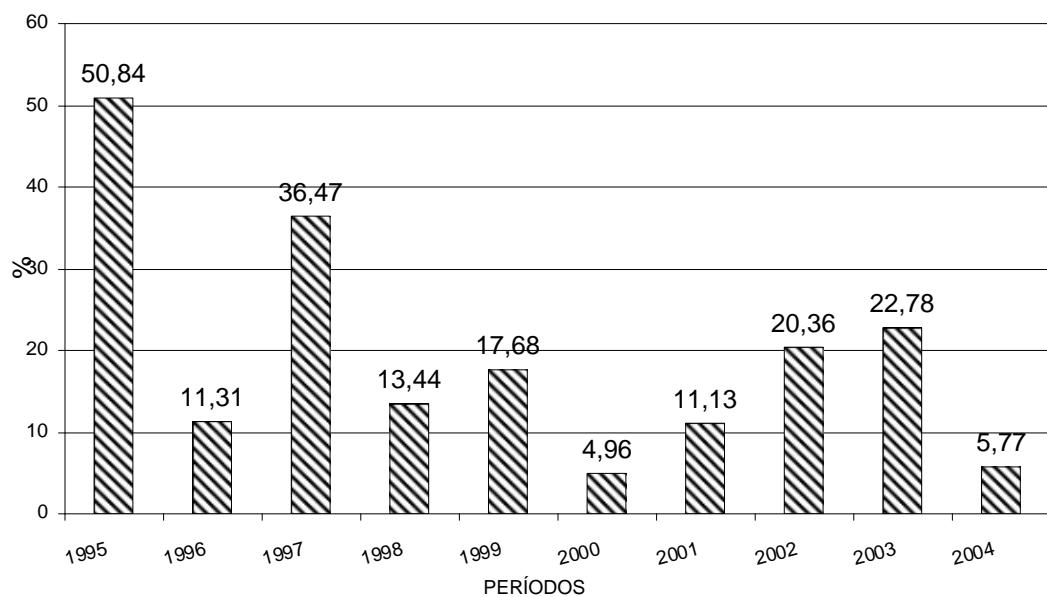
Fonte: CEPES/IEUFU

Gráfico 6 - Variações do grupo Produtos Não Alimentares do IPC/CEPES (%) – 1995 a 2004

Fonte: CEPES/IEUFU

Gráfico 7 - Variações do grupo Outros Serviços do IPC/CEPES (%) – 1995 a 2004

Fonte: CEPES/IEUFU

Gráfico 8 - Variações acumuladas do grupo Serviço Público e de Utilidade Pública do IPC/CEPES (%) – 1995 a 2004

Fonte: CEPES/IEUFU

1.2 - Inflação de 2004 versus 2003 e a Expectativa para 2005: Um Breve Comentário

As taxas mensais e acumuladas, expressas na Tabela 3, mostram o comportamento mensal dos preços nos dois últimos anos. Apontam ainda que os preços ao consumidor tiveram desempenho diferenciado na comparação entre 2003 e 2004, como é possível observar na série de taxas mensais. As diferenças entre as taxas mostram uma redução significativa de um ano para o outro de -2,26%.

No comparativo entre a evolução do índice para o início do ano de 2005 e no mesmo período de 2004, pode-se verificar uma constante desaceleração em relação ao ano anterior, pois até maio, já acumula uma redução de -1,09%.

De maneira geral, os dados indicam que a inflação situou-se em patamar elevado apenas ao final de 1995 e 2002. Nos demais anos apresentou arrefecimento, registrando variações abaixo de 10%. Em 2005, até o mês de maio, o comportamento mantém uma perspectiva de recuo, sugerindo taxa inflacionária na casa de um dígito.

Tabela 3 - Taxas mensais e anuais do IPC/CEPES - 2003, 2004 e 2005

Mês	2003 (%)	2004 (%)	2005 (%)	Diferença % 2003-2004 (pp)	Diferença % 2004-2005 (pp)
JAN	2,69	1,37	0,41	-1,32	-0,96
FEV	0,84	0,22	0,09	-0,62	-0,13
MAR	1,8	0,61	0,36	-1,2	-0,25
ABR	1,05	1,2	1,12	0,15	-0,08
MAI	1,76	0,27	0,60	-1,49	0,33
JUN	-0,87	0,5		1,37	
JUL	0,32	0,74		0,42	
AGO	0,51	0,91		0,4	
SET	0,54	0		-0,54	
OUT	0,22	0,23		0,01	
NOV	0,14	0,64		0,5	
DEZ	0,26	0,44		0,18	
Acumulada	9,6	7,34	2,61	-2,26	-1,09

Fonte: CEPES/IEUFU

1.3 - Taxas Mensais Segundo Hipótese de Estabilidade

Para compreender o comportamento das taxas mensais, as variações dos preços dos 244 produtos que compõem o IPC/CEPES, essas variações foram classificadas

mês a mês, estabelecendo três parâmetros de estabilidade. Variações entre $\pm 1\%$ foram consideradas estáveis; acima de 1%, inflacionárias, e com queda maior de -1%, comportamento deflacionário. De acordo com esse parâmetro de estabilidade, foram classificadas as taxas e variações dos 244 bens e serviços que compõem mensalmente o IPC/CEPES (Tabela 4).

A análise dessas participações, ao longo dos últimos 24 meses, permite verificar se as taxas mensais de inflação refletem um aumento generalizado ou se apenas foram reajustadas pontuais em um ou outro item, sem, necessariamente, contaminar os demais preços praticados no mercado varejista da cidade.

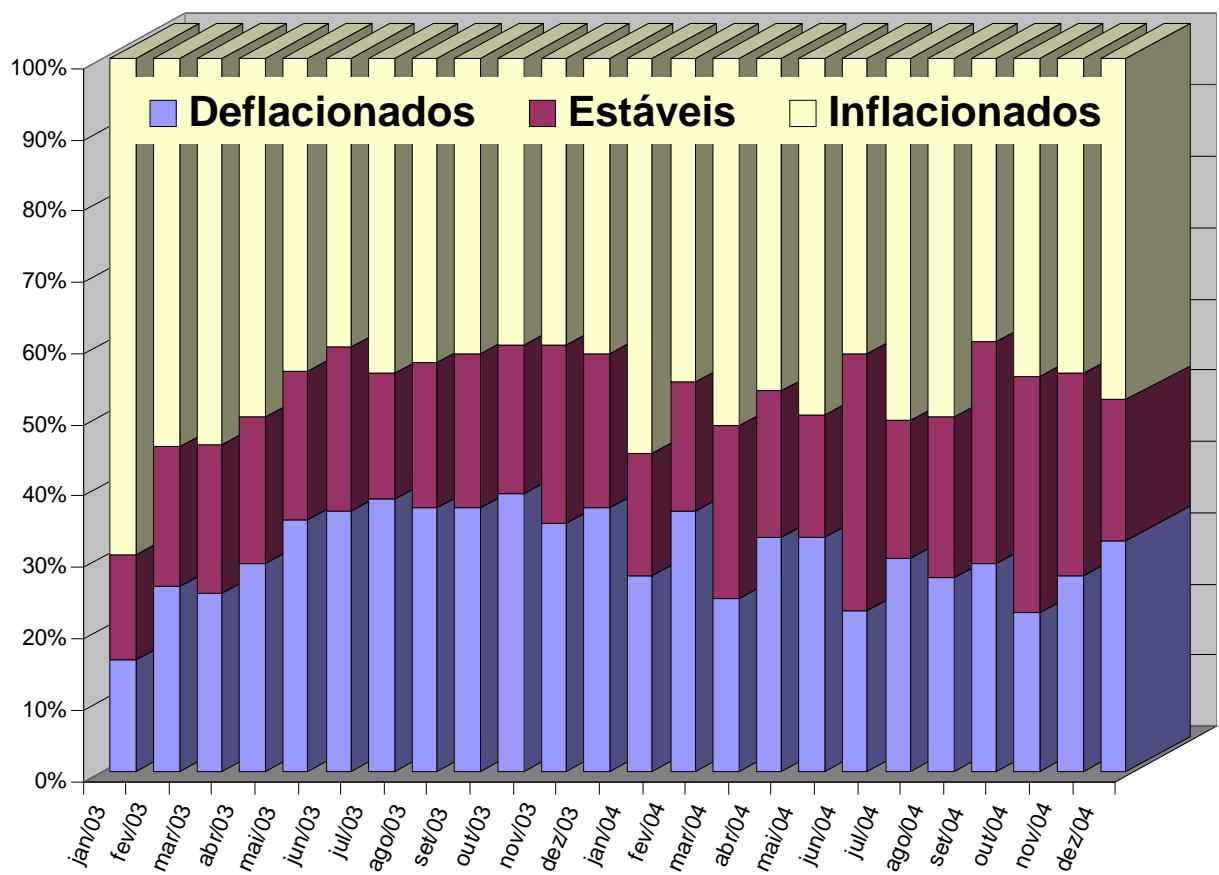
Visualiza-se, no Gráfico 9, que a participação em porcentagem de preços considerados inflacionários é maior no início de cada ano e, depois, há um arrefecimento nessa participação ao longo do período analisado. No ano de 2003, a participação dos deflacionados foi maior em relação a 2004, que apresentou uma maior estabilidade de preços nos 24 meses que a série representa.

Tabela 4 - Porcentagem dos itens do IPC/CEPES, segundo hipóteses de estabilidade - jan/03 a dez/04

Meses	Deflacionados	Estáveis	Inflacionados
jan/03	15,57%	14,75%	69,67%
fev/03	25,82%	19,67%	54,51%
mar/03	25,00%	20,90%	54,10%
abr/03	29,10%	20,49%	50,41%
mai/03	35,25%	20,90%	43,85%
jun/03	36,48%	22,95%	40,57%
jul/03	38,11%	17,62%	44,26%
ago/03	36,89%	20,49%	42,62%
set/03	36,89%	21,72%	41,39%
out/03	38,93%	20,90%	40,16%
nov/03	34,84%	25,00%	40,16%
dez/03	36,89%	21,72%	41,39%
jan/04	27,46%	17,21%	55,33%
fev/04	36,48%	18,03%	45,49%
mar/04	24,18%	24,18%	51,64%
abr/04	32,79%	20,49%	46,72%
mai/04	32,79%	17,21%	50,00%
jun/04	22,54%	36,07%	41,39%
jul/04	29,92%	19,26%	50,82%
ago/04	27,05%	22,54%	50,41%
set/04	29,10%	31,15%	39,75%
out/04	22,13%	33,20%	44,67%
nov/04	27,46%	28,28%	44,26%
dez/04	32,38%	19,67%	47,95%

Fonte: CEPES/IEUFU

*Gráfico 9 - Porcentagem dos itens do IPC/CEPES, segundo hipóteses de estabilidade
- jan/03 a dez/04*



Fonte: CEPES/IEUFU

2 - Cesta Básica, Salário Mínimo Necessário e Cesta de Consumo Familiar

Marlene Marins de Camargos Borges

A partir do cálculo do IPC/CEPES, são também calculados e divulgados, mensalmente, a Cesta Básica, o Salário Mínimo Necessário e a Cesta de Consumo Familiar para a cidade de Uberlândia.

Por meio da evolução histórica dos resultados desses cálculos, comparados com o salário mínimo oficial, é possível avaliar as condições de vida dos trabalhadores e das famílias no município de Uberlândia, principalmente aqueles de baixa renda, cujo destino dos rendimentos se dá basicamente para o consumo de produtos de gêneros alimentícios essenciais.

Tabela 1 – Evolução da Cesta Básica, do Salário Mínimo Necessário, do Salário Mínimo Oficial e da Cesta de Consumo Familiar no período de 1990 a 2004

Ano	Cesta Básica (a)	Salário Mínimo	Salário Mínimo	Cesta Consumo
	Necessário (b)	Oficial (c)	Familiar (d)	
	Valor Corrente	Valor Corrente	Valor Corrente	Valor Corrente
1990	7.535,93	62.834,32	8.836,82	25.121,76
1991	43.299,05	361.025,98	63.000,00	158.068,31
1992	590.639,18	4.924.728,96	522.186,94	2.097.373,43
1993	15.156,97	126.378,29	18.760,00	54.054,73
1994	89,71	747,97	70	263,37
1995	81,46	679,24	100	263,74
1996	70,41	586,58	112	222,47
1997	76,05	634,09	120	230,71
1998	85,85	715,84	130	258,41
1999	92,41	770,49	136	293,84
2000	95,9	799,57	151	308,54
2001	105,36	878,43	180	348,5
2002	132,4	1.103,96	200	445,17
2003	134,4	1.120,61	240	469,34
2004	147,77	1.232,06	260	504,65
2005	165,95	1.367,01	300	540,71

Fonte: CEPES/IEUFU

Valores referentes ao mês de dezembro. Apenas em 2005 os valores são referentes ao mês de maio.

De 1990 a 1992 - Valores em Cruzeiro (Cr\$). Em 1993 - valores em Cruzeiro Real (CR\$). A partir de 1994 - Valores em Reais (R\$).

(a) A partir do mês de novembro/2002, a Ração Essencial calculada, pelo CEPES/IEUFU, passou a receber a denominação de Cesta Básica, em substituição à denominação anterior de Ração Essencial. A mudança é apenas na nomenclatura, ou seja, o cálculo da Cesta Básica (Ração Essencial) se mantém como um indicador decorrente do Decreto-Lei nº. 399, de 30/04/38, que estabelece os produtos alimentares (e suas quantidades) que, em tese, um trabalhador que recebe salário mínimo, com uma jornada de trabalho de 220 horas mensais, necessita para sua sobrevivência. Ela é composta por 13 (treze) produtos alimentares (carne, leite, feijão, arroz, farinha de trigo, batata, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e margarina).

(b) O Salário Mínimo Necessário (SMN) é calculado tomando-se como referência o valor da Cesta Básica ajustado para uma família constituída por 2 adultos e 2 crianças (ou três adultos), considerando os gastos com outros itens de despesa (Educação, Saúde, Transporte, Vestuário, etc.), de acordo com procedimento adotado pelo DIEESE.

(c) O Salário mínimo, de acordo com o preceito constitucional, é o salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV).

(d) O custo da cesta básica é um levantamento feito pelo CEPES para avaliar o comportamento do poder de compra dos salários na aquisição de 45 produtos necessários a manutenção de uma família-padrão (3 adultos ou 2 adultos e 2 crianças).

3 - Custo Unitário Básico para Construção Civil (CUB/UDI)

Álvaro Fonseca e Silva Júnior

O CUB/Udi é um indicador calculado pelo CEPES/IEUFU em parceria com o SINDUSCON/TAP. Ao SINDUSCON cabe o contato com as construtoras que fornecem o custo de seus insumos. O CEPES faz a crítica dos dados e repassa as inconsistências ao SINDUSCON para checagem de sua procedência junto às fontes. Sanadas todas as dúvidas, o CEPES procede, então, o cálculo do indicador e elabora o relatório final que é repassado ao SINDUSCON para divulgação.

Deve ser salientado que o CUB não é um índice de preços ao consumidor final pois é calculado a partir dos custos de construtoras e não dos preços de venda no varejo. Refere-se aos custos unitários básicos de construção (m^2), calculado conforme a lei 4.591 (art.54) ao disposto na NBR-12721 da ABNT, com insumos ajustados conforme o SINDUSCON-MG para projeto comercial. Na formação destes custos unitários básicos não são considerados os seguintes itens, que deverão ser levados em conta na determinação dos preços por m^2 de construção, de acordo com o estabelecido no projeto e especificações correspondentes a cada caso particular: fundações especiais, elevadores, instalações de incêndio, ar condicionado, calefação, telefone interno, fogões, aquecedores, "playgrounds", equipamentos de garagem, etc; obras complementares de terraplanagem, urbanização, recreação, ajardinamento, ligações de serviços públicos, etc; despesas com instalação, funcionamento e regulamentação de condomínio, além de outros serviços especiais; impostos e taxas, projetos incluindo despesas com corretagem e publicidade, entre outros.

O tipo de edificação-padrão para definição do CUB/ M^2 é o "residencial" de oito pavimentos (H8), dois (2) quartos e acabamento "normal"(N) - H82N. O CUB/Udi é utilizado pelo INSS no cálculo de suas taxas referentes à construção civil. É utilizado também pelas construtoras como base comparativa. Foi empregado ainda no cálculo do pagamento das desapropriações realizadas na cidade de Nova Ponte durante a construção da represa de Miranda.

Tabela 1 – Custo unitário mensal da construção civil (CUB/Udi) - valor e variação no período 1997 a 2005

Anos	1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005	
Meses	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%								
JAN	328,39	1,39	344,36	-0,33	345,73	-0,60	372,91	1,30	401,80	0,82	457,36	0,74	527,29	1,84	612,67	0,16	677,69	0,76
FEV	329,60	0,37	345,23	0,25	352,52	1,96	377,67	1,28	401,62	-0,04	458,34	0,21	532,44	0,98	613,26	0,10	679,88	0,32
MAR	332,16	0,78	346,89	0,48	353,66	0,33	379,54	0,49	402,19	0,14	461,85	0,76	542,29	1,85	617,82	0,74	681,86	0,29
ABR	331,57	-0,18	345,96	-0,27	351,02	-0,75	380,00	0,12	405,52	0,83	473,80	2,59	546,50	0,78	620,35	0,41	658,06	0,47
MAI	330,62	-0,29	347,13	0,34	349,66	-0,39	380,14	0,04	408,78	0,81	478,97	1,09	513,29	12,22	648,51	4,54	709,67	3,59
JUN	329,96	-0,20	354,84	2,22	345,19	-1,28	380,66	0,14	409,29	0,13	479,11	0,03	607,99	-0,86	649,94	0,22		
JUL	330,33	0,11	356,26	0,04	348,05	0,83	382,09	0,38	409,47	0,04	481,24	0,44	613,07	0,84	652,80	0,44		
AGO	331,26	0,28	351,70	-1,28	353,06	1,44	382,90	0,21	413,36	0,95	488,19	1,45	608,43	-0,76	656,86	0,62		
SET	339,67	2,54	348,66	-0,86	362,93	2,80	396,85	3,64	450,31	0,94	488,36	0,03	610,86	0,40	659,34	0,38		
OUT	344,06	1,29	350,76	0,60	366,82	1,07	396,23	-0,16	452,73	0,54	497,81	1,94	611,15	0,05	662,69	0,51		
NOV	344,01	0,00	350,95	0,05	366,93	0,03	398,54	0,58	452,90	0,04	517,47	3,95	611,36	0,01	668,71	0,91		
DEZ	345,52	0,44	347,83	-0,89	368,14	0,33	398,54	0,00	454,01	0,25	517,78	0,06	611,70	0,05	672,59	0,58		
Variação acumulada anual (%)																		
Anos	1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005	
Var. Acum.	6,68		0,67		5,84		8,26		13,92		14,05		18,12		9,96		5,51	

Fonte: CEPES/IEUFU

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

1 - Produto Interno Bruto (PIB)

André Luiz Teles Rodrigues
Durval Perin

O PIB é o indicador que exprime o valor da produção realizada dentro das fronteiras geográficas de um país, num determinado período independentemente da nacionalidade das unidades produtivas.

Dentro do *ranking* mineiro, Uberlândia é um dos principais municípios geradores de renda, perde apenas para Belo Horizonte, Betim e Contagem.

De acordo com a Tabela 1, pode-se observar que o PIB (a preços correntes) de Uberlândia e de Minas Gerais apresentou um crescimento muito maior do que o PIB do Brasil, principalmente no período de 2000 a 2002. As variações médias de Uberlândia e Minas Gerais foram de 11,87% e 10,21% respectivamente. O PIB brasileiro, neste mesmo período, apresentou uma variação média de 2,53%.

O PIB per capita é a quantia em reais que cada habitante receberia caso o PIB fosse dividido igualmente entre toda a população. No caso de Uberlândia este valor é 70,29% superior ao do Estado de Minas Gerais e 51,19% maior que o do Brasil, ou seja, o município apresenta uma renda superior (ver Tabela 3).

Dentre os três setores que compõem o PIB local, os setores Indústria e Serviços têm se alternado no destaque. Em 1999, o setor de serviços apresentava uma participação de 58,86% e o setor industrial, 36,65%. Já em 2000, o setor de serviços caiu para 54,07% e a indústria apresentou uma participação de 42,52%. Em 2002, o setor de serviços apresentou uma participação de 55,24% e o setor industrial de 40,69% (ver Tabela 2 e Figura 1).

Tabela 1 – Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes segundo setores de atividade econômica - (em R\$1.000,00) - 1999 a 2002

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Outros	Total
1999	174.247	1.422.416	2.284.283	579.608	4.460.554
2000	159.450	1.988.604	2.528.696	588.542	5.265.292
2001	215.842	1.909.794	2.767.840	667.265	5.560.741
2002	228.371	2.283.798	3.100.875	613.395	6.226.439

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação Contas Nacionais.

Elaboração: CEPES/IEUFU.

Nota: Dados sujeitos à revisão.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes (em R\$1.000,00) - Brasil, Sudeste, Minas Gerais e Uberlândia - 1999 a 2004

Anos	Uberlândia	Minas Gerais	Sudeste	Brasil
1999	4.460.554	93.748.370	567.221.454	973.845.470
2000	5.265.292	106.168.725	636.394.495	1.101.254.907
2001	5.560.741	113.529.800	684.730.353	1.198.736.188
2002	6.226.439	125.388.846	758.374.273	1.346.027.825
2003	nd	nd	nd	1.556.182.000
2004	nd	nd	nd	1.769.202.000

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação Contas Nacionais.

Elaboração: CEPES/IEUFU.

Nota: Dados sujeitos à revisão.

Tabela 3 – PIB per capita a preços correntes (em R\$1.000,00) - Brasil, Sudeste, Minas Gerais e Uberlândia - 1999 a 2004

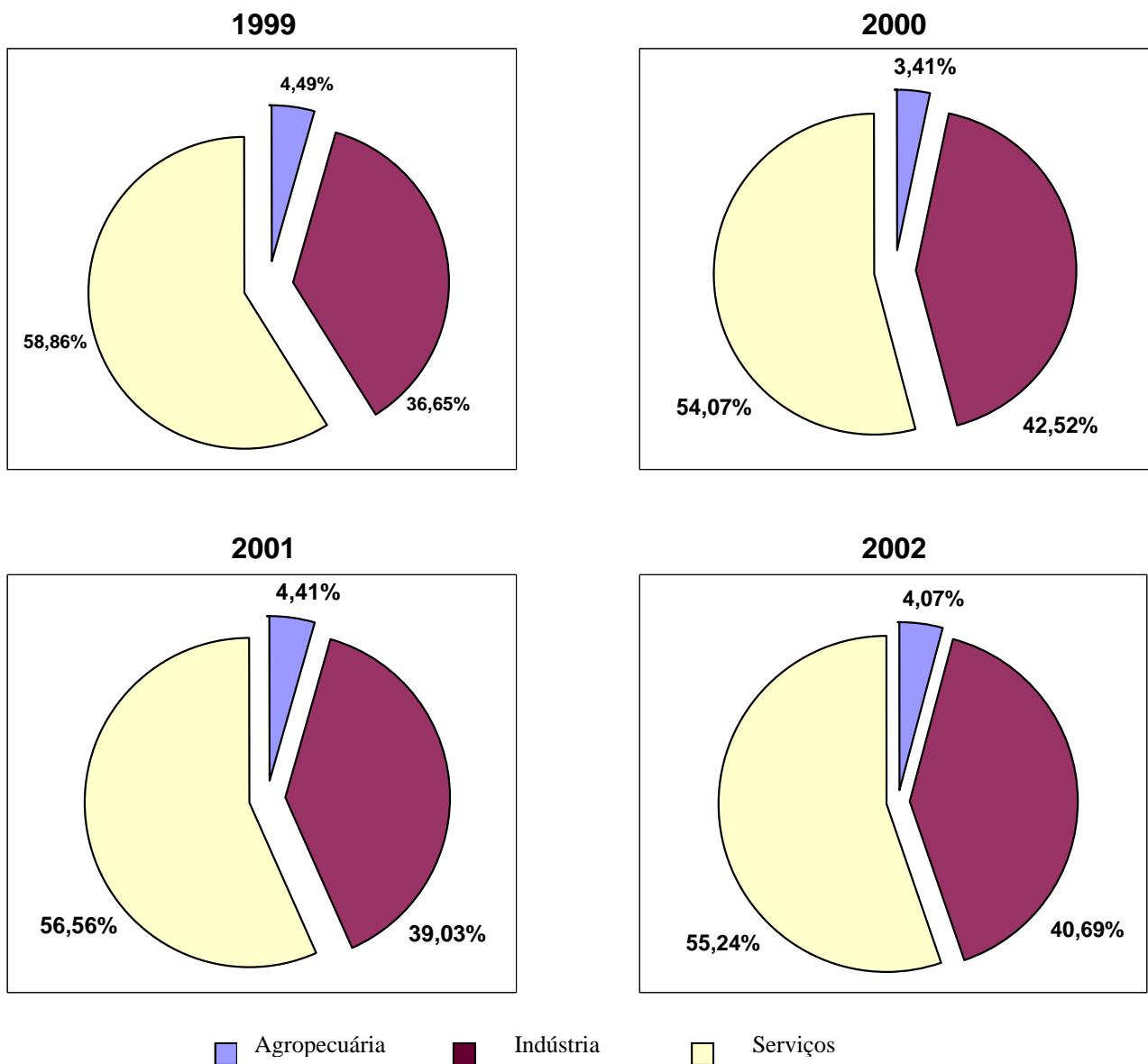
Anos	Uberlândia	Minas Gerais	Sudeste	Brasil
1999	9.009,00	5.269,00	7.881,12	5.770,80
2000	10.327,00	5.888,00	8.713,46	6.429,56
2001	10.598,00	6.215,00	9.239,88	6.896,34
2002	11.537,00	6.775,00	10.086,43	7.630,93
2003	nd	nd	nd	8.694,48
2004	nd	nd	nd	9.743,05

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação Contas Nacionais.

Elaboração: CEPES/IEUFU.

Nota: Dados sujeitos à revisão.

Gráfico 1 – Participação dos setores no PIB de Uberlândia (MG) – 1999 a 2002



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação Contas Nacionais.
Elaboração: CEPES/IEUFU.

2 – Indicadores de Desenvolvimento Social

André Luiz Teles Rodrigues
Durval Perin

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado por Mahbud ul Haq com a colaboração do economista Amartya Sen com a finalidade de medir o nível de desenvolvimento humano de um determinado país. Apesar de muito criticado, este índice obteve grande sucesso, pois foi o primeiro indicador a incorporar alguma medida de desenvolvimento que não considera apenas a dimensão econômica de uma nação, incluindo também, ainda que limitadamente, a dimensão humana. Assim, o Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida sintética do desenvolvimento humano de um país, porém possui suas limitações e não abrange todos os aspectos importantes que refletem o desenvolvimento de uma determinada localidade. Ademais, é importante frisar que este indicador não é uma representação da “felicidade” das pessoas, e nem indica “o melhor lugar do mundo para se viver”.

O IDH abrange três grandes dimensões básicas: i) dimensão educação; ii) dimensão longevidade, e iii) dimensão renda. Cada uma destas dimensões irá fornecer um índice, que varia em uma escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano da localidade em questão. E a partir de uma média simples dos índices das três dimensões citadas acima, origina-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

De acordo com as tabelas abaixo, percebe-se que Uberlândia tem apresentado uma melhoria nas suas condições de vida com base no IDH, pois entre 1970 e 2000 este índice apresentou uma elevação de 0,263 p.p. E, comparando com o índice de Minas Gerais e do Brasil, Uberlândia também tem o indicador superior. Mas quando se analisa o *ranking* do estado ou do País, a situação da cidade não é tão satisfatória assim, pois em 1991 ocupava a 3^a posição e passou para a 7^a posição em 2000 e, no *ranking* do país, passou de 76^a posição para 134^a. Neste período, algumas cidades apresentaram um desenvolvimento superior ao de Uberlândia tanto no estado de Minas Gerais como no Brasil.

Tabela 1 – Comparativo do Índice de Desenvolvimento Humano de Uberlândia (MG) com o Estado de Minas Gerais e Brasil – 1970, 1980, 1991 e 2000

Índice	Município de Uberlândia				Estado	Brasil
	1970	1980	1991	2000	2000	2000
Total	0,567	0,746	0,777	0,83	0,766	0,757
Renda	0,587	0,954	0,726	0,768	0,711	0,72
Longevidade	0,49	0,6	0,758	0,802	0,736	0,71
Educação	0,625	0,683	0,848	0,92	0,85	0,83
Rank no Brasil			76°	134°	11°	-
Rank no Estado	3°	1°	3°	7°	-	-

Fonte: IPEA, Ministério do Planejamento.

Tabela 2 – Evolução dos indicadores componentes do IDH-M de Uberlândia (MG) – 1970, 1980, 1991 e 2000

Componentes do IDHM	1970	1980	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,567	0,746	0,778	0,83
Esperança de vida ao nascer (em anos)	54,38	61,01	70,45	73,11
Taxa de alfabetização de adultos (%)		91,5	94,55	
Taxa bruta de freqüência escolar (%)		71,31	86,97	
Renda per capita (em R\$ de 2000)		306,29	389,32	
Índice de longevidade (IDHM-L)	0,49	0,6	0,758	0,802
Índice de educação (IDHM-E)	0,625	0,683	0,848	0,92
Índice de renda (IDHM-R)	0,587	0,954	0,728	0,768
Classificação em Minas Gerais			3	7
Classificação no Brasil			73	131

Fonte: Dados Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 3 - Indicadores de pobreza de Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Indicadores de Pobreza	Ano	
	1991	2000
% de indigentes	3,15	3,91
% de pobres	14,13	12,77
Intensidade da indigência	31,85	60,34
Intensidade da pobreza	32,76	37,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 4 - Indicadores do nível e composição da renda de Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Indicadores do nível e composição de renda	Ano	
	1991	2000
Renda per Capita	306,29	389,32
% da renda proveniente de transferências governamentais	6,09	10,59
% da renda proveniente de rendimentos do trabalho	88,8	77,28
% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais	3,92	7,77

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 5 - Percentagem da renda domiciliar apropriada por faixas da população de Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Apropriação de renda por faixas da população	Ano	
	1991	2000
% da renda apropriada pelos 20% mais pobres	3,99	3,27
% da renda apropriada pelos 40% mais pobres	11,64	10,24
% da renda apropriada pelos 60% mais pobres	23,23	20,94
% da renda apropriada pelos 80% mais pobres	41,72	38,57
% da renda apropriada pelos 20% mais ricos	58,28	61,43
% da renda apropriada pelos 10% mais ricos	42,77	45,82

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 6 - Indicadores sintéticos de desigualdade de renda de Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Indicadores de desigualdade de renda	Ano	
	1991	2000
10% mais ricos / 40% mais pobres	14,7	17,91
20% mais ricos / 40% mais pobres	10,01	12
Índice de Gini	0,53	0,56
Índice de Theil	0,49	0,55

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 7 - Nível de renda domiciliar por extrato da população em Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Nível de renda domiciliar por extrato da população	Ano	
	1991	2000
Renda per capita média do 1º quinto mais pobre	61,17	63,63
Renda per capita média do 2º quinto mais pobre	117,14	135,62
Renda per capita média do 3º quinto mais pobre	177,46	208,41
Renda per capita média do 4º quinto mais pobre	283,12	343,15
Renda per capita média do quinto mais rico	892,57	1195,78
Renda per capita média do décimo mais rico	1310,13	1783,78

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 8 - Indicadores de vulnerabilidade familiar em Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Indicadores de vulnerabilidade familiar	Ano	
	1991	2000
% de pessoas de 65 anos ou mais morando sozinhas	9,8	14,16
% de pessoas em famílias com razão de dependência maior que 75%	43,33	35,71
% de mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos	7,08	4,85
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos	...	0,28
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	5,92	7,02
% de crianças de 10 a 14 anos que trabalham	9,47	16,12
% de pobres	14,13	12,77
% de crianças indigentes	4,82	6,19
% de crianças pobres	19,9	19,79
% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	...	41,11
% de crianças de 5 a 6 anos fora da escola	51,27	19,68
% de crianças de 7 a 14 anos fora da escola	8,69	2,72
% de crianças de 10 a 14 anos fora da escola	9,15	4,09
% de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola	35,09	3,06

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 9 - Indicadores de potencial de atendimento qualificado de serviços prioritários em Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Potencial de atendimento qualificado de serviços prioritários	Ano	
	1991	2000
% de enfermeiros com curso superior	5,62	8,34
Número de médicos por 1000 habitantes	1,76	1,93
% de professores do fundamental com curso superior	45,18	48,59

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 10 - Percentual de pessoas que vivem em domicílios com acesso a bens de consumo em Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Percentual de pessoas com acesso a bens de consumo	Ano	
	1991	2000
% de pessoas que vivem em domicílios com TV	90,31	95,77
% de pessoas que vivem em domicílios com telefone	40,94	63,64
% de pessoas que vivem em domicílios com carro	32,75	47,9
% de pessoas que vivem em domicílios com geladeira	87,4	95,8
% de pessoas que vivem em domicílios com pelo menos 3 dos bens anteriores	47,25	70,58
% de pessoas que vivem em domicílios com computador	...	15,27

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

3 - Mercado de Trabalho

Marlene Marins de Camargos Borges

3.1 - Evolução do Emprego Formal (1990-2003)

Os dados apresentados sobre este tema foram tabulados utilizando as informações da base de dados RAIS/CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego. Cabe salientar que, embora as informações constantes no painel sobre o mercado de trabalho formal considerem apenas os anos entre 1990 e 2003, é possível obter as mesmas informações a partir de 1985.

Conforme demonstrado nas tabelas¹, os dados permitem uma análise, ao longo do período, da evolução do número de estabelecimentos com vínculos empregatícios, da evolução do emprego formal por setor de atividade e também do comportamento de algumas variáveis de perfil do empregado como: remuneração média, escolaridade, sexo, faixa etária e também uma análise da movimentação (admissão e desligamento) dos trabalhadores nos últimos meses.

Quando se analisa os dados sobre o número de estabelecimento por número de empregados, ao longo do período 1990-2003, verifica-se um aumento no número de estabelecimentos em 132%, com uma taxa média de crescimento anual de 6,19%, e também uma tendência de crescimento da participação principalmente dos estabelecimentos de pequeno porte, ou seja, daqueles que possuem até 4 empregados. Neste sentido, observa-se que 98,17% dos estabelecimentos, em 1990, tinham até 99 empregados, sendo que a maioria (65,52%) se enquadrava como pequenos estabelecimentos (até 4 empregados). Já no ano 2003, há uma pequena variação da participação dos estabelecimentos que tinham até 99 empregados, passando para

¹ As informações se referem ao mercado de trabalho formal em 31/12.

99,02%, e também um aumento da participação relativa dos estabelecimentos de pequeno porte, passando para 71,09% (ver Tabela 1).

Neste período de 1990 a 2003, observa-se que o emprego formal no município cresceu 73,02%, com o aumento em todos os setores de atividade, registrando ainda uma taxa média de crescimento anual de 3,99%. Nos setores do comércio e dos serviços houve aumento relativo da participação na geração de empregos formais, com destaque para o setor serviços, pois além de concentrar o maior número de empregados ao longo do período, também apresenta um crescimento de 95,75% na geração de empregos ao longo do período analisado, configurando uma taxa de crescimento médio anual de 4,91%.

Ainda para este setor, os dados permitem apurar um acréscimo na sua participação relativa na geração de postos de trabalho, em relação ao total de empregados no ano, passando de 45,04% em 1990 para 50,95% em 2003. Já os setores da indústria e da construção civil se destacam ao apresentar uma queda de participação relativa na geração de postos de trabalho, em relação ao total de empregados no ano, passando de 16,24% em 1990 para 15,59% em 2003 e de 5,81% em 1990 para 4,37% em 2003, respectivamente (ver Gráfico 1 e Tabela 2).

Com relação às variáveis de perfil do empregado, os dados indicam que o nível de escolaridade do trabalhador em Uberlândia tem crescido, quando se verifica que há uma queda da participação dos empregados sem nenhuma escolaridade (analfabetos) e que freqüentam ou já concluíram as séries do primeiro grau, passando de 64,86%, em 1990, para 41,35% em 2003. Conseqüentemente, há um aumento relativo dos empregados com segundo grau (completo e incompleto) e dos de nível superior, cuja participação passa de 23,64% e 11,04%, em 1990, para 41,25% e 17,4% em 2003, respectivamente (ver Tabela 3).

Analizando a faixa etária dos empregados formais, observa-se que há uma queda relativa de empregos gerados para a faixa de idade até 24 anos, quando a sua

participação relativa no total de empregos passa de 29,71%, em 1990, para 24,15% em 2003. Conseqüentemente, cresce a participação dos empregados na faixa etária de 25 a 49 anos (de 61,91%, em 1990, para 66,55% em 2003), o que demonstra uma queda na participação relativa dos jovens no total dos empregos formais gerados (ver Tabela 4).

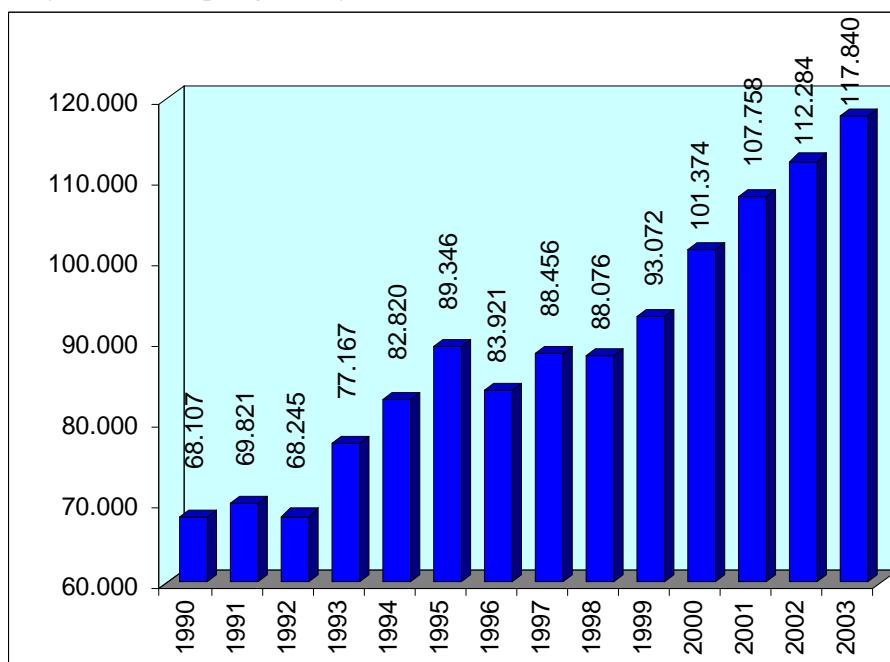
Ao considerar os empregos formais segundo o sexo, nota-se que o período se caracteriza pelo aumento do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, quando a participação relativa das mulheres passa de 30,22%, em 1990, para 38,97% em 2003, configurando uma taxa de crescimento médio de 5,9% no período. Conseqüentemente, verifica-se uma queda relativa da participação dos homens, passando de 69,78%, em 1990, para 61,03% em 2003 (ver Tabela 5).

Finalmente, quando se analisa o empregado segundo faixa de remuneração média, destaca-se que a maioria dos empregados formais se encontra recebendo até três salários mínimos e que o aumento da concentração de empregados nesta faixa de remuneração é crescente. Em 1990, 55,22% do total dos empregados formais recebiam até três salários mínimos e, em 2003, passam a ser 72,41%, evidenciando, pelo lado da renda, uma crescente precarização do mercado de trabalho (ver Tabela 6). Além disso, os dados também permitem uma análise sobre a remuneração média, em salários mínimos, dos empregados e apontam que, nos últimos anos, houve queda na remuneração média, ou seja, enquanto em 1990 os empregados recebiam em média 4,57 salários mínimos, chegando a receber até 5,91 salários em média no ano de 1995, em 2003 esta remuneração caiu para 3,31 salários mínimos (ver Tabela 7).

Tabela 1 - Número de estabelecimentos segundo o número de empregados formais – 1990 a 2003

Núm. Emp.	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
0 Empr.	777	1.011	1.024	890	986	1.294	1.374	1.452	1.507	1.654	1.693	1.791	1.846	2.000
Ate 4 Empr.	2.768	2.971	2.984	3.309	3.712	4.493	4.618	5.013	5.367	5.766	6.011	6.295	6.716	6.923
De 5 a 9	859	851	815	914	969	1.104	1.137	1.283	1.440	1.525	1.657	1.701	1.807	1.888
De 10 a 19	471	485	480	539	587	613	665	724	786	819	880	912	958	974
De 20 a 49	321	341	308	322	327	354	358	366	377	400	473	492	492	490
De 50 a 99	115	100	104	110	131	116	112	116	125	121	121	130	149	153
De 100 a 249	70	69	50	61	64	68	75	84	75	76	86	78	80	65
De 250 a 499	18	20	21	22	20	16	15	20	20	16	19	24	32	37
De 500 a 999	7	7	7	7	13	11	7	7	12	13	11	11	9	10
1000 ou Mais	4	5	5	7	6	6	7	6	6	10	11	12	12	11
Total	5.410	5.860	5.798	6.181	6.815	8.075	8.368	9.071	9.715	10.400	10.962	11.446	12.101	12.551

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Gráfico 1 - Empregados formais em 31/12 – 1990 a 2003

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Tabela 2 - Empregados formais em 31/12 segundo grande setor de atividade 1990 a 2003

Grande Setor	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Indústria	11.058	10.716	10.330	12.935	13.442	12.760	13.610	14.978	14.659	14.663	15.490	14.315	19.328	18.375
Constr. Civil	3.955	4.351	3.690	3.789	7.136	7.180	6.581	5.998	6.741	6.237	6.537	5.955	5.937	5.148
Comércio	15.507	16.205	14.497	16.273	20.872	20.950	21.206	21.840	21.108	22.182	26.925	25.759	26.935	29.206
Serviços	30.675	30.958	30.988	29.398	29.002	43.373	36.849	39.333	39.679	43.688	46.953	54.724	52.809	60.045
Agropecuária	3.763	3.483	3.748	4.412	5.578	4.350	5.531	6.243	5.849	6.302	5.469	7.005	7.275	5.066
Outros	3.149	4.108	4.864	10.215	6.790	733	144	52	19	0	0	0	0	0
Total	68.107	69.821	68.245	77.167	82.820	89.346	83.921	88.456	88.076	93.072	101.374	107.758	112.284	117.840

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Tabela 3 - Empregados formais em 31/12 segundo grau de escolaridade 1990 a 2003

Escalaridade	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Analfabeto	1.024	1.086	851	940	1.095	1.098	1.124	1.048	970	853	813	855	1.027	573
4ª Série Incomp.	7.778	7.335	6.321	7.120	7.253	7.914	6.970	6.710	5.813	5.276	4.954	4.893	4.925	4.767
4ª Série Comp.	10.272	10.593	9.597	9.935	11.002	10.056	12.064	11.357	10.312	9.205	9.350	8.734	8.336	7.035
8ª Série Incomp.	16.010	16.344	16.536	18.412	19.248	20.246	20.403	21.886	21.022	20.432	20.634	20.457	20.517	18.304
8ª Série Comp.	9.092	8.876	8.851	10.440	12.337	11.994	12.368	13.372	13.336	14.281	17.103	17.037	17.629	18.052
2º Grau Incomp.	6.848	7.652	7.186	8.356	8.765	9.805	8.572	9.645	10.220	11.600	13.074	13.149	14.512	14.126
2º Grau Comp.	9.255	9.780	10.160	11.789	12.420	13.519	12.875	14.654	15.770	19.229	22.230	26.179	29.083	34.480
Superior Incomp.	2.270	2.415	2.373	2.941	3.135	4.345	2.993	3.429	3.484	4.403	4.982	5.336	5.495	5.497
Superior Comp.	5.247	5.452	6.071	6.846	7.375	9.658	5.859	6.341	7.095	7.793	8.234	11.118	10.760	15.006
Ignorado	311	288	299	388	190	711	693	14	54	0	0	0	0	0
Total	68.107	69.821	68.245	77.167	82.820	89.346	83.921	88.456	88.076	93.072	101.374	107.758	112.284	117.840

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Tabela 4 - Empregados formais em 31/12 segundo faixa etária – 1990 a 2003

Faixa Etária	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Até 17	3.355	3.247	2.555	2.688	3.247	3.411	3.036	3.002	2.857	2.421	2.336	2.186	2.055	1.967
18 A 24	16.878	16.466	15.086	16.633	18.188	18.459	18.817	19.953	19.952	21.567	23.722	24.070	26.021	26.489
25 A 29	13.153	13.567	13.259	15.339	15.865	16.021	16.212	17.109	16.628	17.471	18.780	19.019	21.002	21.061
30 A 39	19.583	20.637	21.150	24.382	25.401	27.804	26.170	27.578	27.427	28.756	31.476	32.532	34.023	34.434
40 A 49	9.431	10.089	10.584	12.129	13.462	15.916	13.357	14.206	14.411	15.681	17.230	20.425	20.003	22.927
50 A 64	4.891	4.949	5.004	5.280	5.926	6.719	5.756	6.016	6.253	6.646	7.309	8.944	8.591	10.338
65 OU MAIS	367	394	396	390	425	507	473	512	518	510	509	563	558	623
IGNORADO	449	472	211	326	306	509	100	80	30	20	12	19	31	1
Total	68.107	69.821	68.245	77.167	82.820	89.346	83.921	88.456	88.076	93.072	101.374	107.758	112.284	117.840

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Tabela 5 - Empregados formais em 31/12 segundo sexo – 1990 a 2003

Sexo	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Masculino	47.523	48.673	46.730	52.534	55.940	58.846	56.061	58.783	57.376	59.816	65.399	67.372	70.684	71.914
% Masc.	69,78	69,71	68,47	68,08	67,54	65,86	66,80	66,45	65,14	64,27	64,51	62,52	62,95	61,03
Feminino	20.584	21.148	21.515	24.633	26.880	30.500	27.860	29.673	30.700	33.256	35.975	40.386	41.600	45.926
% Fem.	30,22	30,29	31,53	31,92	32,46	34,14	33,20	33,55	34,86	35,73	35,49	37,48	37,05	38,97
Total	68.107	69.821	68.245	77.167	82.820	89.346	83.921	88.456	88.076	93.072	101.374	107.758	112.284	117.840

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Tabela 6 - Empregados formais em 31/12 segundo faixa de remuneração média mensal em salário mínimo – 1990 a 2003

Faixa Remun.	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
ATE 0,50	94	224	29	31	27	139	46	86	83	81	76	174	250	282
0,51 a 1,00	1.311	1.565	1.146	2.111	1.722	1.982	1.720	1.883	2.217	1.737	1.912	2.058	2.295	3.144
1,01 a 3,00	34.213	34.546	35.079	41.005	40.061	38.541	40.697	44.715	48.772	53.753	60.657	66.210	75.978	79.899
Sub- Total	37.608	38.326	38.246	45.140	43.804	42.657	44.459	48.681	53.070	57.570	64.645	70.443	80.525	85.328
3,01 a 5,00	15.252	15.289	14.102	14.909	16.835	18.152	19.189	19.498	17.907	18.434	18.986	18.845	18.028	17.981
5,01 a 7,00	6.538	6.221	6.538	7.244	8.186	9.829	7.965	8.347	7.461	7.800	8.024	7.982	6.350	6.623
7,01 a 10,00	4.489	4.289	4.184	4.686	6.514	8.513	6.597	6.111	5.075	4.833	4.948	5.059	3.901	3.874
10,01 a 15,00	2.309	2.674	3.109	3.366	3.946	5.362	3.687	3.863	3.117	3.051	2.953	3.201	2.757	2.880
MAIS DE 15,01	3.314	3.024	2.952	3.380	4.590	6.068	3.707	3.650	3.247	3.207	3.429	4.144	2.530	3.001
IGNORADO	587	1.989	1.106	435	939	760	313	303	197	176	389	85	195	156
Total	68.107	69.821	68.245	77.167	82.820	89.346	83.921	88.456	88.076	93.072	101.374	107.758	112.284	117.840

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Tabela 7 - Remuneração média em salários mínimos dos empregados formais em 31/12 – 1990 a 2003

Informações	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Massa salarial	311.517	338.840	402.005	357.576	478.415	528.405	408.512	410.078	379.197	388.909	413.805	431.536	375.496	390.251
Total Emp.	68.107	69.821	68.245	77.167	82.820	89.346	83.921	88.456	88.076	93.072	101.374	107.758	112.284	117.840
Remun. média	4,57	4,85	5,89	4,63	5,78	5,91	4,87	4,64	4,31	4,18	4,08	4,00	3,34	3,31

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

3.2 - População e Mercado de Trabalho Formal e Informal

Nesta seção, os dados apresentados foram tabulados utilizando informações do Relatório de Pesquisa “Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia”² e também dados obtidos junto a outros institutos de pesquisas, ora citados nas tabulações. É possível também analisar algumas informações sobre população e mercado de trabalho de forma geral (formal e informal), com destaque para os dados de população ocupada, desocupada e taxa de desemprego, para os anos de 1970, 1980, 1991 e 2001.

Quando se compara os empregos gerados no mercado de trabalho formal, a população total ocupada e a PEA (população economicamente ativa), verifica-se que, mesmo havendo um crescimento das ocupações formais (58,22% no período de 1990 a 2001) superior ao crescimento da PEA (36,26% entre os anos de 1991 e 2001), a quantidade de postos de trabalho formais e informais ainda é insuficiente para atender essa população economicamente ativa. Ou seja, considerando que no município, em 2001, a PEA era de 229.668 pessoas e que a taxa de desemprego era de 12,42%, verifica-se que apenas 56,6% do total da população ocupada ocupavam postos de trabalho formais e 46,42% dos empregados no município atuavam no mercado de trabalho informal, evidenciando o lado precário do mercado de trabalho (ver Tabela 8).

Ao considerar a distribuição da população ocupada por faixas de rendimentos (em salários mínimos), destaca-se uma situação de baixos rendimentos quando a maioria desta população (59,5%), incluindo trabalhadores formais e informais, se encontra recebendo até três salários mínimos (ver Tabela 9).

² CEPES (2001). **Condições sócio-econômicas das famílias de Uberlândia**. Uberlândia-MG, novembro, 2001.

Tabela 8 - População e mercado de trabalho

	1970	1980	1991	2001
População Economicamente Ativa - PEA (a)	40.527	100.716	168.542	229.668
População Não Economicamente Ativa - PNEA (b)	51.926	84.656	122.707	118.833
População em Idade Ativa - PIA (c)	92.453	185.372	291.249	348.501
População Não em Idade Ativa - PNIA (d)	32.135	55.595	75.813	155.064
População Ocupada - PO (e)	-	98.553	163.154	201.139
População Desocupada - PD (f)	-	2.163	5.388	28.529
Tx Desocupação Aberta(%) (g)	-	2,14	3,20	12,42
População Residente Total	124.588	240.967	367.062	503.565

Fonte: Anos de 1970, 1980 e 1991 - Fundação João Pinheiro (FJP) e o Ano de 2001 - Relatório de Pesquisa das Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia. CEPES/ IEUFU, 2001.

(a) Na PEA incluem-se as pessoas empregadas e as pessoas procurando emprego (desempregadas).

(b) Incluem-se as pessoas não integradas ao mercado de trabalho.

(c) Incluem-se as pessoas em idade para o trabalho. Nos anos 70,80 e 91, a idade considerada é 10 anos e mais e no ano 2001 superior a 14 anos.

(d) Incluem-se as pessoas não em idade para o trabalho. Nos anos 70,80 e 91, a idade considerada é de 0 a 9 anos no ano 2001 de 0 a 14.

(e) Incluem-se o total das pessoas ocupadas no mercado de trabalho (formal e informal).

(f) Incluem-se as pessoas desocupadas neste mesmo mercado.

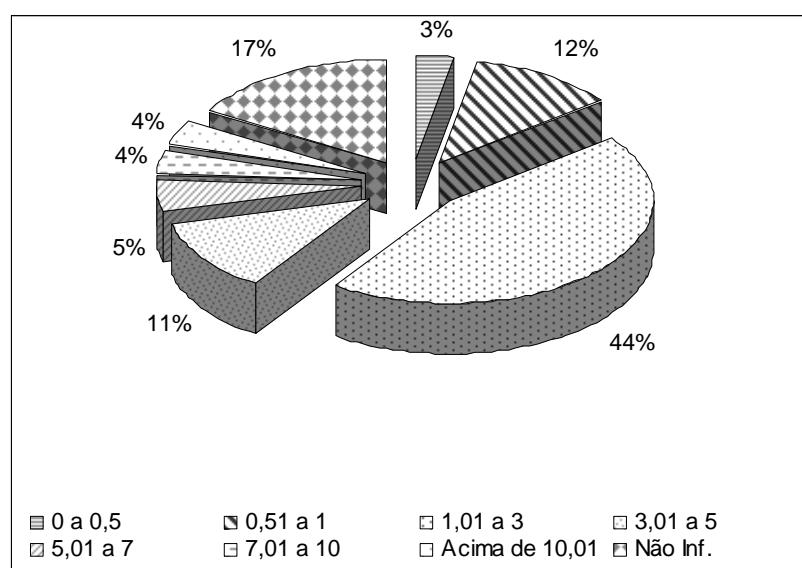
(g) A taxa de desocupação é definida como sendo a relação entre a população desocupada e a população economicamente ativa.

Tabela 9 - Distribuição da população ocupada por faixas de rendimentos - 2001

	Faixas de Rendimentos (em salários mínimos)								Total
	0 a 0,5	0,51 a 1	1,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	Acima de 10,01	Não Inf.	
População Ocupada (a)	5.935	23.732	90.094	23.014	9.700	7.558	7.745	33.362	201.139
População Ocupada (%)	3	11,8	44,8	11,4	4,8	3,8	3,9	16,6	100

Fonte: Relatório de Pesquisa das Condições Sócio- Econômicas das Famílias de Uberlândia. CEPES/ IEUFU, 2001.

(a) Incluem-se o total das pessoas ocupadas no mercado de trabalho (formal e informal).

Gráfico 2 - Distribuição percentual da população ocupada por faixas de rendimentos em salários mínimos - 2001

Fonte: Relatório de Pesquisa das Condições Sócio- Econômicas das Famílias de Uberlândia. CEPES/ IEUFU, 2001.
Incluem-se o total das pessoas ocupadas no mercado de trabalho (formal e informal).

3.3 - Condições de Ocupação e Renda dos Portadores de Deficiência

Sobre este tema foram relacionadas algumas tabulações constantes do relatório da pesquisa “Levantamento de Informações Econômico-Sociais da População Portadora de Deficiência no Município de Uberlândia (MG) – FASE I”. Essa pesquisa foi proposta ao CEPES/IEUFU pelo Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência (COMPOD), pelo Ministério Público do Trabalho/ Procuradoria Regional do Trabalho 3^a Região – MG, pelo Ministério do trabalho e Emprego/ Subdelegacia Regional de Uberlândia – MG e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - Uberlândia (MG).

A realização da pesquisa ocorreu em duas etapas, sendo a primeira no período de 6 de novembro a 17 de dezembro de 2004, e a segunda etapa do dia 19 de dezembro a 21 de janeiro de 2005. Durante os trabalhos de campo, nesta FASE I, foram visitados 7006 portadores de deficiência que se enquadram na faixa etária de 13 a 60 anos, dos quais 3574 responderam o questionário completo e 257 responderam o questionário simplificado.

Os resultados dessa pesquisa permitem uma análise das condições de ocupação e renda das Pessoas Portadoras de Deficiência Pesquisadas (PPDs) no mercado de trabalho, no município de Uberlândia. Nesse sentido, essa seção se dedicará a analisar alguns resultados da pesquisa fazendo referência, em alguns momentos, à totalidade das PPDs que preencheram o questionário completo (3574) e, em outros, ao contingente de pessoas que respondeu a informação solicitada.

Ao analisar a situação de trabalho dos portadores de deficiência pesquisados, destaca-se que, de um total de 3574 pessoas, 2717 não trabalhavam, o que corresponde a uma participação relativa de 76,02%. Dos que declararam não trabalhar, na data da pesquisa, 77,86% são mulheres e 74,35%, homens. Quando se trata de analisar a participação relativa das PPDs que trabalhavam, verifica-se que apenas 845 pessoas

responderam que trabalhavam, representando 23,64% do total de pessoas pesquisadas. Deste total, 25,23% são homens e 21,90%, mulheres (Tabela 10).

Ao classificar o total de PPDs em relação à situação de trabalho e escolaridade, observa-se que a maioria que trabalhava declarou possuir o 1º Grau Incompleto/Fundamental e 2º Grau Completo/ Médio, correspondendo aos percentuais de 39,64% e 22,60%, respectivamente.

Quando se analisa a escolaridade das PPDs que não trabalhavam tem-se que a maioria apresenta baixa escolaridade. Ou seja, 25,61% declararam não possuir nenhuma escolaridade (não lê e não escreve ou apenas lê e escreve, sem escolaridade) e 50,20% possuíam apenas o 1º Grau Incompleto/Fundamental (Tabela 11).

Quando se fala da pouca pressão exercida pelas PPDs sobre o mercado de trabalho é importante se ater aos motivos que influenciam esta postura, alguns deles explicitados na Tabela 12. Portanto, ao se analisar as PPDs que não trabalhavam quanto ao motivo, identifica-se uma realidade onde os destaques são: 57,12% afirmaram “não trabalhar porque a deficiência o impede”; 14,17% declararam “querer trabalhar, mas não encontrou trabalho” e, finalmente, 9,64% responderam “quer trabalhar, mas não procurou trabalho”. Enquanto isso, apenas 5,96% dos que não trabalhavam afirmaram “não querer trabalhar”; 4,20% “não trabalham para não perder o benefício”; 5,01% afirmaram que “encontrou trabalho, mas não foi aceito” e finalmente 1,99% declararam “querer trabalhar, mas a família não permite”.

De acordo com a Tabela 13, ao relacionar as PPDs que trabalhavam distribuídas segundo posição na ocupação e sexo, verifica-se que a maioria das pessoas ocupadas se concentravam nas categorias de Empregado com Carteira (38,82%), Conta Própria/Ambulante e Autônomo (19,77%) e Funcionário Público (14,67%), significando que 73,26% do total estavam nestas categorias de ocupações. Do total de mulheres que declararam trabalhar, destaca-se uma maior concentração de mulheres com vínculo formal, ou seja, 37,27% eram empregadas com carteira e 19,03% eram Funcionárias

Públicas. Entre o total de homens que trabalhavam, destaca-se que a maioria se situava nas categorias Empregado com Carteira (40,04%) e Conta Própria/ Autônomo (19,28%).

Quando se analisa o rendimento pessoal por sexo, verifica-se que, do total de 1703 mulheres que responderam o questionário, 58,60% ganham até 1 salário mínimo e 15,74% ganham de 1,01 a 2 salários, perfazendo um total de 74,34% com até dois salários mínimos. No caso dos homens, a realidade é um pouco diferente, ou seja, do total de 1871 homens, 48,85% recebem até 1 salário mínimo e 20,58% ganham de 1,01 a 2 salários, ou seja, embora o percentual que recebiam até 2 salários mínimos também seja alto (69,43%), é inferior ao percentual de mulheres nestas condições de rendimento (ver Tabela 14).

Com relação à renda familiar (que inclui o rendimento pessoal dos entrevistados), a tendência dos baixos rendimentos verificados nos dados de renda pessoal também se configura na renda familiar. Neste caso, registra-se que 15,75% declararam ter renda familiar de até 1 salário mínimo (R\$260,00); 33,46% têm renda familiar de 1,01 a 2 salários mínimos e 23% têm renda familiar de 2,01 a 3 salários mínimos. Somados esses três contingentes, verifica-se que mais da metade da população pesquisada, ou seja, 72,22% contavam com renda familiar até três salários mínimos (R\$ 780,00) e, deste total, 75,81% são mulheres e 68,95% são homens. Isso demonstra que há uma maior concentração de PPDs em famílias com baixos rendimentos³.

Tabela 10 - Portadores de deficiência quanto à situação de trabalho segundo o sexo

Situação de trabalho	Feminino Número	Feminino %	Masculino Número	Masculino %	Total Número	Total %
Trabalha	373	21,9	472	25,23	845	23,64
Não Trabalha	1326	77,86	1391	74,35	2717	76,02
Não responderam	4	0,23	8	0,43	12	0,34
Total	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

³ Informações mais detalhadas sobre este tema poderão ser obtidas no relatório final da pesquisa que está disponível na página virtual do CEPES (www.ie.ufu.br/cepes).

Tabela 11 - Portadores de deficiência segundo escolaridade e situação de trabalho

Escolaridade	Trabalha		Não trabalha		Não responderam		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Não Lê e Não Escreve	46	5,44	584	21,49	-	-	630	17,63
Lê e Escreve (sem escolaridade)	11	1,3	112	4,12	-	-	123	3,44
1º Grau Incompleto/ Fundamental	335	39,64	1364	50,2	8	66,67	1707	47,76
1º Grau Completo/ Fundamental	82	9,7	157	5,78	2	16,67	241	6,74
2º Grau Incompleto/ Médio	89	10,53	180	6,62	-	-	269	7,53
2º Grau Completo/ Médio	191	22,6	207	7,62	-	-	398	11,14
Superior Incompleto	34	4,02	36	1,32	-	-	70	1,96
Superior Completo	29	3,43	19	0,7	-	-	48	1,34
Pós- Graduação	18	2,13	3	0,11	-	-	21	0,59
Outro	5	0,59	34	1,25	-	-	39	1,09
Não responderam	5	0,59	21	0,77	2	16,67	28	0,78
Total	845	100	2717	100	12	100	3574	100

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência", CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Tabela 12 - Portadores de deficiência que não trabalham quanto ao motivo segundo o sexo

Motivo	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Não quer trabalhar	98	7,39	64	4,6	162	5,96
A deficiência o impede	737	55,58	815	58,59	1552	57,12
Não quer perder o benefício	36	2,71	78	5,61	114	4,2
Encontrou trabalho, mas não foi aceito	64	4,83	72	5,18	136	5,01
Quer trabalhar, mas não procurou trabalho	131	9,88	131	9,42	262	9,64
Quer trabalhar, mas a família não permite	40	3,02	14	1,01	54	1,99
Quer trabalhar, mas não encontrou trabalho	194	14,63	191	13,73	385	14,17
Não Responderam	26	1,96	26	1,87	52	1,91
Total	1326	100	1391	100	2717	100

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência", CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Tabela 13 - Portadores de deficiência que trabalham quanto à posição na ocupação segundo o sexo

Posição na Ocupação	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Conta própria/ Ambulante	6	1,61	15	3,18	21	2,49
Conta própria/Autônomo	55	14,75	91	19,28	146	17,28
Empregado c/ carteira	139	37,27	189	40,04	328	38,82
Empregado s/ carteira	50	13,4	49	10,38	99	11,72
Empregador	1	0,27	3	0,64	4	0,47
Eventual ("bico")	23	6,17	40	8,47	63	7,46
Funcionário Público	71	19,03	53	11,23	124	14,67
Temporário c/ contrato	14	3,75	8	1,69	22	2,6
Temporário s/ contrato	10	2,68	18	3,81	28	3,31
Não Responderam	4	1,07	6	1,27	10	1,18
Total	373	100	472	100	845	100

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência", CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Tabela 14 - Portadores de deficiência por rendimento pessoal e sexo (out/ 2004)

Rendimento (valores em R\$)	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Até 260	998	58,6	914	48,85	1912	53,5
260,01 a 520	268	15,74	385	20,58	653	18,27
Subtotal	1266	74,34	1299	69,43	2565	71,77
520,01 a 780	51	2,99	119	6,36	169	4,73
780,01 a 1300	30	1,76	98	5,24	128	3,58
1300,01 a 2600	10	0,59	28	1,5	38	1,06
Mais que 2600	2	0,12	3	0,16	6	0,17
Não Responderam	344	20,2	324	17,32	668	18,69
Total	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Tabela 15 - Portadores de deficiência por renda familiar¹ e sexo (out/ 2004)

Renda Familiar (em R\$)	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Até 260	287	16,85	276	14,75	563	15,75
260,01 a 520	625	36,70	571	30,52	1196	33,46
520,01 a 780	379	22,25	443	23,68	822	23,00
Subtotal	1291	75,81	1290	68,95	2581	72,22
780,01 a 1300	226	13,27	322	17,21	548	15,33
1300,01 a 2600	61	3,58	128	6,84	189	5,29
Mais que 2600	19	1,12	19	1,02	38	1,06
Não Responderam	106	6,22	112	5,99	218	6,10
Total	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

(1) Inclui o rendimento do Portador de Deficiência.

3.4 - Situação de Pobreza da População Portadora de Deficiência⁴

Para calcular o percentual de pobres enquanto insuficiência de renda entre as pessoas portadoras de deficiência pesquisadas, optou-se pela utilização de meio salário mínimo (R\$130,00) como proxy para a linha de pobreza. Deve-se registrar, nesse caso, que não há prejuízo para o cálculo de pobres, pois, considerando-se como linha de pobreza o valor monetário suficiente para a compra de uma cesta de alimentos com 2400 calorias e o gasto com outras despesas não alimentares (transporte, educação, saúde e aluguel), chega-se a um valor muito próximo à metade do salário mínimo vigente no período.

⁴ Seção originalmente desenvolvida pela economista Darcilene Cláudia Gomes, doutoranda pela UNICAMP em um relatório de pesquisa “Levantamento de Informações Econômico-Sociais da População Portadora de Deficiência do Município de Uberlândia(MG) – Fase I”.

Portanto, conforme Tabela 16, quando se considera o total das PPDs, observa-se que 25% são consideradas pobres, significando que mais de 800 pessoas não auferem renda suficiente para a satisfação das suas necessidades básicas.

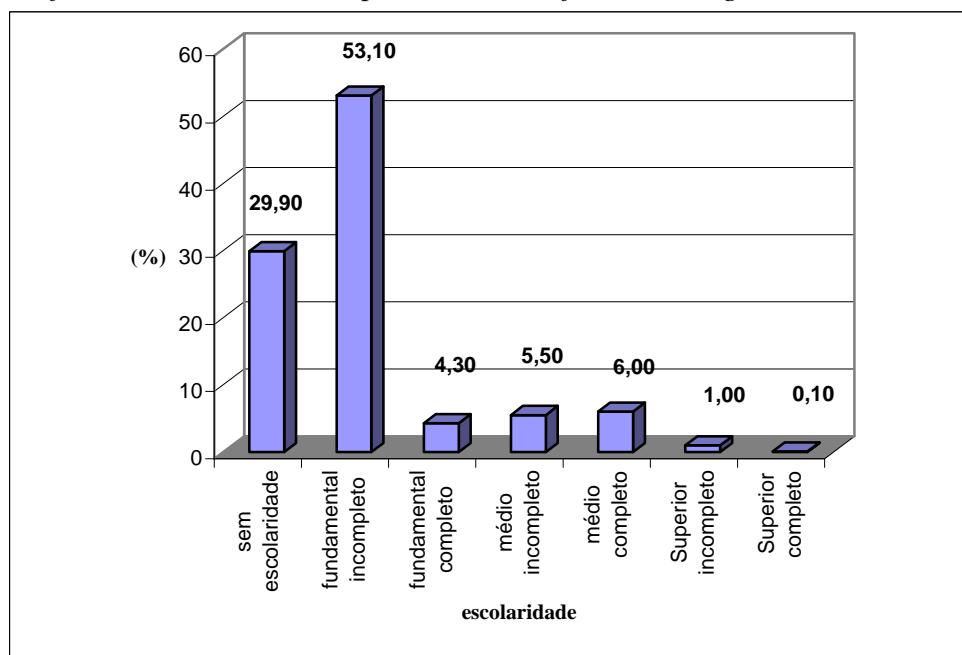
No que diz respeito à escolaridade, 53,1% dos pobres não chegaram a concluir o ensino fundamental, quase 30% não possuem escolaridade formal e apenas 0,1% obteve diploma de curso do ensino superior (ver Gráfico 3). Os dados sobre educação mostram a dificuldade de acesso das pessoas com deficiência e em situação de pobreza ao sistema educacional.

Tabela 16 - Percentual de pessoas pobres com deficiência

Situação	%
Não pobre	75
Pobre	25
Total	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Gráfico 3 - Percentual de pobres com deficiência segundo escolaridade



Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU - Uberlândia – MG, 2004.

4 - Perfil da Indústria

Equipe CEPES/IEUFU

Em 2004, o CEPES/IEUFU realizou a pesquisa Perfil da Indústria no Município de Uberlândia-MG com o apoio e o financiamento da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Foram identificados os principais ramos; as características dos trabalhadores empregados; os mercados de destino dos produtos; as relações com fornecedores de insumos, matérias-primas e equipamentos; acesso ao crédito; capacitação de pessoal e tecnologia utilizada, controle de qualidade e de equipamentos; e capital e faturamento.

Das 1232 empresas industriais visitadas no município de Uberlândia, 686 (55,69%) responderam o questionário total ou parcialmente. A tabulação e a análise dos dados se deram a partir das informações dessas empresas cujos resultados mais relevantes serão tratados nesta seção. O relatório completo encontra-se disponível em <http://www.ie.ufu.br/cepes>.

No total das 686 empresas pesquisadas, verificou-se que a maioria está classificada como *microempresa* (546 ou 79,59%), seguida pela *pequena empresa* (115 ou 16,76%), *média* (23 ou 3,35%) e *grande* (2 ou 0,29%)⁵. (Tabela 1).

Quando classificadas por ramo de atividade, verificou-se que a maior parte das empresas encontra-se no ramo de *Produtos Alimentares* (15,89%), seguido dos ramos de *Metalurgia* (13,12%) e *Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido* (12,83%). Além disso, foi possível listar os principais produtos produzidos pelas empresas pesquisadas (ver Quadro 1).

A pesquisa identificou um número de 14.911 pessoas ocupadas, das quais, aproximadamente, 25% dos trabalhadores estão nas microempresas; 30,8% estão nas pequenas empresas; 29,60% estão nas médias e 14,53% estão nas grandes empresas.

⁵ Foi utilizada a classificação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), segundo a qual a microempresa é aquela que tem de 1 até 19 empregados; a pequena empresa tem de 20 a 99 empregados; a média tem de 100 a 499 e a grande empresa é aquela que tem acima de 500 empregados.

Na análise dos **rendimentos** dos trabalhadores da indústria, verifica-se que a grande maioria (72,42%) concentra-se na faixa de rendimentos até 3 salários mínimos (s.m.). Esse percentual é maior nas empresas de pequeno e médio porte (aproximadamente 80% das pessoas ocupadas estão compreendidas nessa faixa) do que na grande empresa. (Tabela 2).

Quanto ao **destino da produção**, 184 empresas das 686 pesquisadas destinam parte ou o total de sua produção para outras empresas, sendo que 131 (71,2%) são microempresas; 43 (23,4%) são pequenas e 10 (5,4%) são médias empresas, conforme Tabela 3.

No que se refere à **utilização de matéria-prima ou insumo nacional**, verificou-se que, aproximadamente, 82% das empresas adquirem matéria-prima ou insumo nacional em Uberlândia, enquanto 16% adquirem em outras localidades. Em torno de 2% afirmaram não fazer uso de matéria-prima ou insumo nacional. (Tabela 4).

Verificou-se que a maioria das empresas que utilizam **máquinas ou equipamentos nacionais**, os adquire principalmente em Uberlândia (60,6%), como mostra a Tabela 5. Destaca-se que, destas, 34% fazem toda sua aquisição de máquinas e equipamentos nacionais exclusivamente no município. O contingente de empresas que buscam em outros municípios os bens de capital utilizados também é significativo (31,2%).

No que se refere à **exportação**, observou-se que o número de empresas exportadoras é muito baixo (26 ou 3,7% do total das empresas pesquisadas), considerando que Uberlândia é um município pólo, que possui uma vasta área de influência em Minas Gerais e chega a grandes extensões do Centro-Oeste brasileiro. Dois ramos industriais se destacam, *Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido* e *Produtos Alimentares*, respondendo aproximadamente com 35% do total de empresas exportadoras do município. Os ramos: *Couros, Peles e Similares, Química e Têxtil*, apresentam cada um, duas empresas exportadoras.

Observou-se que 73,00% das empresas exportadoras são micros e pequenas empresas, ratificando a assertiva de que o tamanho não é impedimento para o acesso ao mercado externo.

Sobre **acesso ao crédito**, a maior parte das empresas respondeu que não teve acesso a financiamentos bancários no período (2001-2003), com indicação de problemas relativos aos altos encargos financeiros e à exigência de garantias. Em relação às fontes de financiamento tanto de curto quanto de longo prazo, verificou-se a maior participação dos bancos públicos relativamente às demais (ver Tabelas 7 e 8).

Quanto ao **controle de qualidade na produção**, do total de empresas pesquisadas, a maioria (60,20%) respondeu que realiza este controle em todo o processo produtivo; 13,85% fazem controle de qualidade na maioria das etapas de produção; 13,41%, somente em produtos acabados e 6,56%, em poucas etapas do processo produtivo. Em torno de 5% não realizam controle de qualidade em nenhuma das etapas do processo produtivo. (Tabela 10).

A maioria das empresas (76,38%) respondeu que realiza controle de qualidade em relação à matéria-prima e componentes utilizados no momento em que os recebe. Isto acontece para as micro (74,73%), pequenas (84,35%) e médias empresas (78,26%), bem como para uma das grandes empresas pesquisadas. (Tabela 11).

Na análise sobre a **composição do capital**, foi possível constatar, como mostra a Tabela 12, que, do total de empresas pesquisadas, quase 90% responderam que a maior parte de seu capital (de 81 a 100%) tem origem em Uberlândia (MG). Em torno de 4% afirmaram que possuem parcela do capital com a mesma origem, porém, em percentuais menores. Apenas 6,41% não têm nenhuma parte proveniente de Uberlândia.

Quadro 1 – Principais produtos segundo o ramo de atividade das empresas pesquisadas

Ramo de atividade	Principais produtos
Minerais não-metálicos	Areia, rejunto p/ pisos, pedra, gesso, pias e bancadas, suplemento material.
Metalúrgica	Esquadrias e estruturas metálicas, copos, garfos, facas, calhas e rufos, toldos, equipamento solar a reboques.
Mecânica	Molas, eixos, macacos e consertos.
Material elétrico e de comunicações	Equipamentos – blocouto, capacitores.
Material de transporte	Reforma de tanques e carrocerias.
Madeira	Reformas de carteiras, palets, mesa de sinuca, casa pré-fabricada.
Mobiliário	Móveis, armários embutidos, colchão, estantes e canteiro de obras.
Papel e papelão	Caixas, saco de papel, bobinas, artigos para festa.
Borracha	Bucha p/ caminhão, reparos e resolagem de pneus.
Couros, peles e produtos similares	Botina, bolsas, luvas, sandálias, cintos, sapatos.
Química	Sal mineral, sulfato de zinco, massa plástica, álcool e adubos.
Produtos farmacêuticos e veterinários	Creme dental, creme p/ mãos, colônia, creme hidratante, resíduo de milho, germe de milho.
Perfumaria, sabões a velas	Velas, xampus, condicionador, gel, desodorante, protetor solar, creme p/ cabelo.
Produtos de materiais plásticos	Sacos e sacolas plásticas, embalagens p/ vacinas.
Têxtil	Fio de algodão, malhas, fios mesclados.
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	Roupas (femininas, masculinas, infantil, íntima, esportes, hospitalares, etc), calçados (sapatos, sandálias e botinas), bonés, pastas, etc.
Produtos alimentares	Café, sorvetes, biscoitos, salgados, quitandas, arroz, feijão, pururuca, batata frita, iogurte, pães (vários tipos), doces.
Fumo	Cigarros.
Editorial e gráfica	Impressos em geral, carimbos e material promocional.
Diversas	Bijuterias em geral, aquários, balcão frigorífico, pára-choques, calendários em pvc, rodo de pia, rodo de madeira, geladeira, telhas, carroceria de caminhões, asfalto, beneficiamento de sementes, etc.
Construção civil	Edificações (casa, prédios, industriais, etc.), pavimentação e aterro, tijolos, britas e pré-moldados.

Fonte: Pesquisa “Perfil da Indústria no Município de Uberlândia – MG” - CEPES/IEUFU-2003.

Tabela 1 - Tamanho das empresas por ramo de atividade

Ramos de Atividade	Total	Micro-empresa	% de empresas por ramo de atividade	pequena empresa	% de empresas por ramo de atividade	Média empresa	% de empresas por ramo de atividade
Minerais Não-Metálicos	18	16	2,93	1	0,87	1	4,35
Metalúrgica	90	74	13,55	13	11,3	3	13,04
Mecânica	15	13	2,38	2	1,74	0	0
Material Elétrico e de Comunicações	9	8	1,47	1	0,87	0	0
Material de Transportes	5	4	0,73	1	0,87	0	0
Madeira	26	23	4,21	3	2,61	0	0
Mobiliário	41	39	7,14	1	0,87	1	4,35
Papel e Papelão	8	6	1,1	2	1,74	0	0
Borracha	3	1	0,18	2	1,74	0	0
Couros, Peles e Produtos Similares	10	5	0,92	4	3,48	0	0
Química	19	12	2,2	6	5,22	1	4,35
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	12	11	2,01	0	0	1	4,35
Perfumaria, Sabões e Velas	9	8	1,47	1	0,87	0	0
Produtos de Materiais Plásticos	13	11	2,01	2	1,74	0	0
Têxtil	13	8	1,47	4	3,48	1	4,35
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido	88	69	12,64	18	15,65	1	4,35
Produtos Alimentares	109	94	17,22	10	8,7	5	21,74
Bebidas	6	4	0,73	1	0,87	1	4,35
Fumo	1	0	0	0	0	0	0
Editorial e Gráfica	62	51	9,34	9	7,83	2	8,7
Diversas	76	64	11,72	12	10,43	0	0
Construção Civil	53	25	4,58	22	19,13	6	26,09
Total	686	546	100	115	100	23	100

Fonte: Pesquisa “Perfil da Indústria no Município de Uberlândia – MG” - CEPES/IEUFU-2003.

Tabela 2 - Participação das pessoas ocupadas segundo porte da empresa e faixas de rendimentos

Faixas	Total	Pessoal ocupado por faixas de rendimentos em salários mínimos					
		Até 01s.m.	de 1,01 a 2	de 2,01 a 3	de 3,01 a 5	de 5,01 a 10	acima de 10
de 1 a 4	100	17,81	43,26	23,92	11,7	2,8	0,51
De 5 a 9	100	7,12	47,95	28,58	11,82	3,6	0,92
De 10 a 19	100	4,06	39,55	34,67	17,36	2,59	1,77
Micro	100	6,82	43,04	31,17	14,67	2,98	1,31
De 20 a 49	100	3,25	43,79	30,39	16,01	4,92	1,63
De 50 a 99	100	3,51	45,31	28,46	15,51	6,13	1,09
Pequena	100	3,37	44,5	29,5	15,78	5,48	1,38
de 100 a 249	100	0,49	45,45	27,32	15,66	8,6	2,47
de 250 a 499	100	0	39,09	27,95	15,86	11,28	5,83
Média	100	0,3	42,9	27,57	15,74	9,67	3,82
de 500 a 999	100	0,94	2,6	3,19	38,13	41,91	13,22
1000 ou mais	100	0	12,88	68,18	0	11,36	7,58
Grande	100	0,37	8,86	42,78	14,91	23,3	9,78
Total	100	2,95	37,87	31,6	15,35	8,86	3,37

Fonte: Pesquisa “Perfil da Indústria no Município de Uberlândia-MG” - CEPES/IEUFU-2003.

Tabela 3 - Número de empresas para as quais se destina maior parte da produção e participação relativa da produção com destino a estas empresas, por tamanho das empresas pesquisadas

Existem empresas a que se destina maior parte da produção	% da produção que se destina a outra empresa	Tamanho da empresa											
		Total geral			Micro-empresa		Pequena empresa		Média empresa		Grande empresa		
		Número	%	% L	Número	% L	Número	% L	Número	% L	Número	% L	
Não	-	502	73,2	100	415	82,7	72	14,3	13	2,6	2	0,4	
Sim	1 - 10	12	1,7	100	8	66,7	2	16,7	2	16,7	-	-	
	11 - 20	11	1,6	100	9	81,8	2	18,2	-	-	-	-	
	21 - 30	25	3,6	100	22	88,0	3	12,0	-	-	-	-	
	31 - 40	18	2,6	100	12	66,7	4	22,2	2	11,1	-	-	
	41 - 50	17	2,5	100	12	70,6	5	29,4	-	-	-	-	
	51 - 60	12	1,7	100	11	91,7	-	-	1	8,3	-	-	
	61 - 70	22	3,2	100	14	63,6	6	27,3	2	9,1	-	-	
	71 - 80	18	2,6	100	11	61,1	7	38,9	-	-	-	-	
	81 - 90	7	1,0	100	3	42,9	3	42,9	1	14,3	-	-	
	91 - 99	6	0,9	100	4	66,7	2	33,3	-	-	-	-	
	100	36	5,2	100	25	69,4	9	25,0	2	5,6	-	-	
		Total	184	26,8	100	131	71,2	43	23,4	10	5,4	-	-
Total geral		686	100,0	100	546	79,6	115	16,8	23	3,4	2	0,3	

Fonte: Pesquisa "Perfil da Indústria no Município de Uberlândia - MG" - CEPES/IEUFU - 2003.

% L (percentual na linha: percentual por tamanho de empresa em relação ao número total da linha).

Tabela 4 - Empresas que adquirem matéria-prima ou insumo nacional, segundo o tamanho da empresa

Utilização de matéria-prima ou insumo nacional	% matéria-prima ou insumo nacional adquirido	Tamanho da empresa										
		Total geral			Micro-empresa		Pequena empresa		Média empresa		Grande empresa	
		Número	%	% L	Número	% L	Número	% L	Número	% L	Número	% L
A empresa não utiliza	-	13	1,9	100	10	76,9	2	15,4	1	7,7	-	-
A empresa adquire em Uberlândia	0 - 10	77	11,2	100	50	64,9	20	26,0	6	7,8	1	1,3
	11 - 20	51	7,4	100	32	62,7	18	35,3	1	2,0	-	-
	21 - 30	47	6,9	100	32	68,1	12	25,5	3	6,4	-	-
	31 - 40	22	3,2	100	14	63,6	6	27,3	2	9,1	-	-
	41 - 50	45	6,6	100	38	84,4	6	13,3	1	2,2	-	-
	51 - 60	30	4,4	100	25	83,3	5	16,7	-	-	-	-
	61 - 70	38	5,5	100	27	71,1	9	23,7	2	5,3	-	-
	71 - 80	46	6,7	100	41	89,1	3	6,5	1	2,2	1	2,2
	81 - 90	50	7,3	100	46	92,0	4	8,0	-	-	-	-
	91 - 100	156	22,7	100	149	95,5	7	4,5	-	-	-	-
	Total	562	81,9	100	454	80,8	90	16,0	16	2,8	2	0,4
A empresa somente adquire em outras localidades	100	111	16,2	100	82	73,9	23	20,7	6	5,4	-	-
Total geral	686	100,0	100	546	79,6	115	16,8	23	3,4	2	0,3	

Fonte: Pesquisa "Perfil da Indústria no Município de Uberlândia - MG" - CEPES/IEUFU - 2003.

% L (percentual na linha: percentual por tamanho de empresa em relação ao número total da linha).

Tabela 5 - Utilização de máquina ou equipamento nacional, adquiridos em Uberlândia e em outra localidade, segundo o tamanho da empresa

Utilização de máquina ou equipamento nacional	% máquina ou equipamento nacional adquirido	Total geral			Tamanho da empresa							
		Número	%	% L	Micro-empresa	Pequena empresa	Média empresa	Grande empresa	Número	% L		
A empresa não utiliza	-	56	8,2	100	45	80,4	8	14,3	2	3,6	1	1,8
	0 - 10	31	4,5	100	16	51,6	11	35,5	4	12,9	-	-
	11 - 20	21	3,1	100	18	85,7	3	14,3	-	-	-	-
	21 - 30	18	2,6	100	10	55,6	6	33,3	2	11,1	-	-
	31 - 40	12	1,7	100	10	83,3	1	8,3	1	8,3	-	-
	41 - 50	24	3,5	100	16	66,7	8	33,3	-	-	-	-
	51 - 60	7	1,0	100	7	100,0	-	-	-	-	-	-
	61 - 70	15	2,2	100	9	60,0	4	26,7	1	6,7	1	6,7
	71 - 80	35	5,1	100	31	88,6	3	8,6	1	2,9	-	-
	81 - 90	20	2,9	100	17	85,0	3	15,0	-	-	-	-
	91 - 100	233	34,0	100	202	86,7	26	11,2	5	2,1	-	-
	Total	416	60,6	100	336	80,8	65	15,6	14	3,4	1	0,2
A empresa somente adquire em outras localidades	100	214	31,2	100	165	77,1	42	19,6	7	3,3	-	-
Total geral		686	100,0	100	546	79,6	115	16,8	23	3,4	2	0,3

Fonte: Pesquisa "Perfil da Indústria no Município de Uberlândia - MG" - CEPES/IEUFU - 2003.

% L (percentual na linha: percentual por tamanho de empresa em relação ao número total da linha).

Tabela 6 – Principais problemas enfrentados pelas empresas para exportar, segundo o tamanho da empresa – distribuição percentual em relação ao total de respostas citadas na pesquisa

Tipo de Problema	Micro		Pequena		Média		Total
	Número	% L	Número	% L	Número	% L	
Nenhum/não sabe	208	85,60	29	11,93	6	2,47	243
Desconhece os procedimentos administrativos	61	77,22	18	22,78	0	0,00	79
A burocracia é excessiva	68	74,73	18	19,78	5	5,49	91
Barreiras alfandegárias	23	76,67	6	20,00	1	3,33	30
Exigência dos importadores	25	80,65	5	16,13	1	3,23	31
Custos portuários ou de transportes	30	62,50	13	27,08	5	10,42	48
Dificuldades quanto a prazos	11	78,57	3	21,43	0	0,00	14
Falta de apoio do governo	82	81,19	16	15,84	3	2,97	101
Desconhece como acessar os importadores	56	75,68	15	20,27	3	4,05	74
O produto não tem mercado	72	85,71	10	11,90	2	2,38	84
O preço do produto não é competitivo	29	70,73	10	24,39	2	4,88	41
Produto não atende as normas técnicas	12	85,71	1	7,14	1	7,14	14
Outros	103	78,03	26	19,70	3	2,27	132

Fonte: Pesquisa "Perfil da Indústria no Município de Uberlândia - MG" - CEPES/IEUFU - 2003.

% L: percentual na linha.

Tabela 7 – Número de respostas quanto às fontes de empréstimos de curto prazo (2001-2003), segundo o tamanho de empresa

Fontes	Total		Micro		Pequena		Média	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
Empréstimo de Pessoa Física	24	9,52	16	9,47	8	12,9	0	0
Emprést. de Pessoa Jurídica Não Bancária	19	7,54	14	8,28	5	8,06	0	0
Empréstimo de Bancos Privados	66	26,19	33	19,53	24	38,71	9	42,86
Empréstimo de Bancos Públicos	107	42,46	80	47,34	17	27,42	10	47,62
Emprést. Pessoal/Cheque Especial	23	9,13	18	10,65	5	8,06	0	0
Emprést. de Associação ou Cooperativa	2	0,79	0	0	1	1,61	1	4,76
Empréstimo de Fornecedor	0	0	0	0	0	0	0	0
Banco do Povo/Banco da Mulher/ONGs	4	1,59	4	2,37	0	0	0	0
Outros	7	2,78	4	2,37	2	3,23	1	4,76
Total	252	100	169	100	62	100	21	100

Fonte: Pesquisa "Perfil da Indústria no Município de Uberlândia - MG" - CEPES/IEUFU – 2003.

OBS.: A pergunta admitia mais de uma resposta.

Tabela 8 – Número de respostas quanto às fontes de empréstimos de longo prazo (2001-2003), segundo o tamanho de empresa

Fontes	Total		Micro		Pequena		Média		Grande	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
Emprést. de Pessoa Física	5	5,15	3	4,48	2	10,00	0	0,00	0	0,00
Emprést. de Pessoa Jurídica Não Bancária	3	3,09	3	4,48	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Emprést. de Bancos Privados	22	22,68	10	14,93	6	30,00	6	66,67	0	0,00
Emprést. de Bancos Públicos	56	57,73	42	62,69	10	50,00	3	33,33	1	100,00
Emprést. de Associação ou Cooperativa	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Emprést. de Fornecedor	2	2,06	0	0,00	2	10,00	0	0,00	0	0,00
Banco do Povo/Banco da Mulher/ONGs	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outros	9	9,28	9	13,43	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	97	100	67	100	20	100	9	100	1	100

Fonte: Pesquisa "Perfil da Indústria no Município de Uberlândia - MG" - CEPES/IEUFU – 2003.

OBS.: A pergunta admitia mais de uma resposta.

Tabela 9 – Utilização de informática em áreas específicas, segundo o tamanho das empresas

Áreas	Total		Micro		Pequena		Média		Grande	
	Núm.	%	Núm.	%	Num.	%	Num.	%	Núm.	%
Produção	109	9,91	78	9,77	24	9,45	7	15,22	-	-
Gerenciamento	290	26,36	196	24,56	83	32,68	11	23,91	-	-
Vendas/Marketing	138	12,55	97	12,16	37	14,57	4	8,7	-	-
Financeira	199	18,09	125	15,66	64	25,2	10	21,74	-	-
Comércio Eletrônico	57	5,18	36	4,51	19	7,48	2	4,35	-	-
Todas	73	6,64	36	4,51	23	9,06	12	26,09	2	100
Não utiliza	234	21,27	230	28,82	4	1,57	-	-	-	-
Total	1100	100	798	100	254	100	46	100	2	100

Fonte: Pesquisa "Perfil da Indústria no Município de Uberlândia - MG" - CEPES/IEUFU – 2003.

Tabela 10 – Número de empresas que realizam controle de qualidade nas etapas do processo produtivo, por tamanho da empresa

Respostas	Total		Micro		Pequena		Média		Grande	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Em todo o processo produtivo	413	60,2	324	59,34	73	63,48	14	60,87	2	100
Na maioria das etapas de produção	95	13,85	70	12,82	18	15,65	7	30,43	-	-
Em poucas etapas do proc. produtivo	45	6,56	35	6,41	9	7,83	1	4,35	-	-
Em nenhuma das etapas produtivas	36	5,25	31	5,68	4	3,48	1	4,35	-	-
Somente em produtos acabados	92	13,41	82	15,02	10	8,7	-	-	-	-
Não responderam	5	0,73	4	0,73	1	0,87	-	-	-	-
Total	686	100	546	100	115	100	23	100	2	100

Fonte: Pesquisa "Perfil da Indústria no Município de Uberlândia - MG" - CEPES/IEUFU – 2003.

Tabela 11 – Número de empresas que realizam ou não controle de qualidade em relação à matéria-prima e componentes utilizados, por tamanho da empresa

Respostas	Total		Micro		Pequena		Média		Grande	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Não realiza qualquer controle no recebimento	90	13,12	78	14,29	11	9,57	1	4,35	-	-
Realiza no momento em que recebe os componentes	524	76,38	408	74,73	97	84,35	18	78,26	1	50
Realiza outro controle	72	10,5	60	10,99	7	6,09	4	17,39	1	50
Total	686	100	546	100	115	100	23	100	2	100

Fonte: Pesquisa "Perfil da Indústria no Município de Uberlândia - MG" - CEPES/IEUFU – 2003.

Tabela 12 - Origem do capital por tamanho da empresa

Local de origem do capital	Total		Micro		Pequena		Média		Grande		
	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Uberlândia-MG	0*	44	6,41	32	5,86	9	7,83	2	8,7	1	50
	01-20	4	0,58	4	0,73	-	-	-	-	-	-
	21-40	8	1,17	6	1,1	1	0,87	1	4,35	-	-
	41-60	7	1,02	5	0,92	1	0,87	-	-	1	50
	61-80	9	1,31	7	1,28	1	0,87	1	4,35	-	-
	81-100	614	89,5	492	90,11	103	89,57	19	82,61	-	-
	Total	686	100	546	100	115	100	23	100	2	100
Outros municípios	0*	624	90,96	499	91,39	106	92,17	19	82,61	-	-
	01-20	12	1,75	9	1,65	2	1,74	1	4,35	-	-
	21-40	7	1,02	4	0,73	-	-	1	4,35	2	100
	41-60	7	1,02	5	0,92	1	0,87	1	4,35	-	-
	61-80	5	0,73	4	0,73	1	0,87	-	-	-	-
	81-100	31	4,52	25	4,58	5	4,35	1	4,35	-	-
	Total	686	100	546	100	115	100	23	100	2	100
Exterior	0*	676	98,54	541	99,08	112	97,39	22	95,65	1	50
	01-20	3	0,44	1	0,18	2	1,74	-	-	-	-
	21-40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	41-60	2	0,29	2	0,37	-	-	-	-	-	-
	61-80	1	0,15	-	-	-	-	-	-	1	50
	81-100	4	0,58	2	0,37	1	0,87	1	4,35	-	-
	Total	686	100	546	100	115	100	23	100	2	100

Fonte: Pesquisa "Perfil da Indústria no Município de Uberlândia-MG" - CEPES/IEUFU – 2003.

0* - refere-se ao número de empresas que marcaram zero no item correspondente àquela localidade, o que significa que estas empresas não têm, em seu capital, nenhuma parcela proveniente desses locais.

5 – Educação

André Luiz Teles Rodrigues
Durval Perin

O sistema educacional de Uberlândia apresentou um crescimento significativo na década de 90 e início dos anos 2000. De acordo com os dados contidos nos quadros abaixo observa-se as seguintes situações: a) na rede municipal houve um pequeno crescimento no número de escolas, mas em compensação a quantidade de alunos cresceu aproximadamente 95,46% e o de professores sofreu um aumento de 110,37%; b) na rede estadual as escolas não apresentaram nenhuma nova unidade e o número de alunos decresceu em - 9,01% e o número de professores também sofreu uma diminuição de 20,30%; c) a rede federal não apresentou nenhuma nova unidade educacional, mas em compensação apresentou um crescimento de 87,36% no número de alunos matriculados e também um aumento de 13,13% no número de professores; e d) a rede particular apresentou um crescimento nos três segmentos. No número de escolas, esse crescimento foi de 27,54%; no número de alunos foi de 78,34% e no de professores o crescimento foi de 45,75%.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos, matrículas efetivas e professores por departamento administrativo – 1993 a 2004

Ano	Rede municipal											
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Nº Escolas	58	58	58	58	58	58	59	62	60	60	60	60
Total (alunos)	26.655	32.623	39.849	39.566	46.029	46.387	48.791	48.394	52.043	52.101	52.845	
Total (professores)	1.534	1.738	2.087	2.305	2.163	2.124	2.114	2.508	2.589	3.119	3.227	
Rede Estadual												
Ano	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Nº Escolas	67	67	67	67	67	67	67	67	66	67	67	67
Total (alunos)	73.927	73.043	78.258	81.743	73.021	77.161	73.942	71.421	70.189	67.263	61.227	
Total (professores)	3.468	3.494	3.183	3.108	3.021	3.940	3.192	2.841	2.960	2.764		
Rede Federal												
Ano	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Nº Escolas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Total (alunos)	9270	10.640	11.073	10.991	12.196	15.821	12.721	13.661	14.793	18.152	17.368	1.204
Total (professores)	1.112	1.103	1.196	1.125	1.059	1.089	1.073	1.238	1.126	1.258		
Rede Particular												
Ano	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Nº Escolas	69	72	72	73	76	76	87	84	93	88		
Total (alunos)	19.891	22.383	27.088	23.744	26.205	25.100	26.217	29.115	32.258	35.474	21.581	
Total (professores)	1.023	1.296	1.440	1.453	1.154	1.254	1.931	1.382	2.175	1.491		-

Fonte: Ministério da Educação e Cultura – MEC, INEP/ Dados do Censo Escolar.

Quadro elaborado pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Projeto Econômico-social – CEPES/UFU.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos, matrículas efetivas, por nível de ensino e professores por departamento administrativo – 1994 a 2004

Modalidades de Ensino	Ano	Rede municipal									
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Nº Escolas					58	58	59	62	60	60	60
Educação Infantil 0 a 3 anos	-	-	-	-	-	-	-	456	523	1.435	1.248
Pré-Escola 4 a 6 anos	7.391	7.537	8.296	8.780	7.959	7.128	6.236	7.057	8.425	8.736	9.298
Ensino Fundamental 1ª 4ª	-	-	-	-	-	-	24.780	24.775	25.030	24.756	24.692
Ensino Fundamental 5ª 8ª	-	-	-	-	-	-	15.184	15.977	17.108	17.361	17.418
Ensino Fundamental Total	19.042	24.736	30.903	29.523	37.190	38.555	-	-	-	-	-
Ensino Médio (2º grau)	222	350	650	650	474	191	-	-	-	-	-
Ensino Supletivo	-	-	-	613	406	513	73	62	45	-	55
Total (alunos)	26.655	32.623	39.849	39.566	46.029	46.387	46.729	48.394	52.043	52.101	52.845
Total (professores)	1.738	2.087	2.305	2.163	2.124	2.114	2.508	2.589	3.119	3.227	
Modalidades de Ensino											
Ano		Rede Estadual									
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Nº Escolas	67	67	67	67	67	67	67	66	67	67	67
Educação Infantil 0 a 3 anos	981	913	898	265	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Especial	75	82	94	65	606	626	486	609	687	698	713
Ensino Fundamental 1ª 4ª	29.060	28.255	28.400	27.313	19.260	16.965	16.169	15.441	16.296	15.592	15.138
Ensino Fundamental 5ª 8ª	31.035	30.963	33.291	34.801	33.865	34.392	31.167	27.129	25.526	24.243	21.876
Ensino Médio (2º grau)	10.590	10.426	12.631	17.879	17.879	23.598	26.120	25.844	24.596	23.669	23.500
Ensino Supletivo/Compacto	2.186	2.404	2.944	1.420	1.411	1.580	-	2.398	3.084	3.061	
Total (alunos)	73.927	73.043	78.258	81.743	73.021	77.161	73.942	71.421	70.189	67.263	61.227
Total (professores)	3.468	3.494	3.183	3.108	3.021	3.940	3.192	2.841	2.960	2.764	

(continua...)

Tabela 2 – Número de estabelecimentos, matrículas efetivas, por nível de ensino e professores por departamento administrativo – 1994 a 2004 (... continuação)

Modalidades de Ensino	Ano	Rede Federal									
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Nº Escolas		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Educação Infantil 0 a 3 anos		-	-	28	28	29	30	30	30	-	-
Pré-Escola 4 a 6 anos	228	217	218	207	185	172	216	225	218	225	225
Ensino Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Fundamental 1ª 4ª	-	-	-	-	-	-	312	309	302	304	304
Ensino Fundamental 5ª 8ª	-	-	-	-	-	-	387	359	331	310	300
Ensino Fundamental Total	836	820	787	755	1058	715	-	-	-	-	-
Ensino Médio (2º grau)	582	580	646	839	1188	415	402	514	439	423	375
Ensino Profissional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	879	-
Ensino Superior	8.994	9.456	9.312	10.367	13.361	11.389	12.314	13.356	16.862	15.227	-
Total (alunos)	10.640	11.073	10.991	12.196	15.821	12.721	13.661	14.793	18.152	17.368	1.204
Total (professores)	1.112	1.103	1.196	1.125	1.059	1.089	1.073	1.238	1.126	1.258	
Modalidades de Ensino	Ano	Rede Particular									
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Nº Escolas	69	72	72	73	76	76	87	84	93	88	
Educação Infantil 0 a 3 anos	-	-	-	-	-	-	-	585	685	537	600
Pré-Escola 4 a 6 anos	3.226	3.739	3.607	3.287	3.287	3.007	2.957	3.040	3.465	3.344	3.144
Ensino Especial	234	225	153	142	142	224	644	188	225	256	262
Ensino Fundamental 1ª 4ª							3.855	4.145	4.392	4.804	4.634
Ensino Fundamental 5ª 8ª							2.916	3.219	3.403	3.751	3.624
Ensino Fundamental Total	6.808	7.506	7.115	6.404	11.338	6.488	-	-	-	-	-
Ensino Médio (2º grau)	5.246	6.737	5.783	4.986	4.986	4.881	4.060	4.227	4.273	5.138	6.173
Ensino Supletivo	1.633	1.623	5.885	4.934	-	3.305	2.797	3.314	2.968	3.421	3.144
Ensino Superior	2.744	2.553	4.545	3.991	6.452	7.195	8.988	10.397	12.847	14.223	
Total (alunos)	19.891	22.383	27.088	23.744	26.205	25.100	26.217	29.115	32.258	35.474	21.581
Total (professores)	1.023	1.296	1.440	1.453	1.154	1.254	1.931	1.382	2.175	1.491	

Fonte: 1999 a 2004 - Censo Escolar.

Tabela 3 - Indicadores de atendimento educacional à criança em Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Atendimento educacional à criança	Ano	
	1991	2000
% 4 a 5 anos na escola	...	58,89
% 5 a 6 anos na escola	48,73	80,32
% 7 a 14 anos na escola	91,31	97,29
% 10 a 14 anos na escola	90,85	96,95
% 7 a 14 anos freqüentando o fundamental	89,7	94,2
% 7 a 14 anos com acesso ao fundamental	90,07	95,13
% 7 a 14 anos analfabetas	7,2	2,99
% 10 a 14 anos analfabetas	2,56	1,13
% 7 a 14 anos com mais de um ano atraso	29,99	12,68
% 10 a 14 anos com mais de um ano atraso	44,49	18,08
% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo	51,53	28,93

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 4 - Indicadores utilizados para o cálculo do IDHM - Educação da cidade de Uberlândia - 1991 e 2000

Indicador utilizado no IDHM - Educação	Ano	
	1991	2000
Taxa de alfabetização	91,5	94,55
Taxa bruta de freqüência à escola	71,31	86,97
Taxa bruta de freqüência ao fundamental	114,54	120,85
Taxa bruta de freqüência ao ensino médio	43,27	104,54
Taxa bruta de freqüência ao superior	14,5	30,77

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 5 - Indicadores do nível educacional da população entre 15 e 17 anos em Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Nível educacional da população entre 15 e 17 anos	Ano	
	1991	2000
% 15 a 17 anos na escola	64,92	83,88
% 15 a 17 anos analfabetas	2,18	0,77
% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo	12,72	6,55
% 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo	74,95	42,37
% 15 a 17 anos no ensino médio	19,75	50,21
% 15 a 17 anos com acesso ao ensino médio	21,44	52,64

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 6 - Indicadores do nível educacional da população entre 18 e 24 anos em Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Nível educacional da população entre 18 e 24 anos	Ano	
	1991	2000
% 18 a 24 anos analfabetas	1,87	1,25
% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo	9,09	6,48
% 18 a 24 anos com menos de oito anos de estudo	52,45	30,64
% 18 a 24 anos com doze anos ou mais de estudo	7,16	10,82
% 18 a 24 anos no curso superior	6,57	12,73
% 18 a 24 anos com acesso ao curso superior	7,04	13,25

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 7 - Indicadores do nível educacional da população de 25 anos ou mais em Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Nível educacional da população de 25 anos ou mais	Ano	
	1991	2000
Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais	6,1	7,13
% 25 anos ou mais analfabetas	10,49	6,52
% 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo	29,23	20,96
% 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo	63,72	54,17
% 25 anos ou mais com doze anos ou mais de estudo	9,96	13,16
% 25 anos ou mais freqüentando curso superior	1	2,54
% 25 anos e mais com acesso ao curso superior	4,88	7,15

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 8 - Percentual de pessoas por nível de ensino em Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Percentual de pessoas por nível de ensino	Ano	
	1991	2000
Taxa bruta de freqüência ao fundamental	114,54	120,85
Taxa bruta de freqüência ao ensino médio	43,27	104,54
Taxa bruta de freqüência ao superior	14,5	30,77
% 18 a 22 anos que freqüentam curso superior	6,81	13,28
% 18 a 22 anos com acesso ao curso superior	6,91	13,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 9 - Analfabetismo funcional por faixa etária da população em Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Analfabetismo funcional por faixa etária	Ano	
	1991	2000
% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo	51,53	28,93
% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo	12,72	6,55
% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo	9,09	6,48
% 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo	23,74	17,01

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 10 - Analfabetismo por faixa etária da população em Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Analfabetismo por faixa etária	Ano	
	1991	2000
% 7 a 14 anos analfabetas	7,2	2,99
% 10 a 14 anos analfabetas	2,56	1,13
% 15 a 17 anos analfabetas	2,18	0,77
% 18 a 24 anos analfabetas	1,87	1,25
% 15 anos ou mais analfabetas	8,5	5,45
% 25 anos ou mais analfabetas	10,49	6,52

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

6 - Finanças Públicas

6.1 – Finanças Públicas Municipais

Carlos José Diniz

6.1.1 - Competências Tributárias e Partilha das Receitas Públicas

No Brasil, cada nível de governo tem o direito de instituir os impostos que lhe são atribuídos e que pertençam à sua competência privativa. A Constituição define claramente a atribuição das competências tributárias de cada esfera de governo, não havendo possibilidade de sobreposição de competências em relação aos impostos e à maioria das contribuições. No entanto, é comum às três esferas de poder a competência para instituir taxas (pelo exercício do poder de polícia e pela utilização de serviços públicos), contribuição de melhoria e contribuição para custeio da previdência e assistência social de seus servidores.

As competências tributárias são assim distribuídas:

a) União (Governo Federal)

Competem à União os impostos sobre Importação (II), Exportação (IE); Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR); Produtos Industrializados (IPI); Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF); Propriedade Territorial Rural (ITR) e sobre Grandes Fortunas (IGF). Esse último ainda não se encontra instituído, embora esteja prevista sua instituição em nível constitucional.

Além dos impostos acima relacionados, a União tem competência exclusiva para instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas. Os demais níveis de governos somente podem instituir uma única contribuição, a relativa ao custeio da previdência social de seus funcionários.

As principais contribuições instituídas pela União são as seguintes: sobre a Folha de Pagamentos dos empregados; Financiamento da Seguridade Social, tendo por base de cálculo o faturamento das empresas (COFINS); Programa de Integração Social (PIS); Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP); sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL); e Movimentação Financeira (CPMF) com destinação específica para a saúde.

b) Estados e Distrito Federal (Governos Intermediários)

Os Estados e o Distrito Federal têm competência para instituírem impostos sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS); Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Transmissão Causa Mortis de bens imóveis e Doação (ITCD) de qualquer bem ou direito.

c) Municípios (Governos Locais)

Competem aos Municípios os impostos incidentes sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI).

Tabela 1 – Receitas consolidadas em Uberlândia

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2001; 2002; 2003; 2004 e 2º BIMESTRE DE 2005 RECEITAS EM VALORES NOMINAIS								
RECEITAS	2001	2002	2003	2004	Até 2º Bimestre de 2005	Tx Média Crescimento 2001 / 2004	Variação 2001 / 2004	Partic. (%) na Rec. Total 2004
RECEITAS CORRENTES (A)	306.213.372	340.240.729	398.233.031	464.623.755	180.669.496	10,99%	51,73%	
Tributárias	57.311.846	68.707.473	70.400.471	78.407.627	33.790.875	8,15%	36,8%	17,7%
Impostos	41.376.605	51.163.142	59.932.012	66.486.439	25.859.388	12,59%	60,7%	15,0%
IPTU	10.103.016	10.249.573	13.528.757	15.938.368	9.620.767	12,07%	57,8%	3,6%
ISSQN	27.079.735	32.744.043	36.911.509	39.942.004	12.812.983	10,20%	47,5%	9,0%
ITBI	4.193.854	5.651.090	6.551.042	7.218.739	2.278.457	14,54%	72,1%	1,6%
IRRF	0	2.518.436	2.940.704	3.387.328	0			0,8%
Taxas	15.935.241	17.407.214	10.028.128	11.841.654	7.927.458	-7,15%	-25,7%	2,7%
Contribuições de Melhoria	0	137.117	440.331	79.535	4.029			
Contribuições	12.452.294	8.830.249	28.315.663	42.844.815	13.642.996	36,20%	244,1%	9,7%
Patrimoniais	5.055.554	6.044.090	8.077.740	8.795.691	4.400.051	14,85%	74,0%	2,0%
Industriais	21.887.249	0	0	0	0			
Agropecuárias	11.828	18.365	3.207	0	0			
Serviços	26.817.796	35.822.659	39.965.686	40.650.154	10.627.254	10,96%	51,6%	9,2%
Transferências Correntes	167.309.885	188.530.007	217.062.112	254.823.781	106.722.903	11,09%	52,3%	57,5%
(-) Transferências Intragovernamentais	4.285.002	0	0	0	0			
Outras Receitas Correntes	19.651.922	32.287.885	34.408.151	39.101.687	11.485.416	18,77%	99,0%	8,8%
RECEITAS DE CAPITAL (B)	2.757.072	4.361.138	4.588.769	2.104.689	327.475	-6,53%	-23,7%	0,5%
Operações de Crédito	0	4.078.386	3.914.373	1.366.277	133.723			0,3%
Refinanciamento da Dívida	0	0	0	0	0			
Outras Operações de Crédito	0	4.078.386	3.914.373	1.366.277	133.723			0,3%
Alienação de Bens	742.158	42.290	674.396	738.411	193.753	-0,13%	-0,5%	0,2%
Amortização de Empréstimos	0	0	0	0	0			
Transferências de Capital	1.186.279	140.000	0	0	0			
(-) Transferências Intragovernamentais	1.896.250	0	0	0	0			
Outras Receitas de Capital	2.724.885	100.463	0	0	0			
(-) DEDUÇÕES P/ FUNDEF (C)	0	0	21.670.608	23.339.291	8.601.806		5,3%	
RECEITA TOTAL (A+B-C)	308.970.444	344.601.867	381.151.191	443.389.152	172.395.165	9,45%	43,5%	100,0%

FONTE: Prefeitura Municipal de Uberlândia - RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL, Anos 2001; 2002; 2003; 2004 e 2º bimestre de 2005 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO MINAS GERAIS - ANEXO 6 (incisos I e II,alíneas a e b, art. 52 - L.C. 101/00) - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

TABULAÇÃO: Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais - Instituto de Economia - Universidade Federal de Uberlândia
Nota: Totalização até o último bimestre divulgado, corrige bimestre anterior.

6.1.2 - Despesas

A Constituição do Brasil também define as competências de gastos entre os três níveis governamentais. No entanto, diferentemente da atribuição das receitas, não há uma definição muito clara em relação às despesas, permitindo-se a existência de competências comuns e concorrentes que não se encontram bem especificadas.

As atribuições típicas do governo federal abrangem a defesa nacional, as relações internacionais, a emissão de moeda, a manutenção do correio aéreo e do serviço postal, a legislação sobre os direitos civil, comercial, penal, eleitoral, aeronáutico, marítimo e do trabalho, comércio interestadual, telecomunicações, jazidas, minas e atividades nucleares e a seguridade social, além das definições das diretrizes e bases para a educação nacional.

A competência dos Municípios abrange as atividades de legislação em assuntos de interesse local, transporte público, educação elementar, atendimento à saúde, controle e planejamento do uso do solo urbano e preservação do patrimônio histórico-cultural.

As atribuições que são consideradas comuns aos três níveis de governo são, por exemplo, o cuidado com a saúde e a assistência pública, a proteção do meio ambiente, a promoção de programas de moradia e saneamento básico e integração social.

Por último, a Constituição ainda permite a existência de competência concorrente entre União e Estados, envolvendo atividades de legislação sobre direitos tributário, financeiro e econômico, orçamento, polícia civil e defensoria pública, dentre outras.

Outra característica em relação à política de gastos brasileira é sua enorme rigidez, dado o grande volume existente de receitas vinculadas. A própria Constituição determina, além das transferências intergovernamentais, a vinculação completa da arrecadação das contribuições à Seguridade Social. Há ainda percentuais constitucionais mínimos de investimento na educação (18% da receita de impostos para a União e 25% para a receita de impostos dos Estados e Municípios). Ademais,

existem inúmeros fundos que visam somente a financiar despesas específicas de determinados órgãos ou setores e que também são formados a partir de receitas vinculadas. Em síntese, há pouca receita livre para efeito de se realizar políticas econômica e de investimento. A grande rigidez orçamentária impede, inclusive, que a sociedade possa, a cada exercício financeiro, determinar as prioridades de gasto, pois esses já foram pré-determinados.

Tabela 2 – Despesas consolidadas em Uberlândia

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2001; 2002; 2003; 2004 e 2º BIMESTRE DE 2005
DESPESAS EM VALORES NOMINAIS

DESPESAS	2001	2002	2003	2004	Até 2º Bimestre de 2005	Tx Média Crescimento 2001 / 2004	Variação 2001 / 2004	Partic. (%) na Rec. Total 2004
DESPESAS CORRENTES (C)	248.153.775	308.794.625	325.740.301	376.179.672	105.412.351	10,96%	51,6%	
Pessoal/Encargos Sociais	98.943.315	116.082.770	168.368.107	198.256.030	60.649.688	18,98%	100,37%	49,2%
Juros/Encargos da Dív. Interna	4.564.834	4.501.977	4.936.547	4.693.784	1.645.129	0,70%	2,82%	1,2%
Juros/Encargos da Dív. Externa	0	0	0	0	0			
Outras Despesas Correntes	158.371.710	188.209.879	152.435.647	173.229.858	43.117.535	2,27%	9,38%	42,97%
(-) Transferências Intragovernamentais	13.726.084	0	0	0	0			
DESPESAS DE CAPITAL (D)	27.319.874	37.372.597	35.943.369	26.932.231	3.031.861	-0,36%	-1,42%	6,68%
Investimentos	20.366.870	34.536.193	33.301.231	23.530.457	1.538.044	3,68%	15,53%	5,84%
Inversões Financeiras	895.357	0	0	0	0			
Amortização da Dívida Interna	2.028.195	2.321.561	2.642.138	3.401.774	1.493.817	13,80%	67,72%	0,84%
Amortização da Dívida Externa	0	0	0	0	0			
Amortização - Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0			
Outras Despesas de Capital	4.029.452	514.843	0	0	0			
(-) Transferências Intragovernamentais	0	0	0	0	0			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (E)	0	0	0	0	0			
DESPESA TOTAL (C+D+E)	275.473.649	346.167.222	361.683.671	403.111.903	108.444.212	9,99%	46,33%	100,00%
SUPERÁVIT / DÉFICIT	33.496.795	-1.565.355	19.467.521	40.277.249	63.950.953	4,72%	20,24%	

FONTE: Prefeitura Municipal de Uberlândia - RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL, Anos 2001; 2002; 2003; 2004 e 2º bimestre de 2005

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO MINAS GERAIS - ANEXO 6 (incisos I e II, alíneas a e b, art. 52 - L.C. 101/00) - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

TABULAÇÃO: Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais - Instituto de Economia - Universidade Federal de Uberlândia

Nota: Totalização até o último bimestre divulgado, corrige bimestre anterior - Valores corrigidos pelo acumulado do INPC/IBGE até 30/04/2005.

6.2 – Receitas Públicas Estaduais geradas no município

Ana Alice B. P. Damas Garlipp

O município de Uberlândia tem uma participação bastante significativa na arrecadação de impostos e taxas no estado de Minas Gerais. Segundo dados da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais (2002), o Município de Uberlândia é o terceiro maior arrecadador de ICMs do estado, perdendo apenas para Belo Horizonte e Betim.

Dos tributos arrecadados em Uberlândia, são os impostos e taxas estaduais que apresentam a maior contribuição na geração de receitas no município. No conjunto desses impostos, destacamos o ICMS.

Tal qual expresso na Tabela 1, do total da arrecadação estadual em Uberlândia, verifica-se que em toda a série dos anos apresentados, a maior parte da arrecadação se concentra no ICMS. Para os demais tributos, registra-se uma pequena participação no total da receita arrecadada, com percentuais que oscilam em torno de até 7%, aproximadamente.

*Tabela 1 - Arrecadação da receita estadual em Uberlândia no período de 1994 a 2004
(Valores em R\$ a preços correntes)*

Ano/tipo de receitas	Outras Receitas	% do total	ITCD	% do total	IPVA	% do total	ICMS	% do total	Total
1994	1.292.278	0,45	620.185	0,21	1.638.543	0,56	286.700.030	98,78	290.251.036
1995	2.440.864	0,60	2.908.147	0,71	4.073.326	1,00	397.806.277	97,69	407.228.615
1996	5.581.480	1,07	778.055	0,15	13.846.462	2,64	503.732.874	96,14	523.938.871
1997	11.502.772	2,25	740.359	0,14	15.653.863	3,06	483.518.179	94,55	511.415.173
1998	14.750.597	4,28	957.818	0,28	22.844.481	6,63	305.860.523	88,81	344.413.420
1999	13.402.617	3,14	680.800	0,16	22.891.445	5,37	389.646.288	91,33	426.621.150
2000	14.655.764	2,85	1.160.134	0,23	27.600.897	5,37	470.503.943	91,55	513.920.738
2001	40.060.600	6,52	737.042	0,12	31.551.457	5,14	541.813.341	88,22	614.162.440
2002	19.632.426	3,08	657.567	0,10	37.089.874	5,82	580.118.556	91,00	637.498.423
2003	23.993.811	2,87	1.085.305	0,13	33.984.034	4,07	757.195.522	90,69	834.889.694
2004	3.308.994	0,38	1.891.103	0,22	44.938.782	5,12	783.589.798	89,27	877.753.168

Fonte:Secretaria de Estado de Fazenda de MG- Superintendência Regional da Fazenda VII.
SICAF-RMA Estatístico.

*Tabela 2 - Arrecadação estadual em Uberlândia nos anos 2003 e 2004
(Valores em R\$ a preços correntes)*

DESCRÍÇÃO DA RECEITA	2003	2004
ICMS	757.195.522	783.589.798
MULTAS ICMS	5.298.645	4.376.507
JUROS ICMS	5.576.482	7.343.455
DIVIDA ATIVA ICMS	2.721.810	2.068.535
MULTA DIVIDA ATIVA ICMS	768.583	756.024
JURO DIVIDA ATIVA	2.155.673	3.758.970
IPVA	33.984.034	44.938.782
MULTAS IPVA	1.250.227	1.470.193
JUROS IPVA	846.170	906.135
ITCD	1.085.305	1.891.103
JUROS ITCD	13.425	15.756
OUTRAS RECEITAS	...	3.308.994
TOTAL GERAL DA ARRECADAÇÃO	834.889.694	877.753.168

Fonte:Secretaria de Estado de Fazenda de MG- Superintendência Regional da Fazenda VII.
SICAF-RMA Estatístico.

7 - Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios, Segundo Subsetor de Atividade Econômica

Marlene Marins de Camargos Borges

Os dados apresentados nesta seção foram tabulados utilizando as informações da base de dados RAIS/CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego. Embora as informações aqui tabuladas considerem apenas os anos entre 1990 a 2003, é possível obter as mesmas informações anuais a partir de 1985, por meio desta mesma base de dados.

Conforme demonstrado na Tabela 1, os dados permitem uma análise, ao longo do período, do comportamento e evolução do número de estabelecimentos com vínculos empregatícios, segundo subsetor de atividade econômica, no município de Uberlândia.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos no ano segundo subsetor de atividade econômica – 1990 a 2003

Subsetores de Atividade Econômica - IBGE	1990	1995	2000	2001	2002	2003
Administração Pública Direta e Autárquica	20	14	36	39	39	37
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal	120	846	1.044	982	979	1.111
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico	634	794	1.281	1.339	1.446	1.477
Comércio Atacadista	287	461	550	562	563	562
Comércio Varejista	1.499	2.581	3.703	3.980	4.198	4.391
Construção Civil	383	644	853	843	914	929
Ensino	34	110	185	212	204	205
Extrativa Mineral	18	18	27	29	26	31
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	37	40	37	41	40	51
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria	38	48	64	62	60	68
Indústria da Madeira e do Mobiliário	48	55	67	71	79	81
Indústria de Calçados	49	26	22	26	27	25
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico	195	178	245	245	261	279
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	42	36	42	41	48	43
Indústria do Material de Transporte	12	33	30	28	26	22
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	10	18	17	17	21	21
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	44	69	101	103	102	95
Indústria Mecânica	28	15	36	42	48	39
Indústria Metalúrgica	69	95	100	102	104	113
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	239	204	148	153	152	144
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	63	127	160	160	179	179
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação	660	696	1.034	1.071	1.147	1.226
Serviços Industriais de Utilidade Pública	10	14	10	11	12	7
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	123	438	736	750	821	833
Transportes e Comunicações	129	299	434	537	605	582
Outros / Ignorado	619	216	0	0	0	0
Total	5.410	8.075	10.962	11.446	12.101	12.551

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA

1 - Construção Civil

André Luiz Teles Rodrigues
Durval Perin

Uberlândia apresentou um crescimento econômico acentuado a partir dos anos 60, e isto pode ser confirmado com os dados da construção civil. Na década de 60, a área média anual construída em nossa cidade foi de 68.294,04 m². Na década seguinte, observou-se um crescimento de 313.322,71 m². Nos anos 80, a média anual foi de 552.491,57 m². Na década de 90, esse crescimento foi de 728.027,40 m² e, nos três primeiros anos deste milênio, a média anual foi de 908.393,03 m².

A cidade de Uberlândia, assim como qualquer grande centro, passa por sérios problemas de infra-estrutura. Em termos de calçamento, as ruas, só no ano de 2001, receberam 242.386,20 m² de asfalto novo, e foram recapeados 9.039,25 m².

Tabela 1 – Evolução da área construída em Uberlândia (MG) – 1960 a 2003¹

Década de 60		Década de 70		Década de 80		Década de 90		Década de 2000	
Ano	m²	Ano	m²	Ano	m²	Ano	m²	Ano	m²
1960	48.555,95	1970	71.145,06	1980	674.104,03	1990	658.306,00	2000	771.717,81
1961	65.875,46	1971	73.411,18	1981	416.311,72	1991	938.918,00	2001	771.761,86
1962	77.286,65	1972	145.825,64	1982	529.184,88	1992	481.748,00	2002	1.214.889,75
1963	67.769,11	1973	461.987,00	1983	303.368,00	1993	945.564,00	2003	738.527,47
1964	55.827,06	1974	315.414,12	1984 ¹	371.524,00	1994	641.108,00		
1965	44.900,87	1975	274.817,32	1985	374.457,43	1995	687.458,00		
1966	82.961,22	1976	411.944,51	1986	681.125,17	1996	689.165,00		
1967	58.417,93	1977	393.179,42	1987	584.025,95	1997	756.728,00		
1968	95.789,24	1978	421.082,12	1988	764.819,56	1998	789.878,00		
1969	85.556,94	1979	564.420,68	1989	825.995,00	1999	691.401,00		

Fonte: Secretaria Municipal de Obras.

Nota:¹ Até 1984, área construída; a partir de 1985, área aprovada para construção, aumento e reforma.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - Divisão de Obras.

Tabela 2 – Número de alvarás concedidos em Uberlândia (MG) – 2000 a 2003

Descrição	2000	2001	2002	2003
Construção Residencial	1.401	1.587	1.056	775
Construção Comercial	250	181	198	173
Planta Popular	2.122	2.930	1.315	1.179
Res. Multi Familiares Horizontais	122	89	240	75
Edifícios Residenciais	180	81	66	63
Edifícios Comerciais	1	3		
Edifícios Mistos(Comerc. e Resid.)	116	75	85	50
Construções Institucionais	22	11	27	23
Construções Industriais	1	4	2	
Levantamento Cadastral	26	112	214	698
Substituição de Projetos	170	77	113	35
Conjunto Residenciais	2	1	1	2
Ampliação	120	85	66	
Reforma	56	56	54	65
Revalidação de Alvará	391	327	259	250
Demolição de Área	71	77	35	49
Total	5.051	5.696	3.731	3.437

Fonte: Secretaria Planejamento e Desenvolvimento Urbano - Divisão de Obras Particulares.

2 - Abastecimento de Água e Esgoto e Energia Elétrica

André Luiz Teles Rodrigues
Durval Perin

O sistema de abastecimento de água trata 100% da água que é distribuída à população uberlandense, e 100% das residências são atendidas pelo sistema municipal.

O sistema de esgoto vem tentando acompanhar o crescimento da cidade, mas ainda não conseguiu ter a mesma cobertura do sistema de água, pois ele atende 98,5% das economias. Em relação ao tratamento de esgoto, de todo o volume coletado a Prefeitura Municipal pretende, até o final de 2005, tratar em 100% o esgoto antes de despejar no Rio Uberabinha.

Quando são analisados os dados sobre Energia Elétrica, pode-se perceber que houve um acentuado crescimento do consumo de energia, pois na década de 90 observou-se uma variação de 120,09%, sendo que a classe consumidora que se destacou foi a classe industrial com 288,21%, seguida da classe comercial (92,38%) e da classe residencial (73,86%).

Tabela 1 – Número de ligações, economias e contribuintes do sistema de água de Uberlândia (MG) – 1992 a 2003

Descrição	Anos											
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Número de Ligações	83.241	88.319	94.372	98.258	104.362	109.697	113.364	119.400	122.453	126.395	130.647	133.943
Ligações C/hidrômetro	82.981	87.757	94.255	98.213	104.347	109.697	113.364	119.400	122.453	126.395	130.647	133.943
Ligações S/hidrômetro	260	562	117	45	15	0	0	0	0	0	0	0
Contribuintes	113.485	125.289	134.071	140.797	151.129	157.594	166.471	161.159	182.143	188.231	196.365	201.523
Economias	116.795	125.427	134.071	140.797	151.129	157.594	166.471	161.159	182.143	188.231	196.365	201.523
Econ. Residenciais	105.885	112.971	120.614	125.789	134.954	140.927	149.288	145.150	163.117	168.397	173.446	178.177
Econ. Comerciais	10.235	11.919	12.955	14.539	15.738	16.239	16.768	15.600	18.652	19.567	22.657	23.102
Econ. Industriais	675	537	502	469	437	428	415	409	374	267	262	244
Rede/Extensão(Km)	1.425	1.453	1.617	1.703	1.731	1.765	1.989	2.145	2.300	2.316	2.376	2.436

Fonte: Departamento Municipal de Água e Esgoto – Uberlândia – MG.

Elaboração: CEPES/IEUFU.

Tabela 2 – Número de ligações, economias e contribuintes do sistema de esgoto de Uberlândia (MG) – 1992 a 2003

Descrição	Anos											
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Ligações	79.960	85.767	92.125	95.635	101.718	108.430	111.537	115.799	119.797	123.395	127.261	131.414
Contribuintes	109.354	121.802	131.041	137.038	148.500	154.835	162.119	171.521	362.074	371.318	384.617	396.759
Economias ¹	112.543	121.802	131.041	137.438	148.550	154.896	162.119	171.521	181.256	185.880	192.437	198.500
Econ. Residenciais	102.031	109.706	117.888	122.430	132.325	138.181	144.925	153.605	162.291	165.871	169.977	175.504
Econ. Comerciais	9.862	11.575	12.662	14.539	15.788	16.278	16.759	17.488	18.527	19.567	22.203	22.755
Econ. Industriais	650	521	491	469	437	437	435	428	438	442	257	241
Rede/Extensão(Km)	1.341	1.378	1.538	1.601	1.633	1.633	1.718	1.768	2.035	2.100	2.160	2.220

Fonte: Departamento Municipal de Água e Esgoto – Uberlândia – MG.

Elaboração: CEPES/IEUFU.

Tabela 3 – Número de consumidores de energia elétrica anual – 1992 a 2003

CLASSE	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Industrial	1.554	1.653	1.772	1.907	2.045	2.208	2.333	2.468	2.636	2.744	2.326	2.237
Comercial	10.334	10.970	11.570	12.184	12.986	13.710	14.339	14.972	15.919	18.931	18.088	18.587
Residencial	98.544	105.284	112.134	116.320	121.550	128.399	135.675	141.742	148.987	157.149	165.147	169.915
Rural	1.829	1.929	2.001	2.201	2.261	2.291	2.365	2.406	2.488	2.581	2.701	2.726
Outros	441	405	460	476	500	509	514	511	507	512	542	553
Total	112.702	120.241	127.937	133.088	139.342	147.117	155.226	162.099	170.537	181.917	188.804	194.018

Fonte: Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

Elaboração: CEPES/IEUFU.

Tabela 4 - Percentual de pessoas que vivem em domicílios com acesso aos serviços básicos em Uberlândia (MG) - 1991 e 2000

Percentual de pessoas com acesso aos serviços básicos	Ano	
	1991	2000
% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada	96,53	98,58
% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	94,35	97,93
% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	93,53	99,47
% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	98,54	99,62

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

1 - População

Luiz Bertolucci Júnior

A **POPULAÇÃO** residente do município de Uberlândia-MG, em 2000, de 501.214 habitantes representava o dobro de pessoas que residiam neste município em 1980, e quatro vezes a população de 1970 (Tabela 1). Esta expansão populacional se deu por conta das expressivas taxas de crescimento do período: entre 1970 e 1980: 6,7% ao ano; entre 1991 e 2000: 3,6% ao ano. Nestes períodos, as taxas de crescimento uberlandenses ficaram bem acima das verificadas para o estado de Minas Gerais (1,5% e 1,4% a.a, respectivamente) e do Brasil (2,5% e 1,6% a.a.).

Por meio de projeção populacional simplificada (CEPES) pode-se esperar que, **em julho de 2005, a população residente em Uberlândia se aproxime de 598 mil habitantes** (Tabela 2).

Desse total, **98% estarão residindo na cidade**, ou seja, o município de Uberlândia permanece com baixo grau de ruralização, aproximadamente 2%, o que gera acentuada pressão por serviços urbanos: habitação, água e esgoto, energia elétrica, educação e saúde, entre outras requisições.

Os dados populacionais mostram que a participação da **população em idade para o trabalho (15 a 64 anos)** representa **70,8% do total (em 2000)**, enquanto a população infanto-juvenil perde participação, representando em torno de 26% dos residentes.

A pirâmide etária da população residente mudou sua estrutura entre 1970 e 2000, como mostra o Gráfico 1, deixando a tradicional forma de base larga (maior número de crianças) para uma aparência mais “bojuda”, ou seja, maior contingente de adultos, maior número de pessoas em idades centrais, população que busca trabalho e pressiona a economia local por empregos.

A idade mediana de 27 anos, no ano de 2000, ou seja, a idade divisora da população em dois grupos de tamanho equivalente, ainda indica uma população residente jovem.

O Índice de Envelhecimento (IE), que relaciona o número de idosos e crianças, entre 1970 e 2000, saltou de 7,9 para 18,8 idosos para cada 100 crianças com idades menores de 14 anos. As mulheres são as que contam com maior IE, em 2000, 21,7 mulheres idosas (acima de 65 anos) para cada 100 meninas.

As taxas de crescimento geométrico por grupo etário continuam mostrando que, por conta da baixa fecundidade e do aumento da longevidade, **os grupos de pessoas com idades até 15 anos continuam com taxas de crescimento decrescentes**, enquanto os grupos etários superiores à idade de 20 anos continuam crescentes, incluindo os grupos mais idosos (ver Tabela 3).

Neste sentido, percebe-se que **o município de Uberlândia vive um importante momento demográfico**, com mais pessoas em idades produtivas, que, se acompanhado com políticas voltadas a consistente desenvolvimento econômico, significará colocar o município entre aqueles com relevantes índices de oportunidade e qualidade de vida.

As mulheres formam o maior contingente dos residentes em Uberlândia-MG. Desde 1970, conta-se em torno de 96 homens, para cada grupo de 100 mulheres. Somente no meio rural, onde reside baixa parcela da população, pode-se encontrar 121 homens para grupos de 100 mulheres.

Os dados demográficos destacam, portanto, que a população uberlandense ainda cresce num ritmo acentuado e, mantidos os atuais níveis de natalidade e mortalidade, bem como os movimentos migratórios, o município poderá dobrar de tamanho, **atingindo um milhão de habitantes, por volta do ano 2020.**

Algumas informações sobre **IMIGRAÇÃO** mostram, desde 1991, que **a maior parte da população uberlandense é composta por imigrantes**, pessoas nascidas em outros municípios, principalmente nos municípios mineiros localizados no Triângulo Mineiro.

Nos anos 70, considerando os municípios mais dinâmicos da região, Uberlândia recebeu maior contingente de pessoas do município de Ituiutaba-MG, enquanto nos anos 80, Patos de Minas foi o município que mais migrantes forneceu a Uberlândia (Figura 1).

Os imigrantes residentes no município em 1996, com quatro anos ou mais de idade, vieram em sua maioria dos demais municípios de Minas Gerais. Goiás foi o segundo estado maior fornecedor de migrantes para o município, sendo seguido por São Paulo, Bahia, Mato Grosso e Distrito Federal (Figura 2).

O Censo Demográfico de 2000 (IBGE) confirmou a posição de Uberlândia como espaço de atração populacional, mostrando que, naquele ano, 21,4% da população residente resultava de nascidos em outros estados, com maior participação de goianos e paulistas (Tabela 5).

A Pesquisa das Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia (CEPES), realizada em 2001, mostra que o padrão de origem dos imigrantes se manteve: mais de 50% vindos de outros municípios mineiros, principalmente do entorno, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e outra parcela significativa de emigrantes do estado de Goiás. O motivo que fomentou o movimento migratório dos responsáveis pelas famílias, pesquisados em 2001, foi, em sua maioria, procura por trabalho, como mostra a Figura 3. 64,6% dos imigrantes chegaram a Uberlândia em busca de emprego, vindo em seguida, mas também numa participação relevante, o motivo de acompanhamento de parentes, ou seja, 21,5% dos responsáveis pelas famílias mudaram para Uberlândia acompanhando outro parente que, certamente, também chegou em busca de emprego, educação e outros recursos que este município oferece.

A interação migratória intermunicipal pode, de certa maneira, ser confirmada pelo movimento rodoviário intermunicipal de passageiros que embarcaram e desembarcaram no Terminal Rodoviário de Uberlândia, entre 1980 e 2000. A lista de vinte e um municípios com maior participação no total de passageiros que transitaram pela rodoviária uberlandense confirma a forte interação deste município com alguns municípios do entorno. O município de Araguari-MG participou com

aproximadamente 30% do total de passageiros que se movimentaram no período, certamente grande parte representou movimentos pendulares, ou seja, moradores de Araguari e Uberlândia que diariamente se movimentam em busca de trabalho, educação e saúde, prioritariamente. Itumbiara-GO, Ituiutaba-MG, Uberaba-MG e São Paulo-SP completam a lista dos cinco municípios com maior interação de passageiros rodoviários transportados entre os diversos municípios e Uberlândia – MG (Quadro 1).

Tabela 1 - Quadro demográfico de Uberlândia (MG) – 1970-2000

					Projeção Populacional ³
					2005
População Residente¹	1970	1980	1991	2000	
Total	126.112	240.967	367.062	501.214	
Homens	61.927	119.508	180.426	245.701	
Mulheres	64.185	121.459	186.636	255.513	
<i>Minas Gerais</i>	11.487.415	13.378.553	15.743.152	17.891.494	
<i>Brasil</i>	93.139.037	119.002.706	146.825.475	169.799.170	
Taxa de Crescimento (%)²	1970/1980	1980/1991	1991/2000		
População Total	6,7	3,9	3,5		
Homens	6,8	3,8	3,5		
Mulheres	6,6	4,0	3,6		
<i>Minas Gerais</i>	1,5	1,5	1,4		
<i>Brasil</i>	2,5	1,9	1,6		
Informações diversas	1970	1980	1991	2000	
Grau de Urbanização (%)	89,3	96,1	97,6	97,6	
Densidade Demográfica	30,7	58,7	89,5	122,1	
Taxa de Dependência	71,1	59,2	53,7	41,2	
Taxa de Dependência de Jovens	65,8	54,2	47,9	36,9	
Taxa de Dependência de Idosos	5,2	4,9	5,8	4,3	
População 0 a 14 anos (%)	38,5	34,1	31,1	26,1	
População 15 a 64 anos (%)	58,5	62,8	65,0	70,8	
População 65 anos e mais (%)	3,1	3,1	3,8	3,0	
Idade Mediana					
População Total	19,9	21,5	24,5	27,0	
Homens	19,6	21,2	23,8	26,2	
Mulheres	20,2	21,7	25,1	27,8	
População urbana	20,1	21,5	24,5	27,0	
População rural	18,3	20,1	23,2	30,8	
Índice de envelhecimento (%)					
População Total	7,9	9,1	12,2	18,8	
Homens	7,1	8,2	10,4	16,1	
Mulheres	8,8	10,1	14,1	21,7	
População urbana	8,2	9,2	12,3	18,9	
População rural	5,7	7,4	9,9	16,9	
Razões de Sexo (%)					
População Total	96,5	98,4	96,7	96,2	
População urbana	94,2	97,4	96,2	95,6	
População rural	118,2	126,9	116,6	121,1	

1 Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Indicadores calculados pelo CEPES/IEUFU

2 Taxa Geométrica de Crescimento anual da população.

3 Estimativa de população.

4 Grau de Urbanização = % da população residente no meio urbano.

5 Densidade Demográfica = número de habitantes por km².

6 Taxa de Dependência = número de habitantes com idades entre 0 a 14 anos e com 65 anos e mais, para cada grupo de 100 habitantes com idades entre 15 e 64 anos.

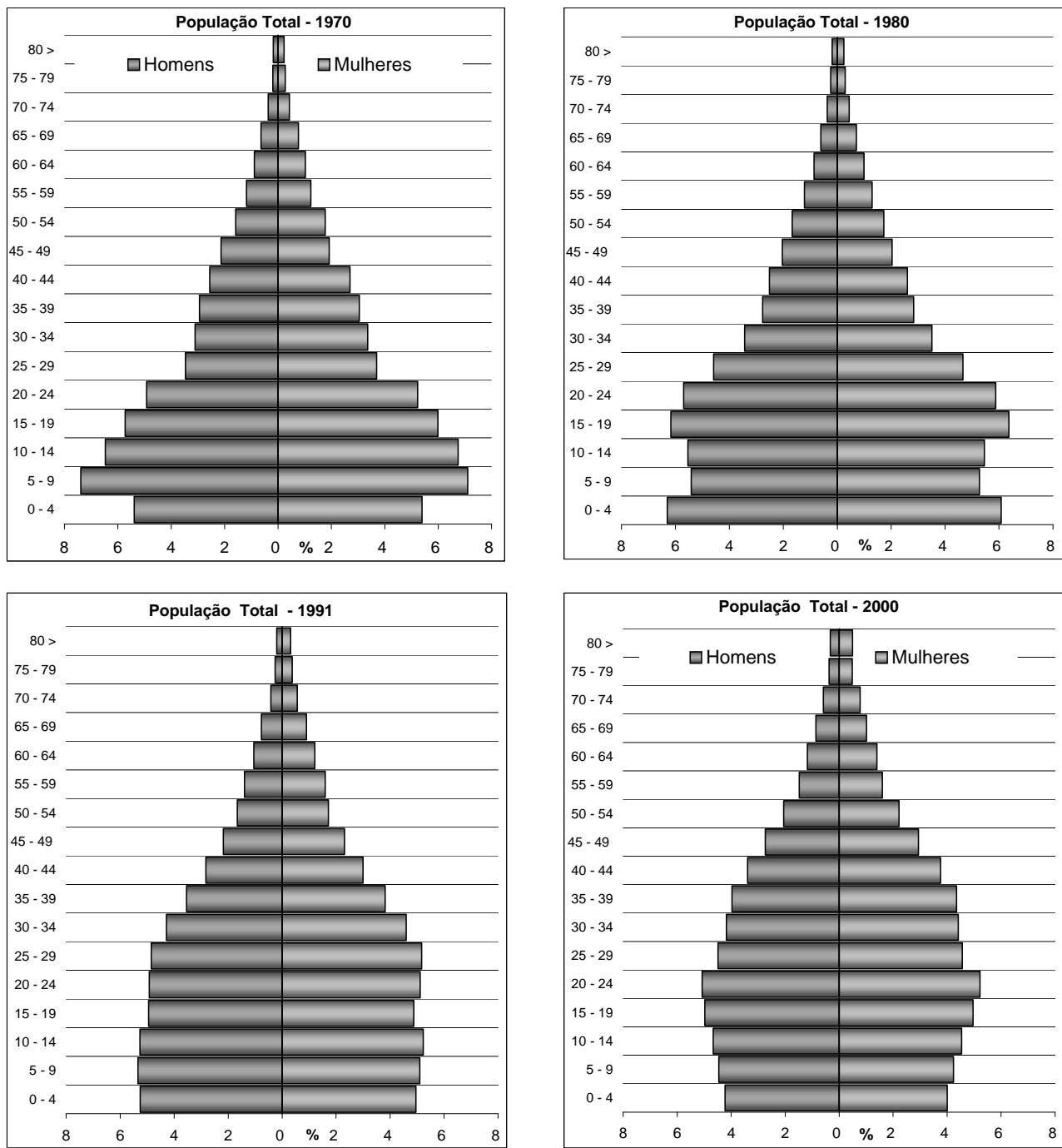
7 Taxa de Dependência de Jovens = número de habitantes com idades entre 0 a 14 anos, para cada grupo de 100 habitantes com idades entre 15 e 64 anos.

8 Taxa de Dependência de Idosos = número de habitantes com idades de 65 anos e mais, para cada grupo de 100 habitantes com idades entre 15 e 64 anos.

9 Idade Mediana = idade que divide a população residente em dois grupos iguais em número de pessoas.

10 Índice de Envelhecimento = número de pessoas com idades acima de 65 anos para cada grupo de 100 pessoas com idades inferiores a 14 anos.

11 Razões de Sexo = número de homens para cada grupo de 100 mulheres.

Gráfico 1 - Estrutura etária e sexo da população de Uberlândia (MG) – 1970-2000

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela 2 - População überlandense, por grupo etário e sexo, calculada para 1º de julho, com base nos Censos Demográficos (1980, 1991 e 2000) e estimativa** para o ano de 2005*

Grupos etários	População no meio do ano de referência, por sexo e total											
	1/7/1980			1/7/1991			1/7/2000			Estimativa para 1/7/2005		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 - 4	14.991	14.462	29.453	19.229	18.135	37.365	21.149	20.032	41.181	22.298	21.170	43.467
5 - 9.	12.970	12.636	25.606	19.482	18.605	38.087	22.284	21.191	43.475	24.011	22.781	46.792
10 - 14	13.227	13.051	26.278	19.228	19.077	38.306	23.288	22.661	45.949	25.903	24.935	50.838
15 - 19	14.681	15.156	29.837	18.103	17.870	35.973	24.794	24.712	49.505	29.528	29.588	59.115
20 - 24	13.537	13.984	27.521	17.984	18.678	36.662	25.295	25.991	51.285	30.573	31.227	61.799
25 - 29	10.873	11.074	21.947	17.671	18.813	36.484	22.399	22.795	45.193	25.552	25.360	50.912
30 - 34	8.173	8.363	16.537	15.580	16.695	32.275	20.822	22.013	42.835	24.462	25.668	50.130
35 - 39	6.607	6.759	13.366	12.880	13.874	26.754	19.745	21.632	41.377	25.034	27.687	52.721
40 - 44	5.998	6.210	12.209	10.274	10.905	21.179	16.845	18.661	35.506	22.169	25.151	47.320
45 - 49	4.850	4.841	9.691	7.929	8.402	16.331	13.568	14.586	28.153	18.286	19.816	38.101
50 - 54	3.974	4.119	8.093	6.054	6.270	12.324	10.219	11.006	21.225	13.668	15.044	28.712
55 - 59	2.886	3.078	5.965	5.062	5.796	10.858	7.357	7.977	15.334	9.056	9.526	18.582
60 - 64	2.057	2.363	4.419	3.816	4.410	8.226	5.846	6.953	12.799	7.409	8.954	16.363
65 - 69	1.448	1.697	3.145	2.794	3.279	6.073	4.285	5.049	9.334	5.434	6.417	11.851
70 - 74	876	1.069	1.944	1.510	2.046	3.555	2.883	3.843	6.726	4.130	5.454	9.584
75 - 79	578	703	1.282	971	1.398	2.369	1.862	2.426	4.289	2.674	3.296	5.970
80 e mais	450	586	1.036	728	1.152	1.880	1.612	2.446	4.057	2.507	3.715	6.222
Total da população	118.178	120.150	238.328	179.295	185.406	364.701	244.252	253.972	498.224	292.694	305.787	598.481

Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 - IBGE.

** Estimativa calculada pelo CEPES/IEUFU.

*Tabela 3 - Taxa geométrica de crescimento anual** (%) da População Uberlandense, por grupo etário e sexo, com base nos Censos Demográficos**

Grupos etários	Taxa geométrica de crescimento anual (%)			Período 1991/2000		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 - 4	2,29	2,08	2,19	1,06	1,11	1,09
5 - 9.	3,77	3,58	3,68	1,50	1,46	1,48
10 - 14	3,46	3,51	3,49	2,15	1,93	2,04
15 - 19	1,92	1,51	1,71	3,56	3,67	3,61
20 - 24	2,62	2,67	2,64	3,86	3,74	3,80
25 - 29	4,51	4,94	4,73	2,67	2,16	2,41
30 - 34	6,04	6,49	6,27	3,27	3,12	3,20
35 - 39	6,26	6,76	6,51	4,86	5,06	4,96
40 - 44	5,01	5,25	5,14	5,65	6,15	5,91
45 - 49	4,57	5,14	4,86	6,15	6,32	6,24
50 - 54	3,90	3,89	3,90	5,99	6,45	6,23
55 - 59	5,24	5,92	5,60	4,24	3,61	3,91
60 - 64	5,78	5,84	5,81	4,85	5,19	5,03
65 - 69	6,16	6,17	6,17	4,87	4,91	4,89
70 - 74	5,08	6,08	5,64	7,45	7,26	7,34
75 - 79	4,82	6,44	5,74	7,50	6,32	6,82
80 e mais	4,46	6,34	5,57	9,24	8,72	8,92
Total da população	3,86	4,02	3,94	3,49	3,56	3,53

Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 - IBGE.

** Calculada pelo CEPES/IEUFU.

Tabela 4 - População total, urbana e rural, 1991 e 2000 (Municípios selecionados - MG)

Município	População Total		População Urbana		População Rural	
	1.991	2.000	1.991	2.000	1.991	2.000
Belo Horizonte (MG)	2.020.161	2.238.526	2.013.257	2.238.526	6.904	-
Contagem (MG)	449.588	538.017	419.975	533.330	29.613	4.687
Uberlândia (MG)	367.061	501.214	358.165	488.982	8.896	12.232
Juiz de Fora (MG)	387.523	456.796	381.530	453.002	5.993	3.794
Montes Claros (MG)	250.062	306.947	227.759	289.183	22.303	17.764
Betim (MG)	170.934	306.675	162.143	298.258	8.791	8.417
Uberaba (MG)	208.585	252.051	200.705	244.171	7.880	7.880
Patos de Minas (MG)	102.946	123.881	87.403	111.333	15.543	12.548
Ituiutaba (MG)	84.577	89.091	78.205	83.853	6.372	5.238
Araxá (MG)	69.911	78.997	67.972	77.743	1.939	1.254
Patrocínio (MG)	60.753	73.130	47.230	63.000	13.523	10.130
Frutal (MG)	41.424	46.566	33.232	39.012	8.192	7.554

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 5 - Imigrantes – pessoas residentes no município de Uberlândia (MG) por Unidade da Federação de nascimento - 2000

Unidades da Federação	TOTAL	Participação Relativa (%)	Proporção população residente em 2000 (%)
REGIÃO SUDESTE*	22.832	21,3	4,56
Espírito Santo	537	0,5	0,11
Rio de Janeiro	2.025	1,9	0,40
São Paulo	20.270	18,9	4,04
REGIÃO CENTRO-OESTE	50.131	46,7	10,00
Mato Grosso do Sul	716	0,7	0,14
Mato Grosso	2.186	2,0	0,44
Goiás	45.125	42,1	9,00
Distrito Federal	2.104	2,0	0,42
REGIÃO SUL	6.285	5,9	1,25
Paraná	4.056	3,8	0,81
Santa Catarina	749	0,7	0,15
Rio Grande do Sul	1.480	1,4	0,30
REGIÃO NORDESTE	25.062	23,4	5,00
Maranhão	1.920	1,8	0,38
Piauí	1.017	0,9	0,20
Ceará	2.133	2,0	0,43
Rio Grande do Norte	6.836	6,4	1,36
Paraíba	3.324	3,1	0,66
Pernambuco	2.328	2,2	0,46
Alagoas	708	0,7	0,14
Sergipe	182	0,2	0,04
Bahia	6.614	6,2	1,32
REGIÃO NORTE	2.956	2,8	0,59
Rondônia	489	0,5	0,10
Acre	55	0,1	0,01
Amazonas	276	0,3	0,06
Roraima	12	0,0	0,00
Pará	1.271	1,2	0,25
Amapá	7	0,0	0,00
Tocantins	846	0,8	0,17
TOTAL	107.266	100,0	21,40

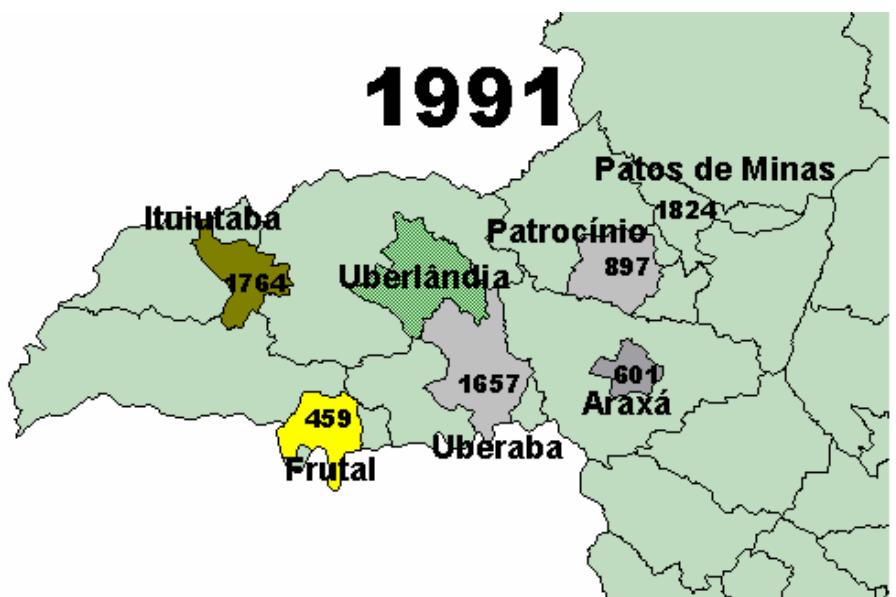
Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

* Minas Gerais - movimento migratório dos demais municípios não disponível no SIDRA IBGE.

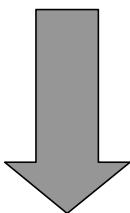
Figura 1 - Imigrantes no município, em 1980 e 1991, com menos de dez anos de residência, por município-pólo de residência anterior, considerando as Microrregiões pertencentes ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba¹²



Total de imigrantes vindos dos demais municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
= **26.799 pessoas**



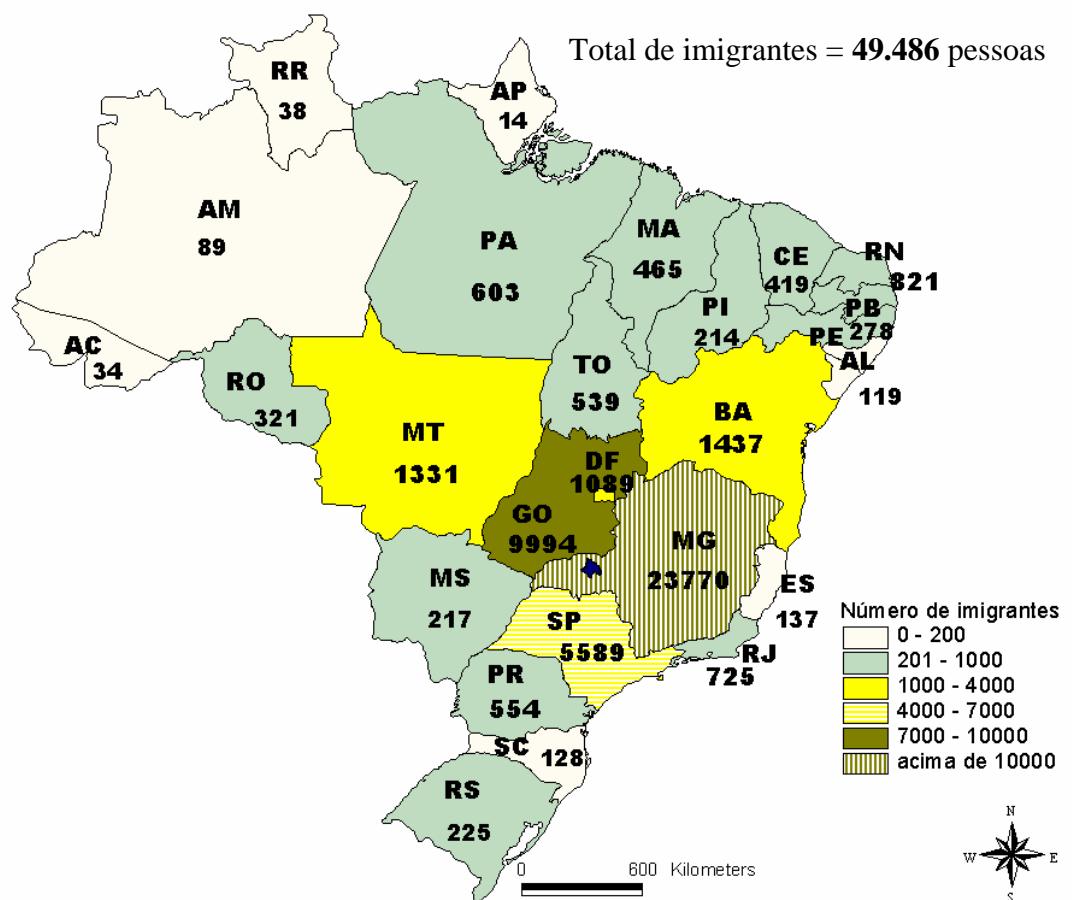
¹² Fonte: Ferreira, E. W. Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: características dos fluxos imigratórios (1980-91). Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, UFU, 1998.

Tabela 6 - População residente – Uberlândia – MG / 1991

Por local de Nascimento, 1991	Número de Habitantes ¹	%
Nascidos em Uberlândia	181.671	49,5
Nascidos em outros municípios mineiros	116.335	31,7
Nascidos nos demais estados brasileiros	68.272	18,6
Nascidos no Exterior	784	0,2
Total	367.062	100,0

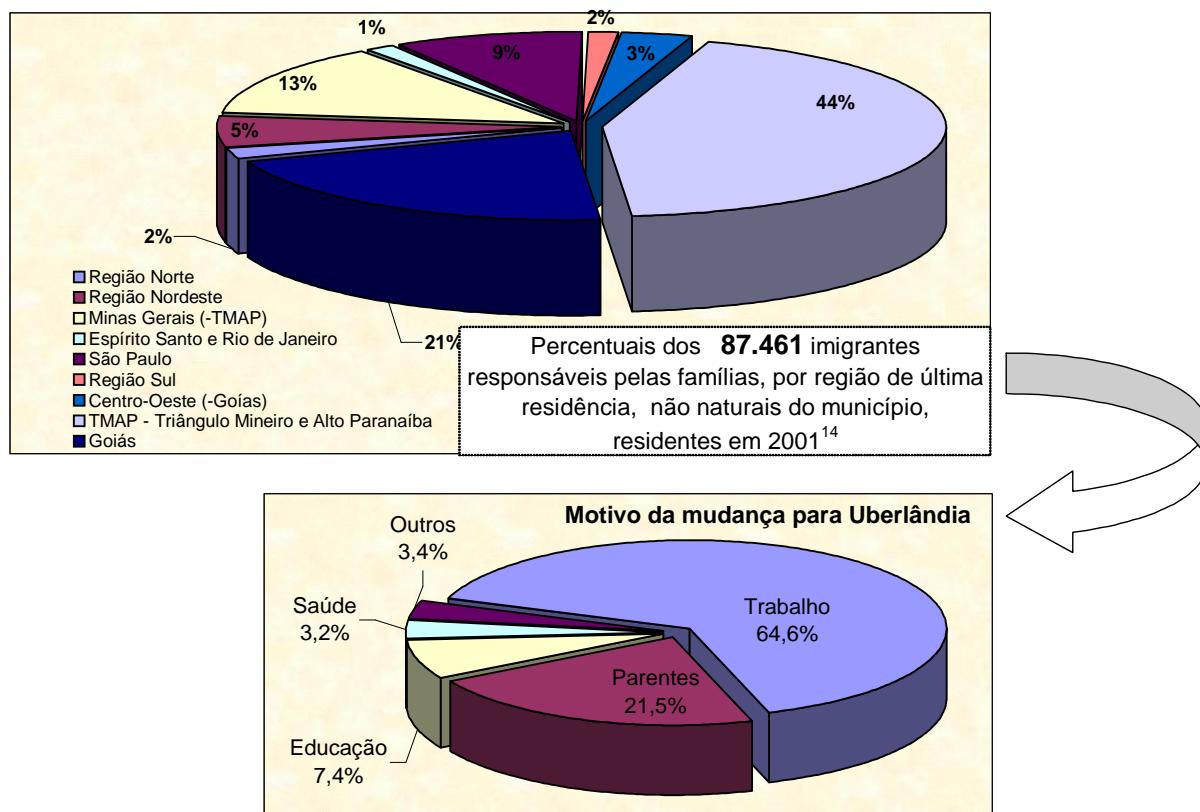
¹Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991

Figura 2 - Imigrantes residentes no município, em 1996, com 4 anos ou mais de idade, por Estado onde residia em 1991¹³



¹³ Fonte: IBGE – Contagem Populacional de 1996.

Figura 3 – Percentual de imigrantes por região de origem e motivo da mudança para Uberlândia

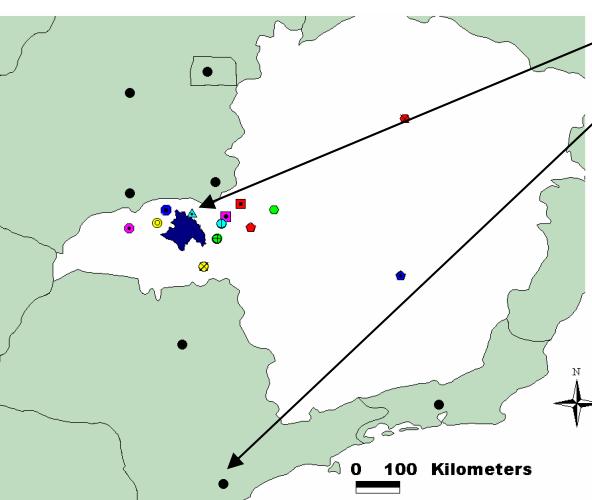


¹⁴ Fonte: Pesquisa Condições Sócio-econômicas das Famílias de Uberlândia. CEPES/IEUFU, 2001.

Quadro 1

Transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, 1980-2000¹⁵
Estimativa total do embarque e desembarque no Terminal Rodoviário
Por cidades de origem com maior participação

Código	Cidade	Estado	%
1	ARAGUARI	MG	24,96
2	ITUMBIARA	GO	12,70
3	ITUIUTABA	MG	12,17
4	UBERABA	MG	11,07
5	SÃO PAULO	SP	7,84
6	GOIANIA	GO	7,51
7	BELO HORIZONTE	MG	6,73
8	RIBEIRAO PRETO	SP	4,57
9	TUPACIGUARA	MG	3,55
10	MONTE ALEGRE	MG	2,31
11	PATOS DE MINAS	MG	1,67
12	MONTES CLAROS	MG	1,42
13	PATROCINIO	MG	1,03
14	CATALAO	GO	0,82
15	BRASILIA	DF	0,79
16	MONTE CARMELO	MG	0,32
17	COROMANDEL	MG	0,22
18	ROMARIA	MG	0,19
19	NOVA PONTE	MG	0,06
20	RIO DE JANEIRO	RJ	0,04
21	CACHOEIRA DOURADA	GO	0,03
Mais de 40.000.000 de pessoas se movimentaram no período, com origem ou destino em Uberlândia e nas demais 21 cidades			100



¹⁵ Fonte: Terminal Rodoviário Presidente Castelo Branco, de Uberlândia – MG e TRICON, Triângulo Concessões Ltda (de 1996 a 2000).

2 - Natalidade e Mortalidade

Ester William Ferreira

Os indicadores básicos de natalidade e de mortalidade, para o município de Uberlândia, revelam um quadro favorável quanto às condições de saúde, considerando-se as informações referentes a essas duas variáveis. Evidentemente, para que se conheça a situação da saúde no município são necessários outros indicadores que poderão ser levantados em momento posterior.

A **Taxa de Mortalidade Infantil**, que expressa o número de óbitos de crianças, menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente, decresceu significativamente ao longo dos anos considerados, saindo de 81,2 óbitos por mil habitantes, em 1970, para 20,01 em 2000. Desde 1980, Uberlândia já apresentava uma taxa de mortalidade infantil inferior (46,8 por mil) às apresentadas por Minas Gerais (75,7) e Brasil (79,9). Em 1991, essa taxa caiu para 23,1 por mil, enquanto no estado decresceu para 37,0 e, no Brasil, para 45,3. Em 2000, a mortalidade infantil em Uberlândia foi de 20,01 por mil, o menor valor registrado até então. Em Minas Gerais e no Brasil, as taxas, em 2002, foram de 20,8 e 27,8 por mil, respectivamente (ver Tabela 1).

Em que pese os resultados promissores dos anos 90, certamente reflexos das políticas públicas adotadas ao longo da década enfatizando melhorias no pré-natal e ampliação do acesso da população à rede de saúde, ainda há muito que fazer. A taxa de mortalidade infantil ainda está bem acima dos índices dos países desenvolvidos (países da Europa têm taxas que giram em torno de 5 por mil) e mesmo de países da América Latina como Chile (10 por mil) e Argentina (18 por mil). Programas de saneamento básico e de redução da miséria devem ser encarados com seriedade de forma a garantir a diminuição dos óbitos de crianças menores de um ano de idade.

A queda da taxa de mortalidade infantil foi um dos fatores que mais contribuíram para o aumento da **esperança de vida ao nascer** ao longo dos anos considerados. Esse indicador expressa o número médio de anos esperados para um

recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente, na população residente. Em 1970, a expectativa de vida era de 54,4 anos. Em 1980, esse valor subiu para 61 anos, inferior ao apresentado para Minas Gerais (63,5) e Brasil (61,9). Em 1991, a esperança de vida em Uberlândia aumentou para 70,5 anos, superior às estimativas do estado (66,9) e do País (66,0). Em 2000, a esperança de vida no município atinge 73,1 anos. Mesmo em 2002, os valores apresentados para Minas Gerais (70,9) e Brasil (71,0) mostraram-se menores que aquele registrado para o município (Gráfico 1).

Os resultados quanto à **Taxa de Fecundidade Total**, definida como o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher durante o período reprodutivo (15 a 44 anos), na população residente, mostram que a população brasileira tem cada vez menos filhos. Em 1980, a taxa de fecundidade total girava em torno de 4 filhos por mulher, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais. Em 1991, observa-se uma sensível queda nessa taxa, que passa para 2,9 e 2,5 filhos, respectivamente. Em Uberlândia, a taxa de fecundidade total registrada foi de 2,3 filhos, já inferior às apresentadas para o estado e para o País. Em 2000, o número de filhos por mulher mostra-se ainda menor no município (1,89), inferior, inclusive, à chamada taxa de reposição cujo valor é de 2,1 filhos. As taxas registradas para Brasil e Minas Gerais, em 2002, refletem a continuidade desse processo: 2,4 e 2,1 filhos, respectivamente.

A **Taxa Bruta de Natalidade** – número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população residente – foi obtida somente para o ano de 2000 devido à inexistência de informações consistentes para os anos censitários anteriores. O resultado de 17,1 por mil é inferior ao apresentado para o Estado de Minas Gerais e Brasil cujos valores, em 2002, foram de 19,2 e 21,0 por mil, explicitando a diminuição que vem ocorrendo no número de nascidos vivos nos últimos anos como reflexo da queda da fecundidade.

Quando são observadas as informações sobre o número de nascimentos por idade da mãe, percebe-se uma tendência diferenciada. Os dados revelam que tem aumentado a quantidade de crianças nascidas de mulheres mais jovens (15 a 19 anos). Enquanto há diminuição no número de nascimentos à medida que aumenta a idade da mãe, a porcentagem de mulheres de 15 a 17 anos com filhos aumentou de 5,92%, em 1991, para 7,02% em 2000 no município de Uberlândia (ver Tabelas 2 e 3).

A gravidez na adolescência e suas implicações sociais, demográficas e relativas à saúde da mãe e da criança são questões que merecem discussão e tomada de decisões por parte do poder público e da sociedade.

Quanto à **Taxa Bruta de Mortalidade** – número de óbitos, por mil habitantes, na população residente –, o município vem registrando resultados decrescentes nos últimos vinte anos. Em 1980, enquanto os valores eram de 8,4 por mil e 9,0 para o estado e País, respectivamente, em Uberlândia a taxa já era menor (6,1). Em 1991, este valor caiu para 5,3. Em Minas Gerais e Brasil, as taxas reduziram-se para 7,0 e 7,5, respectivamente. Em 2000, a taxa bruta de mortalidade em Uberlândia diminuiu para 4,7 por mil. O valor apresentado para Minas Gerais também apresentou queda chegando a 6,5 por mil, enquanto para o Brasil caiu para 6,3 por mil. Os resultados para o município, portanto, acompanham a tendência de queda da taxa bruta de mortalidade verificada no estado e no País.

Importante destacar que, embora haja uma tendência geral de diminuição da mortalidade, esse quadro não é homogêneo entre os vários grupos etários. As **Taxas Específicas de Mortalidade**, que se referem ao risco de morte em cada idade ou em cada faixa etária, mostram que houve, no período 1980-2000, significativa redução proporcional das mortes entre as crianças de 0 a 4 anos de idade para ambos os sexos, certamente reflexo da queda da mortalidade infantil no grupo “menor de 1 ano de idade”. Os outros grupos etários também apresentaram redução na taxa de mortalidade, com exceção do grupo “15 a 19 anos” para a população masculina cujas taxas aumentaram em 2000 relativamente a 1980 e 1991. Na análise das causas de morte nesse grupo, ocupam o primeiro lugar as “causas externas”, que se referem às mortes decorrentes de agressões, acidentes, homicídios, entre outras (Gráficos 2 a 4).

O estudo das informações de **óbitos por residência** ocorridos em Uberlândia no período 1980-2002 revela mudanças no padrão da mortalidade por causas, considerando também a inter-relação com a idade e o sexo dos indivíduos.

No Gráfico 5, é possível observar que, em 1980, as cinco principais causas de morte proporcionais no município eram: “doenças do aparelho circulatório” (25,59%), “doenças infecciosas e parasitárias” (15,94%), “causas externas” ou violentas

(11,44%), “neoplasias” ou tumores (11,08%) e “doenças do aparelho respiratório” (8,08%). Em 2002, perderam importância relativa os óbitos por doenças infecto-parasitárias (10,12%). Contudo, as “doenças do aparelho circulatório” (27,51%) ainda se destacaram como primeira causa de morte. Em seguida, foi registrada maior participação relativa das mortes por “neoplasias” (16,66%), por “causas externas”(12,64%) e, por fim, as mortes devido a “doenças do aparelho respiratório” (11,01%).

A partir do número de óbitos por grupos etários selecionados (menor de 1 ano de idade, 15 a 29 anos e 65 anos e mais) foram também analisadas as cinco principais causas de morte em 1980 e 2002, a fim de verificar se houve variação no padrão de causas no período.

Entre as crianças menores de um ano de idade observou-se que, tanto em 1980 quanto em 2002, as “afecções originadas no período perinatal” foram a primeira causa de morte com participação relativa de 53,04% e 66,25%, respectivamente. As “doenças infecciosas e parasitárias”, que, em 1980, ocupavam o segundo lugar (14,35%), em 2002 passaram para a terceira posição e num percentual significativamente mais baixo (3,75%). Contudo, observa-se um aumento da mortalidade por má formação congênita. Em 1980, a participação relativa dos óbitos por essa causa de morte era de 8,7% e, em 2002, foi de 21,25% (Gráfico 7).

No grupo 15 a 29 anos, a principal causa de morte foram as “causas externas” cuja proporção passou de 45,95%, em 1980, para 68,71% em 2002, como mostra o Gráfico 8. Todas as demais causas registradas perderam importância relativa no período. Importante destacar que, nesse grupo etário, a análise dos óbitos por sexo revela significativa diferenciação no padrão de mortalidade por causas.

Em Uberlândia, no ano de 2002, do total de óbitos masculinos entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, aproximadamente 79% ocorreram por “causas externas” (ver Gráfico 9). Para as mulheres, embora essa também tenha sido a principal causa de morte, a proporção foi menor (33,33%).

Entre a população idosa (65 anos e mais), os óbitos por “doenças do aparelho circulatório” predominam sobre os demais tanto em 1980 quanto em 2002, embora com diminuição de sua importância relativa no período: 45,31% e 36,74%, respectivamente. As mortes por “neoplasias ou tumores” aumentaram proporcionalmente em 2002 (17,54%) em relação a 1980 (12,72%), bem como as doenças do aparelho respiratório: 15,38% e 10,27%, respectivamente (Gráfico 10).

Tabela 1 - Natalidade e mortalidade: síntese dos principais indicadores - Brasil, Minas Gerais e Uberlândia – 1970, 1980, 1991 e 2002

Indicador	1970	1980	1991	2002
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)^a				
Uberlândia	81,2	46,8	23,1	(1) 20,01
Minas Gerais	-	75,7	37,0	20,8
Brasil	-	79,9	45,3	27,8
Esperança de vida ao nascer (em anos)^b				
Uberlândia	54,4	61,0	70,5	(1) 73,1
Minas Gerais	-	63,5	66,9	70,9
Brasil	-	61,9	66,0	71,0
Taxa de Fecundidade Total (nº de filhos por mulher)^c				
Uberlândia	-	-	2,3	(1) 1,89
Minas Gerais	-	4,3	2,5	2,1
Brasil	-	4,4	2,9	2,4
Taxa Bruta de Natalidade (por mil hab.)^d				
Uberlândia	-	-	-	(1) 17,1
Minas Gerais	-	31,8	(2) 21,2	19,2
Brasil	-	30,0	(2) 23,0	21,0
Taxa Bruta de Mortalidade (por mil hab.)^e				
Uberlândia	-	6,1	5,3	4,7
Minas Gerais	-	8,4	(2) 7,0	6,5
Brasil	-	9,0	(2) 7,5	6,3

Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/IPEADATA), Ministério da Saúde (DATASUS) e Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) - para dados de Uberlândia.

Fundaçao João Pinheiro (FJP) - para dados de Minas Gerais e Brasil.

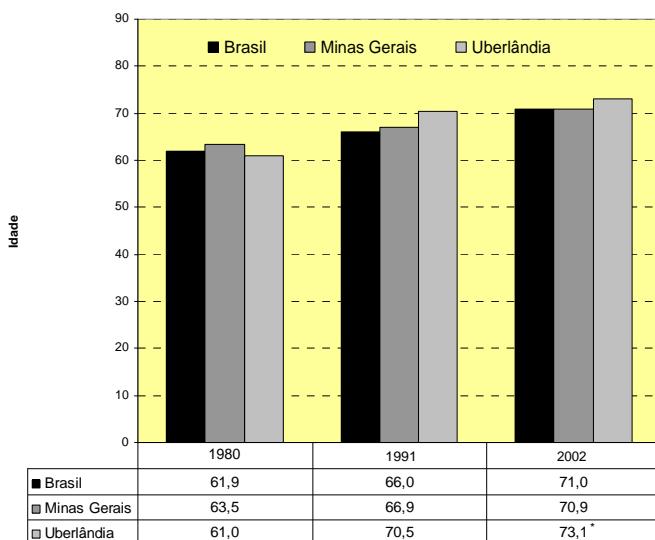
(1) Refere-se a 2000.

(2) refere-se a 1992.

Notas:

- a. Taxa de Mortalidade Infantil: número de óbitos de crianças, menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente.
- b. Esperança de vida ao nascer: número médio de anos esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente, na população residente.
- c. Taxa de Fecundidade Total: número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva (15 a 44 anos).
- d. Taxa Bruta de Natalidade: número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população residente.
- e. Taxa Bruta de Mortalidade: número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente.

Gráfico 1 - Esperança de vida ao nascer (em anos) - Brasil, Minas Gerais e Uberlândia – 1980, 1991 e 2002



Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) e Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) - para dados de Uberlândia.
* refere-se a 2000.

Tabela 2 - Número de nascidos vivos por idade da mãe e ano do nascimento (1995-2002)

Idade da mãe (em anos)	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
10 a 14	1	-	2	52	60	55	62	68
15 a 19	19	26	35	1714	1993	1850	1720	1578
20 a 24	26	44	41	2558	2941	2889	2744	2704
25 a 29	19	30	31	1903	2187	2104	2190	2128
30 a 34	6	10	18	1005	1185	1143	1146	1165
35 a 39	8	3	5	350	429	441	480	457
40 a 44	1	-	-	55	66	84	72	88
45 a 49	-	-	-	7	6	2	4	4
Idade ignorada	7	12	8	241	8	11	11	2
Total	87	125	140	7885	8875	8579	8429	8194

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

Tabela 3 - Indicadores de fecundidade, 1991 e 2000

Indicador	1991	2000
Taxa de fecundidade total	2,3	1,89
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos	...	0,28
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	5,92	7,02

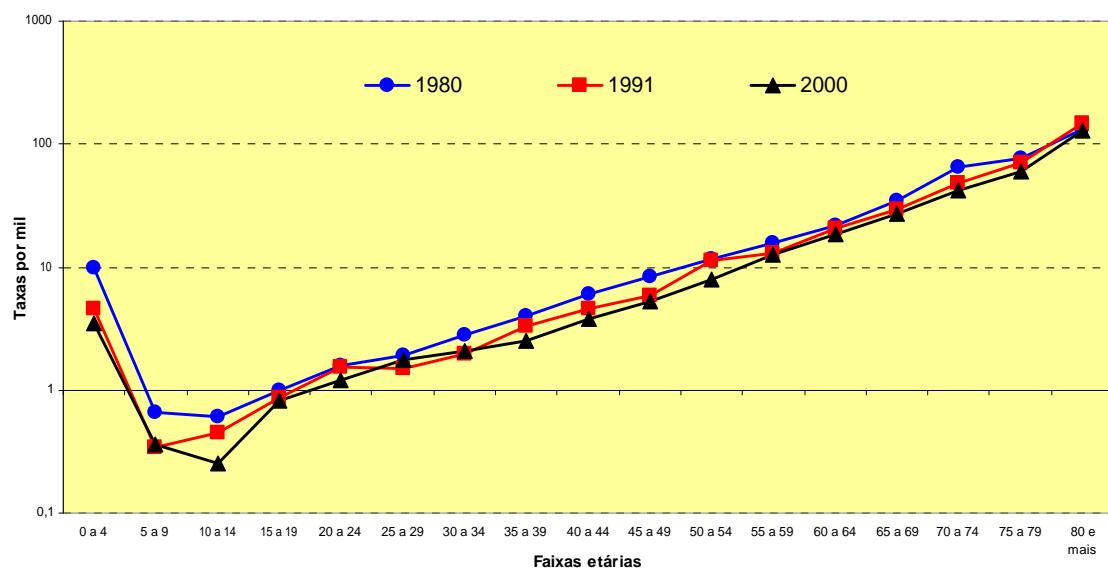
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Tabela 4 - Outros indicadores de mortalidade, 1991 e 2000

Indicador	1991	2000
Mortalidade até um ano de idade	23,13	20,01
Mortalidade até cinco anos de idade	36,79	21,92
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos	91,71	94,42
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	80,44	84,99

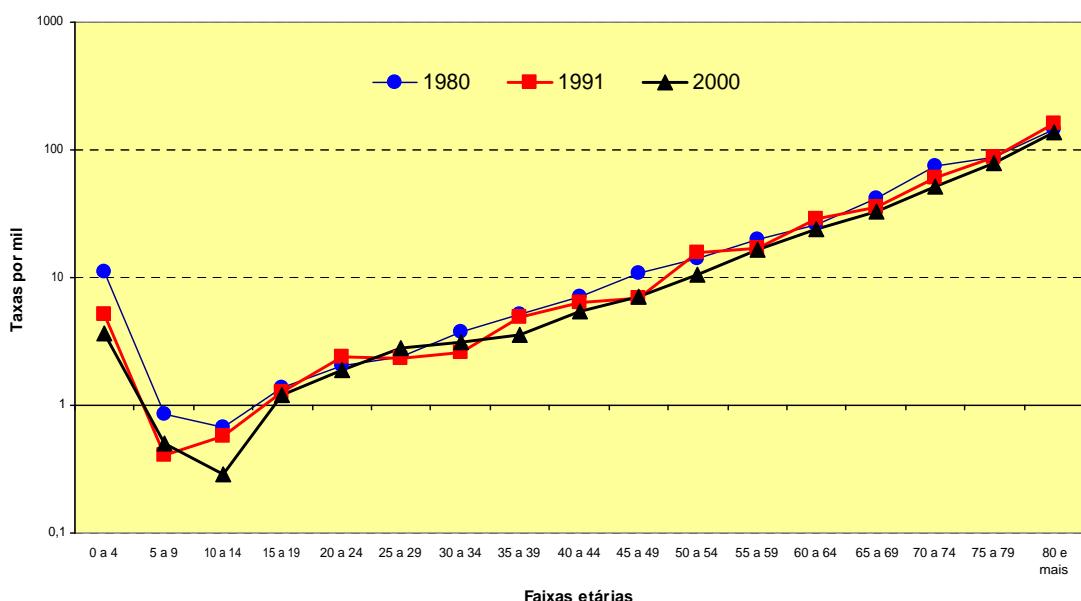
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Gráfico 2 - Taxas específicas de mortalidade em Uberlândia (MG) por faixas etárias – 1980, 1991 e 2000 (%)



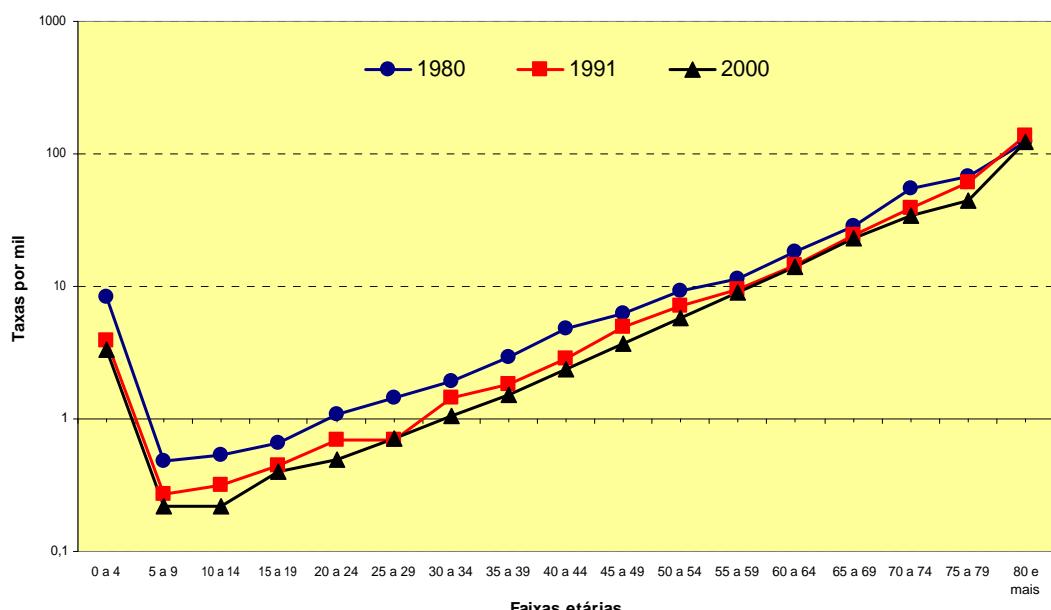
Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM). Tabulações especiais CEPES/IEUFU.
Gráfico em escala logarítmica.

Gráfico 3 - Taxas específicas de mortalidade em Uberlândia (MG) para os homens segundo faixas etárias – 1980, 1991 e 2000 (%)



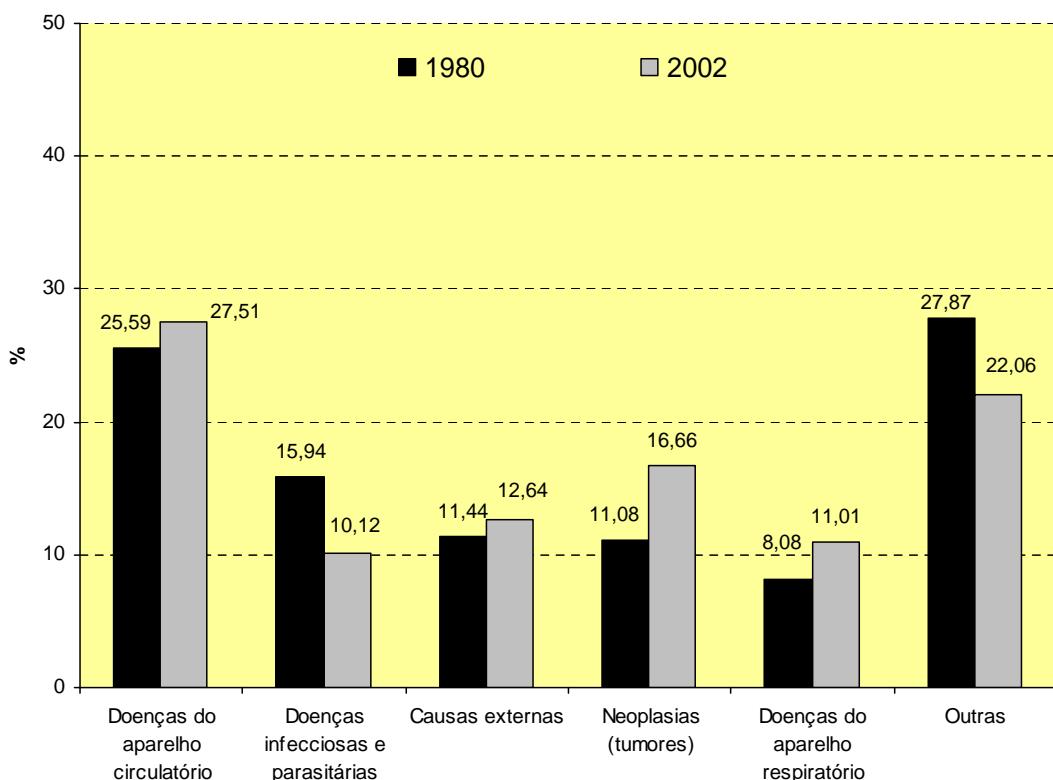
Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM). Tabulações especiais CEPES/IEUFU.
Gráfico em escala logarítmica.

Gráfico 4 - Taxas específicas de mortalidade em Uberlândia (MG) para as mulheres segundo faixas etárias – 1980, 1991 e 2000 (%)



Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM). Tabulações especiais CEPES/IEUFU.
Gráfico em escala logarítmica.

Gráfico 5 - Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte em Uberlândia – ambos os sexos, 1980 e 2002

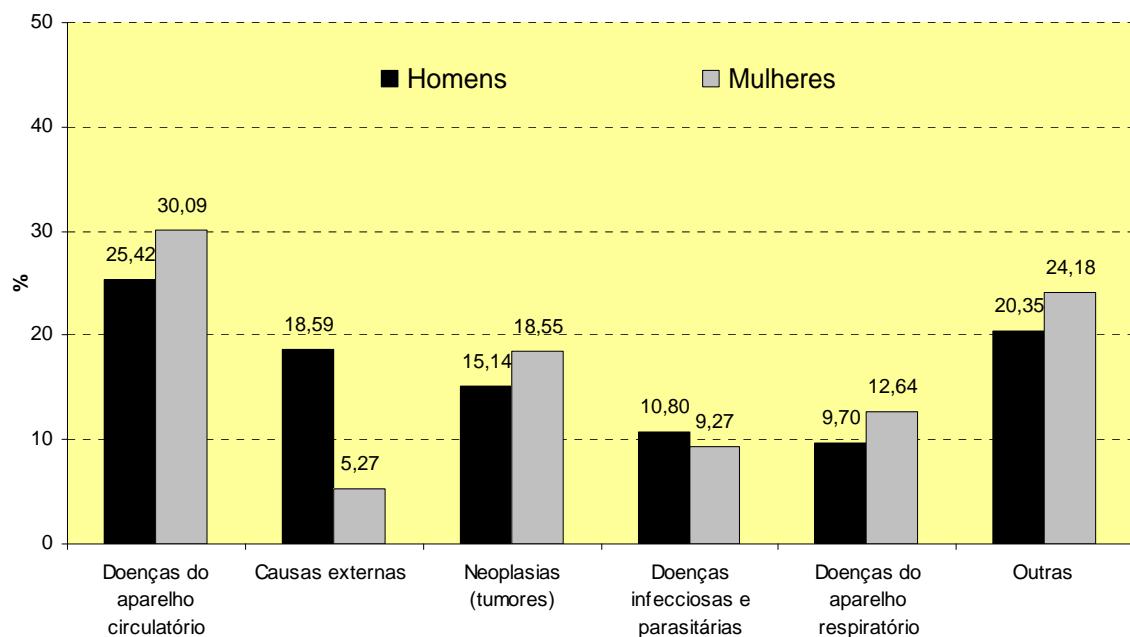


Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).

OBS: A ordenação foi feita com base na distribuição nos óbitos registrados em 1980.

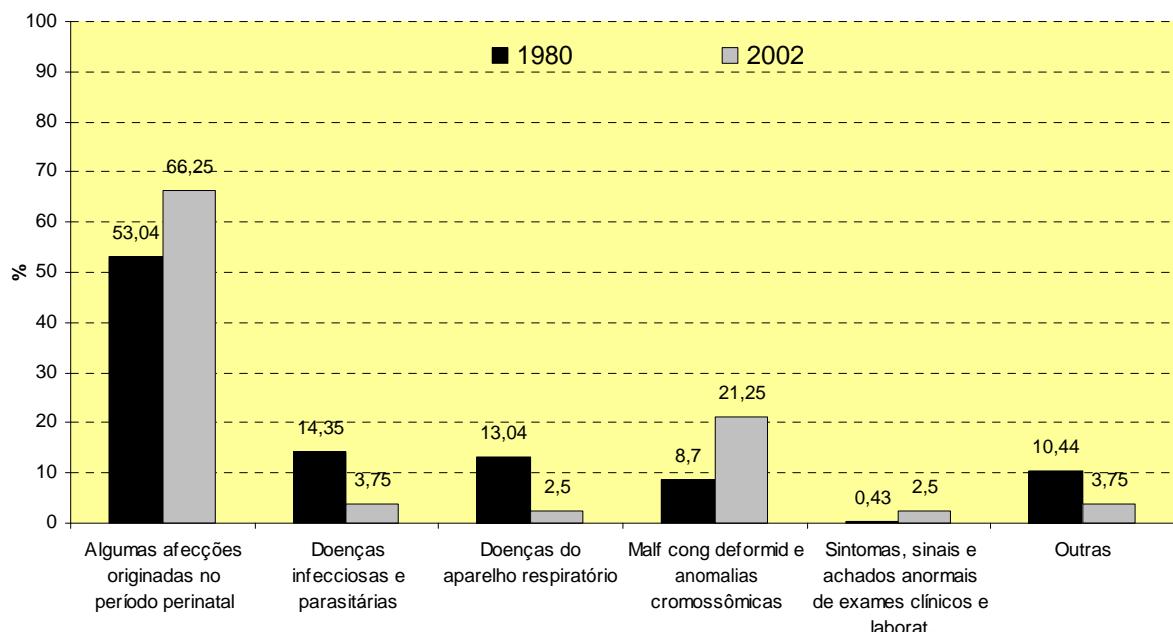
A causa “Algumas afecções originadas no período perinatal” ocupou, em 1980, a 5ª posição de maior freqüência relativa (8,72%).

Gráfico 6 - Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte em Uberlândia – homens e mulheres, 2002



Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).

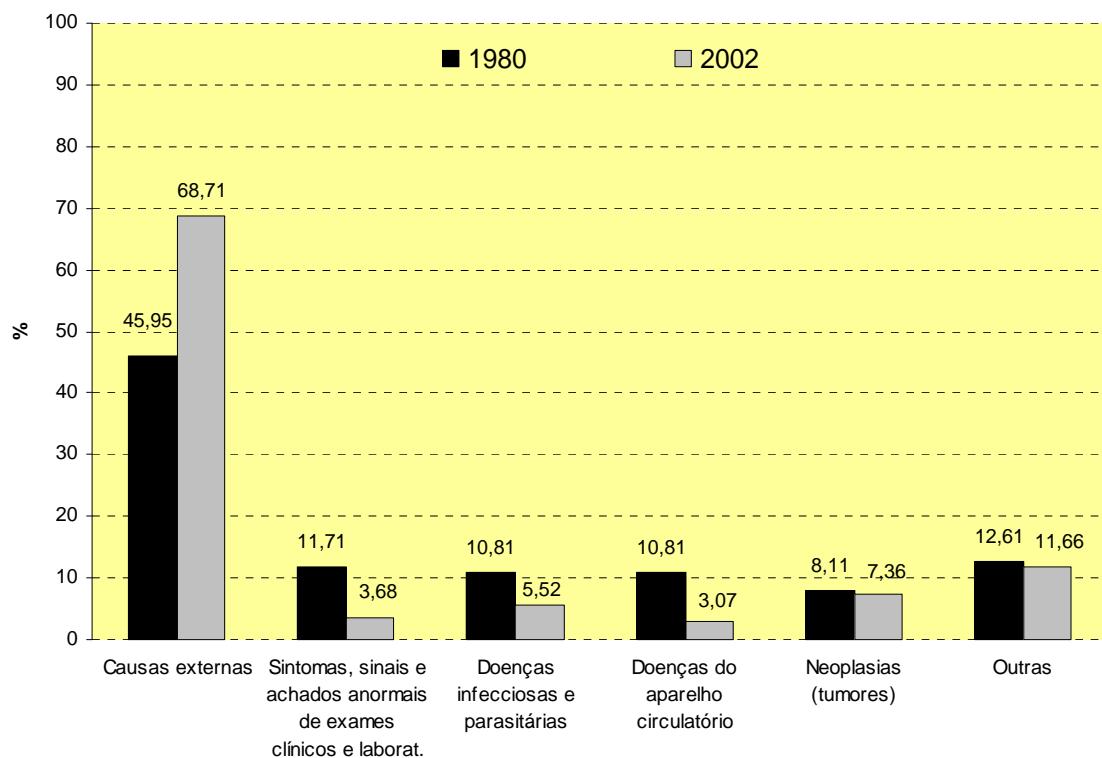
Gráfico 7 - Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte dos menores de 1 ano de idade em Uberlândia – ambos os sexos, 1980 e 2002



Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).

OBS: As doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas ocuparam, em 1980, a 5ª posição de maior freqüência relativa (5,65%).

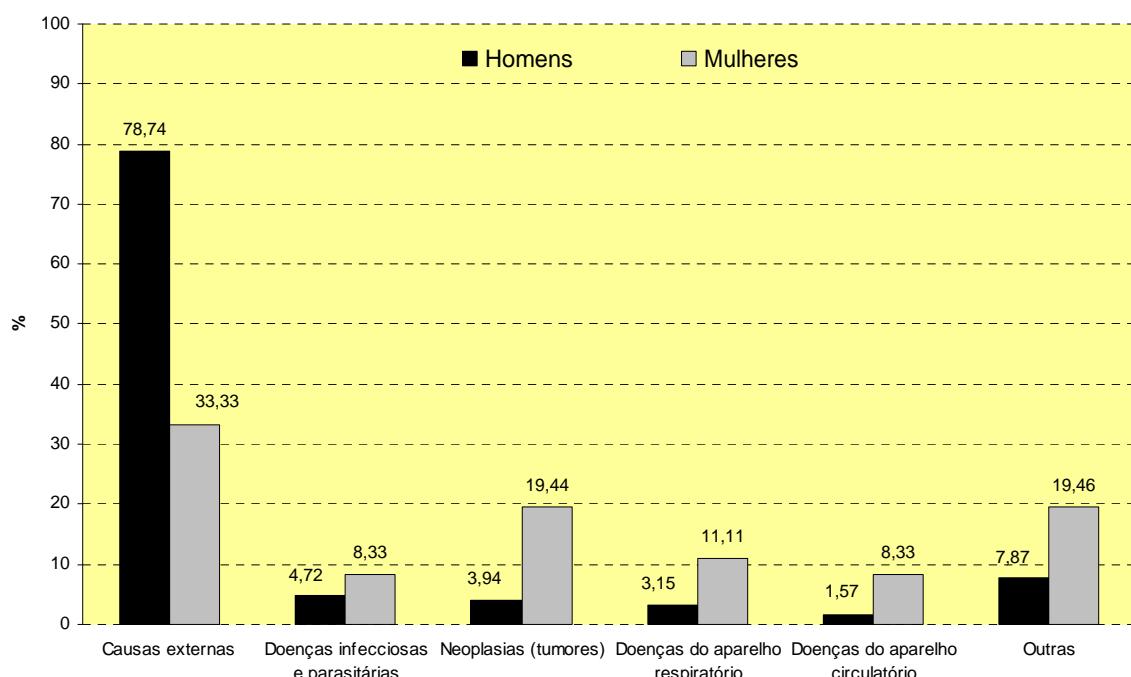
Gráfico 8 - Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte dos jovens de 15 a 29 anos em Uberlândia – ambos os sexos, 1980 e 2002



Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).

OBS: As doenças do aparelho respiratório ocuparam, em 2002, a 4ª posição de maior freqüência relativa (4,91%).

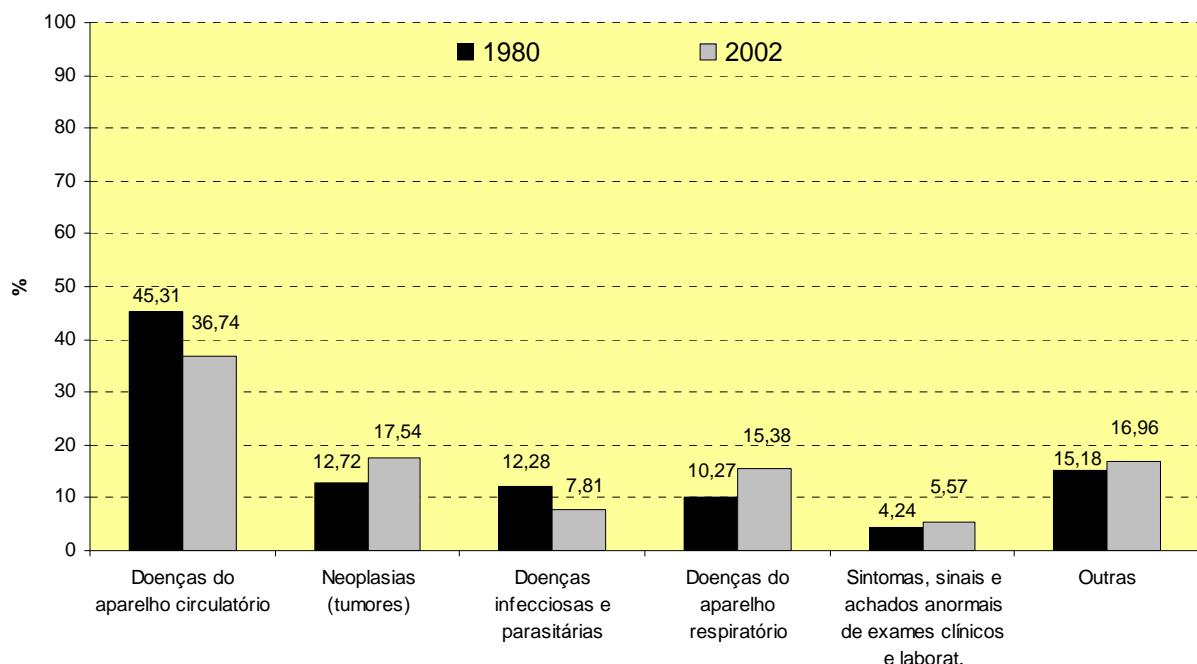
Gráfico 9 - Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte dos jovens de 15 a 29 anos em Uberlândia – homens e mulheres, 2002



Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).

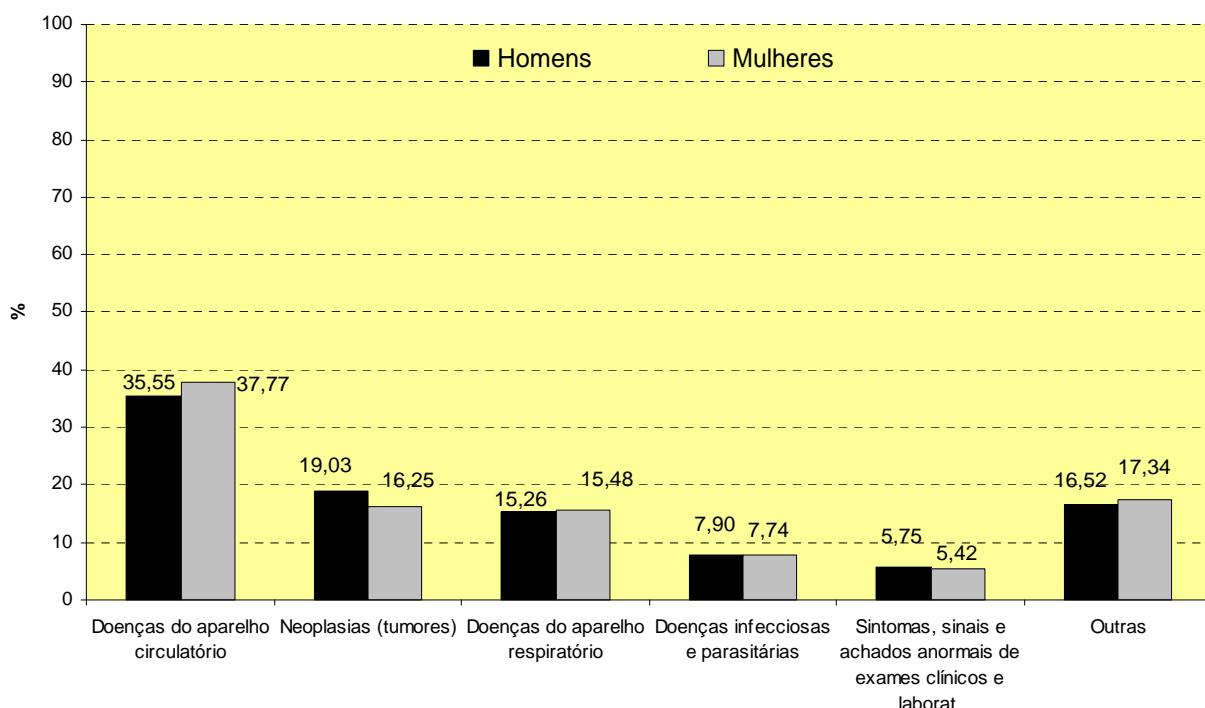
OBS: A causa de morte “Sintomas, sinais e inchados anormais de exames clínicos e laboral”, ocupou, em 2002, a mesma posição de causa “Neoplasias (tumores) com a freqüência relativa de 3,94%..”

Gráfico 10 - Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte dos idosos em Uberlândia – ambos os sexos, 1980 e 2002



Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).

Gráfico 11 - Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte dos idosos em Uberlândia – homens e mulheres, 2002



Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Prof. Arquimedes Diógenes Ciloni
Reitor

INSTITUTO DE ECONOMIA
Prof. José Rubens Damas Garlipp
Diretor

CEPES
Luiz Bertolucci Júnior (Economista)
Coordenador - bertolucci@ufu.br

Economistas

José Wagner Vieira - Gerente	jwvieira@ufu.br
Ester William Ferreira - Gerente	ewferreira@ufu.br
Álvaro Fonseca e Silva Jr.	alvarojr@ufu.br
Ana Alice B. P. Damas Garlipp	aagarlipp@ufu.br
André Luiz Teles Rodrigues	ateles@ufu.br
Carlos José Diniz	cjdiniz@ie.ufu.br
Durval Perim	durval@ufu.br
Marlene M. Camargos Borges	mmborges@ufu.br
Paulo Sérgio Rais de Freitas	paulorais@ufu.br

Apoio Técnico

Carlos Manoel Lopes Nogueira	claudecio@ufu.br
Claudécio Lourenço	diogenes@ufu.br
Diógenes Rodrigues de Oliveira	edivaldo@ufu.br
Edivaldo Borges de Souza	glaucio@ufu.br
Gláucio de Castro	

Economistas - Assistente de pesquisa:

André Luiz Pires Muniz
Ludimila Macedo de Araújo

Analista de Sistema – estagiário:

Fabrício Pinho Palmezoni

Contatos e informações:

CEPES / IEUFU

Av. João Naves de Ávila, 2.121 - Bloco 1J
Campus Santa Mônica - CEP 38.400-902 - Uberlândia - MG
Telefones: (34) 3239-4157, 4327 ou 4205(fax)
Endereço eletrônico: cepes@ufu.br Espaço virtual: www.ie.ufu.br

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.